



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

DAVI DE MENEZES REBOUÇAS

**(DES)CORTESIA EM NOTÍCIAS SOBRE CORRUPÇÃO: ATENUAÇÃO E
INTENSIFICAÇÃO NO TRABALHO COM AS FACES**



FORTALEZA – CEARÁ

2018

DAVI DE MENEZES REBOUÇAS

(DES)CORTESIA EM NOTÍCIAS SOBRE CORRUPÇÃO: ATENUAÇÃO E
INTENSIFICAÇÃO NO TRABALHO COM AS FACES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Letícia Adriana Pires Ferreira dos Santos

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Maria Loureiro de Roboredo Seara

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Rebouças, Davi de Menezes.

(Des)Cortesia em notícias sobre corrupção: atenuação e intensificação no trabalho com as faces [recurso eletrônico] / Davi de Menezes Rebouças. - 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 126 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2018.

Área de concentração: Linguagem e Interação.
Orientação: Prof.ª Ph.D. Letícia Adriana Pires Ferreira dos Santos.

Coorientação: Prof.ª Ph.D. Isabel Maria Loureiro de Roboredo Seara.

1. (Des)Cortesia. 2. Trabalho de Faces. 3. Atenuação. 4. Intensificação. 5. Notícia de Corrupção.
I. Título.

DAVI DE MENEZES REBOUÇAS

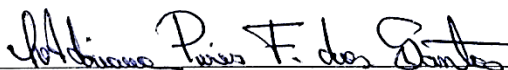
(DES)CORTESIA EM NOTÍCIAS SOBRE CORRUPÇÃO: ATENUAÇÃO E
INTENSIFICAÇÃO NO TRABALHO COM AS FACES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem e Interação.

Aprovado em: 19 de dezembro de 2018.

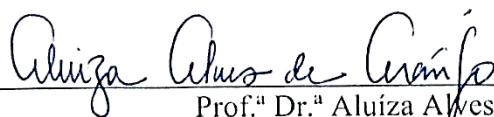
BANCA EXAMINADORA



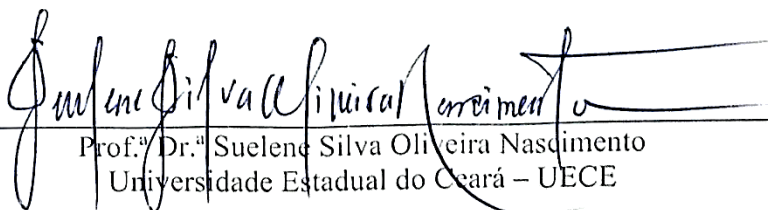
Prof.^a Dr.^a Leticia Adriana Pires Ferreira dos Santos (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.^a Dr.^a Isabel Maria Loureiro de Roboredo Seara (Co-orientadora)
Universidade Aberta (Lisboa) – UAB



Prof.^a Dr.^a Aluiza Alves de Araújo
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.^a Dr.^a Suelene Silva Oliveira Nascimento
Universidade Estadual do Ceará – UECE

A todos aqueles que acreditam que a construção de um mundo melhor, com paz, respeito e livre de guerras, depende de cada um de nós.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a todos os seres de luz capazes de nos dar forças para seguir o caminho da vida, livre de religião ou de instituição religiosa que, por vezes, aprisionam os sujeitos e deformam a ideia de amor e respeito, em favor de uma interpretação distorcida e interessada da Palavra.

Aos meus pais e aos meus irmãos, por apoiarem, acreditarem e financiarem meus sonhos, incluindo a realização de meu curso de Mestrado.

Aos meus sobrinhos, por despertarem tanta alegria e amor no percurso intenso de elaboração desta pesquisa.

A Rafael Lima, meu companheiro de vida, de leituras e de escritas, por toda atenção e compreensão dadas nos momentos de produção, assim como pela atenção, pelo carinho e por estar sempre ao meu lado.

Às minhas orientadoras, professoras Dra. Letícia Adriana Pires Ferreira dos Santos e Dra. Isabel Maria Loureiro de Roboredo Seara, por acreditarem em mim e nesta pesquisa, pela atenção prestada, pelos conhecimentos partilhados, pelos ensinamentos acerca da Cortesia e pelo exemplo de atuação docente.

À Lívia Goes, amiga de sempre, por todas as palavras e atitudes de incentivo, pelo acolhimento e pelo amor sempre presente.

À amiga e professora Ms. Luana Inocêncio, por, mesmo à distância, sempre ter os conselhos mais assertivos – de leituras, de atitudes, de percursos e de vida – e pelo carinho.

À amiga Ingrid Xavier, presente do Mestrado para a vida, por todo apoio dado ao longo do Curso, pelos abraços amigos e por toda a força dada, independente de horário.

À professora Dra. Geórgia Paiva, pela disponibilidade de me receber sempre com um sorriso no rosto, pelo carinho e por todos os ensinamentos sobre Polidez, seja por meio de escritos, seja pela voz doce e meiga.

À professora Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, pelo carinho, pelas discussões e pelas palavras sempre sábias, meu mais sincero Obrigado, hoje e sempre.

À professora Dra. Claudiana Nogueira de Alencar, pelo despertar do crítico e pelos ensinamentos.

Às professoras Dra. Aluíza Alves de Araújo e Dra. Suelene Silva Oliveira Nascimento, pela acolhida e pela disponibilidade em participar de minha Banca Examinadora de Dissertação.

Ao querido professor Ms. Valente Júnior, por todas as luzes acessas durante a produção e pelo apoio na caminhada como discente e docente.

À Nathalia Viana e Rosemary Silveira e ao amigo Reginaldo Gurgel, pelas ricas discussões e momentos de confraternização ao longo dos últimos dois anos.

Às discussões sobre polidez e interação, promovidas pelo Grupo de Estudos em Preconceito, Polidez e Impolidez Linguística – GEPPIL e pelo Laboratório Interdisciplinar de Linguagens, Comunicações e Subjetividades – LinCoS.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará, seus corpos docente, discente e administrativo, pelo acolhimento como aprendiz.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro ao desenvolvimento desta pesquisa.

“A linguagem opressora do discurso [hegemônico e] de ódio não é mera representação de uma ideia odiosa; ela é em si mesma uma conduta violenta, que visa submeter o outro, desconstruindo sua própria condição de sujeito, arrancando-o do seu contexto e colocando-o em outro onde paira a ameaça de uma violência real a ser cometida – uma verdadeira ameaça, por certo”.

(Djamila Ribeiro)

RESUMO

Os enunciados midiáticos acerca de corrupção têm marcado, em nossa história recente, o noticiário político. Nesse sentido, tornou-se ainda mais comum os grandes veículos de imprensa apresentarem notícias sobre importantes personalidades políticas sendo acusadas de corrupção, evidenciando a necessidade de novos olhares crítico-reflexivos sobre o tratamento dado aos protagonistas dos fatos divulgados. Debruçamo-nos, então, sobre textos jornalísticos, como notícias e reportagens, a fim de investigar, à luz da proposta de Trabalho de Faces de Goffman (2012) e da Teoria da Polidez (BROWN; LEVINSON, 1987; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, 2017; SEARA, 2017), como os profissionais do jornalismo desenvolvem marcas linguísticas do trabalho com as faces dos protagonistas do noticiário sobre corrupção. Escolhemos, para isso, nove textos publicados pelos veículos G1, Folha de S. Paulo e CartaCapital sobre a cobertura de três fatos: a condenação do ex-presidente Lula; a denúncia contra o presidente Michel Temer; e o acolhimento de denúncia, pelo STF, contra Aécio Neves. Procedemos a uma análise pragmática do trabalho de faces desenvolvido pelos veículos, bem como dos atos de fala marcados pela cortesia e pela descortesia, adotando como categorias analíticas a atenuação (BRIZ, 2001, 2005, 2013, 2014) e a intensificação (ALBELDA MARCO, 2005, 2007, 2013). Pudemos identificar, a partir desse desenho metodológico, que, apesar de alguns veículos publicizarem um ideário de isenção e apartidarismo (G1 e Folha de S. Paulo), eles adotam a estratégia intensificadora dos atos de ameaça a face e da descortesia, para sujeitos de determinado alinhamento político (à esquerda), ao passo que atenuam o teor negativo para outros, valendo-se, inclusive, da utilização da cortesia e de atos que levam à valorização da face, por meio da cortesia positiva, na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni. Já no *corpus* extraído de CartaCapital, veículo que marca seu alinhamento político direcionado à esquerda em diversos editoriais, por seu turno, identificamos uma maior presença de cortesia e preservação de face de protagonistas de mesmo alinhamento, atenuando a avaliação negativa que marca o noticiário de corrupção; mas traços mais evidentes de descortesia e de intensificação de ameaças às faces direcionadas aos sujeitos de variação política contrária (à direita) e a algumas instituições. Destacamos, todavia, que os textos são marcados por uma atenção dos veículos as suas próprias Faces Institucionais, conceito que contextualizamos e defendemos nesta pesquisa, por meio de uma releitura e ampliação da proposta goffmaniana. Constatamos, finalmente, que o uso das estratégias atenuadoras e intensificadoras guarda relação com fatores econômico-financeiros, pois identificamos que os dois maiores veículos analisados (G1 e Folha de S. Paulo) apresentam aos coenunciadores uma série de recursos visuais, audiovisuais e hipertextuais,

próprios da cultura e das ambiências digitais e que necessitam de recursos humanos e materiais para produção, ratificando seus propósitos enunciativos, enquanto que, na CartaCapital, esses recursos estão menos presentes.

Palavras-chave: (Des)Cortesia. Trabalho de Faces. Atenuação. Intensificação. Notícia de Corrupção.

ABSTRACT

The mediatic statements about corruption have marked, in our recent history, the political news. For that matter, it became even more common for large media and newspaper companies to report on important political figures being accused of corruption, evidencing the need for new critical-reflexive views on the treatment given to the protagonists of the published facts. We devote ourselves to journalistic texts, such as news and reports, in order to investigate, in the light of Goffman Facework proposal (2012) and the Politeness Theory (BROWN; LEVINSON, 1987; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, 2017; SEARA, 2017), how professional journalists, develop linguistic marks of faceworks with the protagonists faces related to the news about corruption. For that, we chose nine texts published by the G1 news portal, Folha de S. Paulo and CartaCapital, major Brazilian newspapers on the three event reports: the criminal conviction of the former President Lula; the denunciation against President Michel Temer; and the receipt of a complaint by STF against Aécio Neves. We proceeded to a pragmatic analysis of the faceworks developed by the portal and the newspapers, as well as the speech acts marked by courtesy and discourtesy, adopting the attenuation (BRIZ, 2001, 2005, 2013, 2014) and intensification as analytical categories (ALBELDA MARCO, 2005, 2007, 2013). We could identify, from this methodological design, that, although some media publicize an idea of impartiality and non-partisanship (G1 and Folha de S. Paulo), they adopt an intensifying strategy of face threat acts and discourtesy, for individuals who are (on the left), while attenuating the negative content for others, using, also, the use of courtesy and acts that lead to a face valorization, through positive courtesy, in the perspective of Kerbrat-Orecchioni. Concerning the corpus extracted from CartaCapital, a newspaper that marks its left-aligned political alignment in several editorials, in turn, we identified a greater presence of courtesy and preservation of the protagonists' faces who belong to the same political line, attenuating the negative evaluation that marks the news about corruption; but more evident features of discourtesy and intensification of the face threats directed at the individuals of the opposite political line (right) and some institutions. We emphasize, however, that the texts are marked by the portal and the newspapers attention to their own Institutional Faces, a concept that we contextualize and defend in this research, through a re-reading and expansion of Goffman's proposal. Finally, we found that the use of attenuating and intensifying strategies is related to economic and financial factors, since we identify that the largest portal and the two largest newspapers analyzed (G1 and Folha de S. Paulo) present to the co-enunciators a series of Visual, audiovisual and hypertextual resources, cultural and digital environments that require

human and material resources for production, ratifying their enunciative purposes, while in the CartaCapital, these resources are less present.

Keywords: (Des)Courtesy. Facework. Mitigation. Intensification. Corruption News.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Elementos de atenuação em Notícia do G1.....	39
Figura 2 – Notícia veiculada em CartaCapital	44
Figura 3 – Notícia veiculada no Portal de Notícias G1	44
Figura 4 – Notícia veiculada em CartaCapital sobre PIB	45
Figura 5 – Pirâmide Deitada proposta por Canavillas	57
Figura 6 – Notícia publicada na Folha de S. Paulo sobre o fechamento do STF.....	61
Figura 7 – Reportagem da condenação de Lula no G1	71
Figura 8 – <i>Lead</i> da notícia de condenação de Lula no G1	73
Figura 9 – Preservação de faces e ocultação de condenados	74
Figura 10 – Emprego de citações pelo G1	75
Figura 11 – Correção de informação no G1.....	75
Figura 12 – Citação de Moro e reportagem do Jornal Nacional.....	76
Figura 13 – Reportagem da condenação de Lula na Folha de S. Paulo	78
Figura 14 – <i>Lead</i> da reportagem sobre a condenação de Lula na Folha de S. Paulo.....	80
Figura 15 – Infográfico que compõe a reportagem da Folha	81
Figura 16 – Moro comenta a sentença de Lula	82
Figura 17 – Tópico 'Papel Relevante' da notícia na Folha	83
Figura 18 – Material interativo "Folha explica - Operação Lava Jato"	84
Figura 19 – Reportagem sobre a condenação de Lula na CartaCapital	85
Figura 20 – <i>Lead</i> da reportagem sobre a condenação de Lula na CartaCapital.....	86
Figura 21 – CartaCapital apresenta o recebimento de benefícios como suposição.....	87
Figura 22 – A insatisfação de Moro, segundo a CartaCapital	88
Figura 23 – Questionamento quanto à propriedade do imóvel	89
Figura 24 – As múltiplas versões de Léo Pinheiro, segundo a CartaCapital.....	89
Figura 25 – Notícia da denúncia contra Temer no G1.....	91
Figura 26 – <i>Lead</i> da notícia da denúncia contra Temer no G1	93
Figura 27 – Relação ilícita de Temer e Joesley apresentada no G1	94
Figura 28 – Notícia da denúncia contra Temer na Folha de S. Paulo	95
Figura 29 – <i>Lead</i> da notícia da denúncia contra Temer na Folha de S. Paulo	96
Figura 30 – Seção Obstrução, na notícia veiculada na Folha de S. Paulo.....	97
Figura 31 – Notícia da denúncia contra Temer na CartaCapital	98
Figura 32 – <i>Lead</i> da notícia da denúncia contra Temer na CartaCapital	99

Figura 33 – Imagem de Rodrigo Loures apresentada na CartaCapital.....	100
Figura 34 – Notícia de que Aécio Neves vira réu no G1.....	102
Figura 35 – <i>Lead</i> da notícia de que Aécio Neves vira réu no G1.....	103
Figura 36 – Menção a outros envolvidos na denúncia	104
Figura 37 – Notícia de que Aécio Neves vira réu na Folha de S. Paulo	105
Figura 38 – <i>Lead</i> da notícia de que Aécio Neves vira réu na Folha de S. Paulo	106
Figura 39 – Imagem de Aécio apresentada na notícia da Folha de S. Paulo	107
Figura 40 – Notícia de que Aécio Neves vira réu na CartaCapital	108
Figura 41 – <i>Lead</i> da notícia de que Aécio Neves vira réu na CartaCapital	109
Figura 42 – Informação sobre a divergencia do voto de um dos ministros do STF	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO AOS FUNDAMENTOS SOBRE CORTESIA LINGUÍSTICA.	16
2	CORTESIA LINGUÍSTICA: NOÇÕES, FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E NOVAS PERSPECTIVAS	24
2.1	CORTESIA, FACES E ATOS DE AMEAÇA À FACE	24
2.2	ATENUAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO COMO CATEGORIAS PRAGMÁTICAS	36
3	NOTÍCIA: ESTRUTURAS, OBJETIVOS E VOZES	47
3.1	A NARRATIVA JORNALÍSTICA	47
3.2	REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA NA CULTURA DIGITAL	50
3.3	UM TEXTO E MUITAS VOZES NO TRABALHO DE FACES NA MÍDIA	59
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	63
4.1	QUALIFICAÇÃO DA PESQUISA	63
4.2	DEFINIÇÃO DO CORPUS	64
4.3	CATEGORIAS DE ANÁLISE	67
4.4	DESIGN METODOLÓGICO.....	69
5	A NOTÍCIA DE CORRUPÇÃO E A CORRUPÇÃO DA NOTÍCIA: OLHAR ANALÍTICO	70
5.1	O CASO DO TRIPLEX E A CONDENAÇÃO DE LULA	70
5.1.1	Cobertura do caso no G1	70
5.1.2	Cobertura do caso na Folha de S. Paulo.....	77
5.1.3	Cobertura do caso na CartaCapital.....	84
5.2	DENÚNCIA CONTRA TEMER.....	90
5.2.1	Cobertura do caso no G1	90
5.2.2	Cobertura do caso na Folha de S. Paulo.....	94
5.2.3	Cobertura do caso na CartaCapital.....	98
5.3	AÉCIO NEVES SE TORNA RÉU NO STF	101
5.3.1	Cobertura do caso no G1	101
5.3.2	Cobertura do caso na Folha de S. Paulo.....	104
5.3.3	Cobertura do caso na CartaCapital.....	107
6	PRESERVANDO E INTENSIFICANDO INTERESSES: CONSIDERAÇÕES PARA O MOMENTO	111
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICE	121

APÊNDICE A – LISTA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS UTILIZADOS	122
ANEXOS	124
ANEXO A – RESUMO DE SENTENÇA DE LULA NO G1	125
ANEXO B – CRONOGRAMA DO PROCESSO CONTRA LULA NO G1	126

1 INTRODUÇÃO AOS FUNDAMENTOS SOBRE CORTESIA LINGUÍSTICA

O avanço das tecnologias digitais que permitem a interação à distância entre os sujeitos provocou significativas transformações nas formas de vivenciar a comunicação e a interação com o outro. Revela-se, a partir de tal realidade, a necessidade de repensar, à medida que essas tecnologias se modificam, a forma como se dão as práticas comunicacionais atualmente, ressignificadas e redimensionadas em seus impactos, tanto sociais como em tamanho de público. Nos espaços digitais, diferentes formas de uso da linguagem são evidenciadas, projetando novos desafios à Pragmática Linguística, campo dos estudos linguísticos que versa sobre o uso e a ação da linguagem.

Esta investigação de mestrado não busca, especificamente, debruçar-se sobre gêneros textuais emergentes na cultura digital. Interessa-nos estabelecer uma reflexão a partir de dois gêneros do universo jornalístico transmutados do papel para o digital (sem deixar de existir no primeiro), possibilitando novas formas de envolvimento com o público: a notícia e a reportagem.

Com bastante velocidade, os usuários “navegam” e interagem pelo ciberespaço, entrando em contato com hipertextos diversos, ressignificando, além da relação homem-máquina e homem-homem, a relação texto-leitor. É o caso, por exemplo, de textos noticiosos veiculados em portais de notícias, espaços virtuais que permitem a interação dos leitores com o próprio texto (antes visto como estático), por meio de *hyperlinks*, “curtidas” e compartilhamento, e com outros usuários, por meio de comentários. Tais interações verbais são recorrentes, apesar das limitações de recursos, principalmente quando ela acontece por meio de textos escritos.

Acreditamos, todavia, que a preocupação sobre a relação do texto com o seu leitor nasce antes do contato inerente à leitura. Durante a produção do texto, o jornalista, então, reflete – ou deveria refletir – sobre os impactos que a notícia ou a reportagem podem causar nos sujeitos e/ou instituições noticiadas, no público, no veículo responsável pela divulgação do relato do acontecimento e até em si mesmo.

É importante considerar que o texto jornalístico possui traços narrativos que visam à construção de efeitos do real, transmitindo informações do fato por meio de uma “narração objetiva”, conforme nos aponta Motta (2007), em que o jornalista precisa distanciar-se da mensagem, a fim de evitar que a narração se torne, na verdade, subjetiva, literária, poética. Mas sabemos que não há texto neutro, a narrativa nunca é neutra, fidedigna ao fato narrado, ingênua. Sempre há um propósito e uma intenção que são articulados na e pela linguagem, em jogos de

linguagem. O autor defende, ainda, que os veículos, seguindo seus critérios jornalísticos, (re)constróem os sujeitos noticiados e suas imagens; entendimento que compartilhamos.

Com a intenção de emitir comunicações respeitadas e manter a seriedade de seu trabalho, o jornalista adota estratégias discursivas para construção de enunciados corteses, polidos, que levem à preservação de faces, mesmo que sem consciência desse fenômeno. Segundo a proposta de Brown e Levinson (1987), na comunicação, os atos verbais e não verbais podem – quase sempre – ameaçar a imagem tanto do locutor como do interlocutor e, para protegê-las, recorre-se a estratégias de cortesia. Essa preservação/proteção da imagem do outro (e a sua própria), por sua vez, pode ser concretizada por meio de atenuações.

A atenuação, conforme nos aponta Seara (2017), pode ser apreendida como estratégia social, interacional e discursiva. Como estratégia social, ela pode promover a aproximação do outro; como estratégia interacional, pode evitar a geração de conflitos; e como estratégia discursiva, pode representar um distanciamento da mensagem. Podemos perceber, então, que atenuação está fortemente ligada à cortesia. Relacionando esses apontamentos ao *corpus* que nos propomos analisar, identificamos, ainda empiricamente, que o jornalista atenua para se aproximar da audiência, para evitar eventuais conflitos em decorrência de seus textos e, por fim, para se distanciar da imposição do dito e do comprometimento com a mensagem. Contudo, salientamos, desde já, que nem toda atenuação pode ser traduzida como polidez e nem toda polidez é sinônimo de atenuação, conforme nos orienta Briz (2014) e discutiremos posteriormente.

No contraponto de tal fenômeno, temos a intensificação, que, por sua vez, atua no reforço do que é dito. Inicialmente, podemos supor que a intensificação não é um recurso comum no jornalismo, dado o caráter “imparcial” que esse deveria ter. Não seria comum, por exemplo, encontrarmos, em uma notícia, algo do tipo “Político X é muito corrupto”, pois o advérbio de intensidade “muito” marcaria exacerbadamente um juízo de valor do enunciador. Em face disso, faz-se necessário que partamos de uma noção mais ampla de intensificação, que, enquanto categoria pragmática, atua como elemento avaliativo (SEARA, 2017), argumentativo e social (ALBELDA MARCO, 2003). Esse último, conforme Albelda Marco (2003), é o que mais se conecta à cortesia, pois a intensificação, para reforço de uma imagem, está intimamente ligada a aspectos das relações sociais.

Em nossa perspectiva de investigação, entendemos, portanto, que intensificação, de modo amplo, se concretiza não necessariamente por uma marcação adverbial, mas, por exemplo, por i) ênfase dada a determinados sujeitos e fatos noticiados; ii) resgate de informações (negativas ou positivas) anteriores, justificada por um suposto acréscimo de dados

relevantes para a divulgação do fato; iii) *links* com outros materiais etc. Assim, na linha teórica de Seara (2017), para quem a atenuação e a intensificação fazem parte da estratégia enunciativa adotada pelo locutor, inferimos que as possibilidades de intensificação podem representar um juízo de valor, uma interpretação ou uma intenção do falante, colaborando para elementos de construção, reconstrução ou desconstrução da imagem do outro, em nosso caso, dos sujeitos ou instituições noticiados.

Percebemos, em um momento inicial de nossa pesquisa, que a maioria dos estudos sobre a cortesia linguística versa sobre o uso da estratégia na interação face a face. Acreditamos que isso se dê pela perspectiva adotada pelos maiores disseminadores da teoria – Brown e Levinson (1987) –, que se apropriam do conceito de face proposto por Goffman (1967/2012), que, por sua vez, parte da perspectiva da interação face a face. É importante salientar que aspectos dos ambientes virtuais, como as interações, os textos de *blogs*, comentários em mídias sociais, dentre outros, também têm ganhado espaço nas discussões sobre cortesia, como nos trabalhos de Paiva (2008), Martins (2013), Andrade (2008; 2014), Cabral (2014), Seara (2017) e outros.

Contudo, cabe pontuarmos que, sob o olhar de pesquisadores tradicionais, positivistas, nosso estudo poderia ser acusado de distorcer o conceito de face de Goffman, por não envolver uma interação sujeito-sujeito, face a face, tal como se pode entender que ocorre, por exemplo, descrita no livro *Ritual de Interação: Ensaio sobre o Comportamento Face a Face* (título original: *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*) de Erving Goffman (1967), traduzido por Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva e publicado em 2012; o que seria limitar, assim, na nossa visão, a perspectiva de interação, podendo levar à ideia de que não há interatividade entre um leitor e um texto escrito, por exemplo.

Discordando, mas respeitando tais entendimentos, nossa pesquisa elabora uma releitura dos estudos acerca da face, tomando-a também como imagem social ou imagem, simplesmente. Entendemos que as faces (positiva e negativa, seguindo Brown e Levinson [1987]), enquanto valores sociais positivos¹ (e negativos), não só levam à construção de imagens, mas as constitui. Assim, seu conceito pode ser ampliado às diversas possibilidades de interação, em conceito amplo.

¹ Goffman (2012) define fachada/face como um valor social positivo que uma pessoa reivindica para si. Seria, então, “uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (p.14). Ressignificada por Brown e Levinson (1987), essa ideia de face é apresentada como face positiva. Segundo esses autores, há também uma face negativa, que contém aspectos do território do eu, o que não se deseja evidenciar.

Os referidos estudos colaboraram para o surgimento do problema de pesquisa que pretendemos investigar. Merecem destaque, todavia, os estudos de Andrade (2008; 2014), que, ao trazer a voz de Bolívar (2005), chama-nos a atenção ao caráter ideológico da polidez e à necessidade de analisá-la em gêneros textuais diversos. Por nossa aproximação com o campo da Comunicação Social e por acreditar que os discursos midiáticos provocam efeitos significativos na sociedade, optamos por realizar nosso processo analítico a partir dos gêneros jornalísticos notícia e reportagem. Entendendo, ainda nesse viés, ser papel do investigador crítico do discurso analisar questões de linguagem como parte da vida social (FAIRCLOUGH, 2003) e apostando no caráter interdisciplinar da Linguística Aplicada e das demais ciências, a presente proposta de pesquisa busca investigar como os profissionais do jornalismo, ao produzirem textos de notícias, articulam as marcas linguísticas de trabalho com as faces/imagens dos sujeitos noticiados sobre corrupção em portais de notícias na internet, a partir de estratégias de atenuação e de intensificação, visando à construção de enunciados mais polidos/cortesês.

Esse questionamento mais amplo, direcionador de nosso estudo, suscita questionamentos específicos que se tornam necessários ao alcance de respostas. Questionamos, então, se os conteúdos do noticiário sobre corrupção contêm marcas de descortesia linguística que levem à constituição de atos de ameaça às faces dos sujeitos noticiados, devido a estratégias atenuadoras e/ou intensificadoras. Sabemos que o cenário político brasileiro, talvez mundial, infelizmente, colabora com a pauta jornalística sobre corrupção, por meio de atos ilegais de pessoas eleitas para representar o povo, mas que, na verdade, acabam por ceifar oportunidades deste, representando, muitas vezes, a maior violência sofrida.

Longe da intenção de defender os verdadeiros corruptos, responsáveis pela pauta do jornalismo político, reconhecemos a necessidade de discutir se os veículos de comunicação realizam alguma distribuição de atos de ameaça à face (AAFs/FTAs²) e (des)cortesia, seguindo algum juízo de valor explicitamente não modalizado/mitigado linguisticamente, preservando seus interesses institucionais e ameaçando as faces de outros envolvidos no processo da comunicação. Entendemos que tais interesses podem levar, na verdade, a uma desconstrução da imagem de outros, no caso das notícias, dos sujeitos noticiados, por exemplo.

² Nas pesquisas sobre polidez linguística, os atos de ameaça à face são comumente tratados por FTA, em referência ao termo em inglês *face threatening acts*. Alinhados a essa perspectiva, adotamos em nosso trabalho o termo FTA. O mesmo vale para a Grande Estratégia de Polidez (LEECH, 1983), que tratamos por GSP, em referência ao termo *grand strategy of politeness*, adotado por Leech.

Nem só para desconstruir, porém, servem os interesses da mídia. Acreditamos que diferentes formas de desenvolvimento de ameaça e preservação de faces são desenvolvidas pelos veículos. Existindo, pois, um juízo de valor na distribuição dos FTAs, de acordo com o veículo, parece-nos interessante entender quais as diferenças mais evidentes nessa distribuição quando os veículos noticiam acerca da corrupção.

Sendo a polidez uma das formas de atenuar e evitar conflitos comunicacionais, como expõe, por exemplo, Briz (2014), ela pode se evidenciar em diversos textos, não apenas orais, não apenas em interações face a face. Pretendendo investigar o fenômeno na cobertura jornalística sobre corrupção, em portais de notícia da internet, esta pesquisa contribuirá, inicialmente, para uma melhor compreensão do fenômeno da polidez no cenário midiático brasileiro, principalmente em textos escritos.

A partir de sua perspectiva interdisciplinar, ao aproximar as áreas da Linguística e da Comunicação Social, o trabalho auxiliará aos estudiosos desta, principalmente os jornalistas, por colocar em evidência as estratégias adotadas na produção de textos noticiosos que vão de encontro à imparcialidade idealizada, pregada e publicizada pela mídia brasileira. Acreditamos já haver uma superação da ideia de que é possível produzir textos sem marcas ideológicas. Os próprios manuais de redação, a exemplo do disponibilizado pelo Grupo Globo, já apresentam a consciência de que as experiências e vivências do jornalista não podem ser completamente apagadas dos enunciados. Salientam, porém, a necessidade de minimizar as marcas de juízo de valor dos textos veiculados, com exceção dos artigos de opinião.

Para o autor deste trabalho, nascido academicamente em uma imbricação entre as áreas que aqui dialogam (Linguística e Ciências da Comunicação), a preocupação de como uma se apropria, ou se “intercambia”, da outra sempre foi uma constante. Somente a partir do contato com a Pragmática Linguística e com os Estudos Críticos da Linguagem, porém, é que a importância de se investigar essas aproximações a partir de um posicionamento sobre os fenômenos sociais, tomando atitudes e análises críticas sobre eles, afirmou-se. Assim, a proposta aqui apresentada também possui uma relevância pessoal, por, como profissional da Comunicação Social e professor dessa área, considerar real a necessidade de (re)pensar a forma como a cortesia e o trabalho com as faces perpassam os discursos midiáticos, bem como refletir sobre como a questão pode ser articulada ainda na formação dos profissionais da Publicidade e Propaganda, do Jornalismo, das Relações Públicas e de Mídias Digitais.

A relevância pessoal, aqui, mistura-se com a acadêmica, pois acreditamos que nosso trabalho é também um convite aos educadores dos cursos de Comunicação para adoção de posturas inter e transdisciplinares, conectando os conhecimentos por meio da quebra das

barreiras disciplinares. cremos que atitudes como essa colaboram para a construção de um conhecimento mais sólido e significativo e de profissionais mais críticos e com múltiplos olhares.

Conforme discutimos, os estudos sobre a polidez linguística, enquanto fenômeno pragmático, vêm sendo ampliados. Da teoria universalista proposta por Brown e Levinson, muitos estudos e críticas à teoria surgiram. Leech (2005), por exemplo, ao mesmo tempo que formula críticas e incrementa a teoria, defende que a universalidade proposta pelos principais disseminadores, em 1987, diz respeito ao fenômeno da polidez enquanto mitigador de conflitos interacionais, mas que as possibilidades de estratégias são eminentemente culturais, locais. Para Leech, a principal intenção da polidez é evitar conflitos nas interações e, para isso, devemos atribuir alto valor ao que diz respeito ao Outro e baixo valor ao que diz respeito ao *Self*, a si próprio. O autor, então, enumera regras (que, em 1983, chamava de máximas) para que se alcance essas atribuições. Do conjunto dessas regras, temos a *Grand Strategy of Politeness* – GSP (Grande Estratégia de Polidez, em português), uma atualização dos estudos de Leech (1983).

A GSP nos causa certa inquietação ao passo que também nos convida à reflexão. Se, para Leech, é preciso que atribuamos um alto valor ao outro para sermos polidos, precisamos buscar compreender como o profissional do jornalismo pode fazer isso sem concretizar, na verdade, uma supervalorização do sujeito que é noticiado, o que levaria ao comprometimento do teor da notícia, que poderia ser acusada de parcial, não objetiva. Além disso, ao entendermos que o jornalista emite enunciados de um lugar privilegiado – da grande mídia –, é pertinente averiguarmos como ele pode atribuir um “baixo valor” ao *self* sem prejudicar ou ameaçar suas faces e as do veículo ao qual ele representa.

Em face das lacunas e diretrizes de novos estudos identificadas em autores como Albelda Marco (2003, 2005a, 2005b), Martins (2013), Andrade (2008; 2014), Barros e Crescitelli (2014), Briz (2014), Moreira (2016), acreditamos que nossa proposta tem sua significância revelada. Como recurso para mitigar atos de ameaça às faces, o fenômeno da cortesia pode ser percebido, em sua universalidade culturalmente situada, em todos os âmbitos da linguagem ordinária que integram a vida social. Os textos noticiosos fazem parte desse aspecto ordinário, por circularem na sociedade com grande frequência, principalmente a partir da mobilidade possibilitada pela cultura digital, a partir dos aparatos digitais. A atenuação, por sua vez, exerce importante papel na mitigação da força do ato e se faz bastante frequente no jornalismo, devido à necessidade de demonstrar imparcialidade e objetividade.

Consideramos importante o convite de Seara (2017) para que reflitamos sobre os meios e mecanismos utilizados na realização da cortesia, conforme o contexto em que a comunicação se dá, bem como a influência que as relações pessoais e sociais exercem sobre tais meios e mecanismos. Entendemos que há uma relação social estabelecida entre a mídia e sua audiência, em que cada um reconhece seu papel na comunicação, seguindo preceitos do Contrato de Comunicação (CHARAUDEAU, 2012).

Ocupando um lugar privilegiado, contudo, a mídia possui certo poder de influência na sociedade por meio de suas enunciações, muitas vezes, carregadas de impolidez e ameaças às faces que levam à desconstrução de imagens dos sujeitos perante a sociedade. Evidencia-se, a partir disso, a importância de investigações que busquem entender como os textos jornalísticos influenciam e atravessam a vida, construindo e desconstruindo sujeitos e suas faces por meio da linguagem e de discursos com implícitos sob enunciados impolidos, por sua vez mascarados por estratégias atenuadoras.

Nesse sentido, a possibilidade de construção, reconstrução e desconstrução de (imagens de) sujeitos nos desponta à performatividade austiniana. Para Austin (1990), ao falarmos algo, não estamos apenas dizendo (ato locucionário), mas fazendo, logo, dizer é fazer, é ação. Concordamos com Teixeira (2011), ao entender essa perspectiva de linguagem como ação – distanciando-se do caráter apenas estruturalista, que, por tanto tempo, perpetuou os estudos linguísticos – como uma abertura para que os estudos pragmáticos superem a mera análise descritiva ou explicativa da linguística, e passe a possuir, também, uma relevância social. Podendo a (im)polidez, então, acontecer na e pela linguagem, como forma de ação, nosso estudo revela, novamente, sua pertinência, ao debruçar-se sobre a construção, as intenções e as consequências do trabalho de faces no tipo de noticiário em questão.

Propomo-nos, diante do exposto, investigar, à luz da proposta de Trabalho de Faces de Goffman e da Teoria da Polidez, como os profissionais do jornalismo, em textos jornalísticos, como a notícia e a reportagem, desenvolvem as marcas linguísticas do trabalho com as faces dos sujeitos noticiados sobre corrupção, em três portais de notícias na internet (G1, Folha de S. Paulo e CartaCapital³), valendo-se dos recursos de atenuação e de intensificação como estratégia, na concepção de textos mais polidos/cortesês. Estabelecemos, para alcance desse objetivo geral, os seguintes objetivos específicos: i. analisar o noticiário sobre corrupção que evidencia marcas de impolidez linguística não atenuadas e/ou intensificadas, levando à constituição de atos de ameaça às faces dos sujeitos noticiados ou não;

³ Folha de S. Paulo e CartaCapital são apresentadas com essa grafia (e não como Folha de São Paulo e Carta Capital) por se tratarem de marcas registradas.

ii. identificar a distribuição dos FTAs e das marcas de (des)cortesia, a fim de evidenciar como ela pode revelar marcas de juízo de valor do responsável pelo texto e pela distribuição da notícia não modalizadas; e iii. traçar um comparativo entre as notícias e reportagens veiculadas sobre uma determinada cobertura com a temática corrupção por diferentes jornais.

Postos esses propósitos, nosso trabalho dissertativo segue as seguintes etapas: iniciamos ampliando as discussões acerca da cortesia e do trabalho de faces, já iniciadas nesta introdução. Apresentamos nossas releituras sobre essas temáticas, convidando a reflexões sobre novas perspectivas. Seguimos discutindo acerca do gênero notícia, comentando sobre suas estruturas e objetivos, bem como sobre múltiplas vozes que o perpassam, esclarecendo as principais diferenças entre esse gênero e a reportagem. Antes de iniciarmos as discussões e a apresentação de resultados, esclarecemos o percurso metodológico adotado em nossa pesquisa, quando também apresentamos os veículos que analisaremos e esclarecemos o porquê de eles terem sido escolhidos. Finalmente, deixamos, por meio de nossas considerações finais, um convite a novos entendimentos e novas reflexões. Salientamos que, a fim de tornar nossa discussão teórica mais ilustrativa e contextualizada ao nosso *corpus*, eventualmente, evocamos exemplos práticos da aplicação teórica, como é possível verificar a partir da próxima seção.

2 CORTESIA LINGÜÍSTICA: NOÇÕES, FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E NOVAS PERSPECTIVAS

A cortesia/polidez⁴ tem seu marco inicial, de forma mais sistematizada, nos estudos de Robin Lakoff, que propôs, em 1973, as primeiras máximas da polidez, e de Geoffrey Leech, que aborda a questão da polidez em um capítulo da obra *Principles of Pragmatics*, de 1983. Contudo, a teoria proposta por Brown e Levinson (1987) deu maior divulgação aos estudos da polidez. Em uma obra completa sobre a temática, Brown e Levinson apresentam 40 estratégias de polidez que os sujeitos podem utilizar nas interações, buscando manter as faces envolvidas, preservando os territórios e evitando conflitos. Torna-se importante, então, apresentarmos também as contribuições de Leech, Brown e Levinson para os estudos da cortesia.

Discutiremos, nesta seção, os fundamentos históricos da cortesia e os conceitos de face/imagem social e de atos de ameaça à face (FTA). Prosseguimos tecendo considerações acerca das categorias pragmáticas de atenuação e intensificação, refletindo, por fim, sobre a teoria de faces de Goffman, apresentando sua importância na construção de faces de sujeitos pela mídia.

2.1 CORTESIA, FACES E ATOS DE AMEAÇA À FACE

As investigações teóricas sobre a cortesia nasceram nas obras de Lakoff (1973) e de Leech (1983), que seguem os apontamentos de Grice (1982⁵) de que a comunicação é um processo (dinâmico) cooperativo, guiado por máximas conversacionais, quando em uma situação ideal. Para Grice, como somos seres racionais, nossas trocas conversacionais são, mesmo que minimamente, regidas por uma cooperação entre os envolvidos, que também reconhecem os objetivos na/da interação. Tais objetivos podem ser definidos – com propósitos claros – ou indefinidos – como em uma conversa casual entre amigos. Entendendo os objetivos de uma conversa, então, torna-se mais claro identificar enunciados inadequados à interação.

Partindo dessa ideia, Grice (1982) sugere a existência de um Princípio de Cooperação, segundo o qual as pessoas, conscientes dos objetivos da conversa, devem fornecer uma contribuição que seja suficiente, relevante, verdadeira, clara, apropriada, aceita na

⁴ Apesar de alguns autores apontarem distinção entre polidez e cortesia, aqui, não fazemos distinção entre os termos, pois acreditamos que eles têm o mesmo valor semântico. Optamos, porém, pela predominância de “cortesia”, preservando e retomando, todavia, “polidez”, quando adotado pelos teóricos apontados.

⁵ Versão traduzida. A publicação original é datada de 1967.

interação. A partir dessas características, Grice aponta a existência de quatro categorias, que ele denomina máximas, que compõem o Princípio da Cooperação: Máxima da Quantidade, da Qualidade, da Relação e de Modo.

Como as regras de um jogo, porém, as máximas podem ser seguidas ou violadas. No jogo da conversação, os jogadores/participantes podem emitir enunciados que rompem os sentidos estritos das palavras e revelar implícitos nos ditos, que o autor denomina implicatura ou *implicatum*. Ou seja, são os significados inferidos pelo interlocutor, não ditos literalmente pelo locutor. É nesse contexto, segundo Paiva, Moreira e Santos (2016), que teóricos, como Leech, passam a investigar o porquê de os falantes optarem por uma implicatura ao invés de serem diretos, literais, seguindo as máximas conversacionais propostas por Grice.

Com uma abordagem retórica da pragmática, que entende a comunicação como solução de problemas, Leech (1983) compreende que os interlocutores, ao interagirem, buscam alcançar seus objetivos, seguindo não apenas as máximas propostas por Grice, mas desenvolvendo “bons comportamentos comunicativos”, seguindo Princípios e Máximas de Polidez, focados nos Outros.

Esse aspecto das considerações de Leech que dá atenção não apenas ao outro da interação, mas aos outros que podem ser afetados por essa interação (como é o caso de notícias, que podem afetar tanto o sujeito noticiado como os leitores), é destacado também por Paiva, Moreira e Santos (2016), por a maioria dos trabalhos sobre cortesia abordarem mais frequentemente as figuras do falante e do ouvinte.

Leech (1983) nos apresenta seis Máximas de Polidez: i) generosidade, ii) aprovação, iii) modéstia, iv) discernimento, v) concordância e vi) simpatia. A partir de tais máximas, em que há um menor ou maior grau de aplicação, Leech argumenta a existência de uma relação de custo e benefício na interação, onde se deve atribuir um alto valor ao outro, minimizando-se, mas obtendo algum lucro com isso, como a construção de uma imagem de si positiva. Ao não elevar o tom de voz durante uma briga, por exemplo, por mais que isso seja sacrificante, custoso, o locutor pode ser beneficiado com auferimento de uma imagem de pessoa paciente, tolerante. Apresentamos a seguir um quadro com considerações sobre as máximas de polidez propostas pelo autor.

Quadro 1 – Máximas de Polidez de Leech (1983)

Máxima de Polidez	Articulação
Máxima do Discernimento	a) minimize o custo ao outro; b) maximize o benefício ao outro.
Máxima do Discernimento	Na interação, o falante deve amenizar qualquer ato que possibilite ao seu ouvinte algum tipo de custo na medida em que ele puder oferecer benefícios a este. A máxima do discernimento pode ser encontrada em diálogos, nos quais a negociação encontra-se em evidência, tais como os diálogos estabelecidos por atendentes de telemarketing.
Máxima da Generosidade	a) minimize o benefício para si próprio; b) maximize o custo para si próprio. A execução desta máxima compreende a construção da imagem que o ouvinte fará do falante, ou seja, quanto menos se beneficiar de um ato, mais considerado será pelo seu interlocutor.
Máxima de Aprovação	a) minimize a depreciação do outro; b) maximize o enaltecimento do outro. Esta máxima requer do falante uma posição complementar à máxima anterior, pois favorece a construção de sua imagem perante o interlocutor, através da focalização da imagem do ouvinte. Ao enaltecer o outro, evitando qualquer tipo de depreciação deste, o falante facilitará o engajamento dele, deixando-o confortável.
Máxima da Modéstia	a) minimize o enaltecimento de si mesmo; b) maximize o enaltecimento do outro. Ao contrário da máxima anterior, esta tem como foco a imagem dos dois interlocutores, sendo o falante responsável por evitar qualquer associação positiva com a própria imagem.
Máxima de Concordância	a) maximize a concordância entre si e outro; b) minimize a discordância entre si e o outro. Em muitas situações comunicativas, a concordância é uma estratégia eficiente de polidez, pois possibilita que os interlocutores se sintam mais à vontade para partilhar informações, na medida em que comunguem de ideias afins.
Máxima da Simpatia	a) minimize a antipatia entre um e outro; b) maximize a simpatia entre si e outro. O foco do falante é distanciar-se de uma imagem de si que não corresponda aos interesses do ouvinte, demonstrando-se simpático a esses.

Fonte: Adaptado de Paiva, Moreira e Santos (2016).

Apesar da importante observação da necessidade de considerar os impactos que a interação pode causar em um terceiro, não necessariamente presente na interação, Leech parece desconsiderar o aspecto contextual. Contudo, o autor salienta a importância de se considerar a cultura ao esclarecer que as máximas são adaptáveis, não rígidas.

Isso nos leva a defender, portanto, que múltiplos aspectos devem ser considerados ao se categorizar uma enunciação como cortês ou descortês. O enunciado, enquanto produto, não é o único ponto que devemos considerar em tal avaliação, pois a constituição da cortesia e da descortesia é processual e está ligada às noções sócio-cognitivo-culturais. Brown e Levinson (1987) nos apontam, a partir de Goffman, três aspectos a se considerar na avaliação da polidez em uma interação: distância social, poder e força do ato. Acreditamos ser interessante

acrescentar, ainda, os aspectos culturais, o meio em que a interação acontece, que pode não ser face a face, os significados que podem ser evocados pelas escolhas lexicais, os gestos, dentre outros aspectos mais particulares de cada interação, de cada enunciador.

É preciso ratificar a crença no aspecto universalista da cortesia, como defendido por Brown e Levinson (1987), mas que se efetiva de modo distinto em cada cultura, em cada situação. Torna-se fácil compreender a polidez como fenômeno universal se considerarmos que, sem ela, viveríamos em constantes situações de conflito extremo. A polidez, própria e particular de cada cultura, funciona como um atenuador, minimizador, de conflitos interacionais, viabilizando uma maior harmonia na interação. É a partir desse olhar, e defendendo que a polidez é constituída por meio de um trabalho de faces, que Brown e Levinson constroem sua proposta teórica.

Os autores partem das considerações sobre o Trabalho de Faces de Goffman, da teoria dos Atos de Fala de Austin – mas se referenciando principalmente Searle (2002) – e do Princípio de Cooperação de Grice, já apresentado. Em sua teoria, Brown e Levinson partem do entendimento de que, em geral, os participantes de uma interação cooperam para manter as faces uns dos outros, devido a sua vulnerabilidade. Goffman já apontava que o trabalho de manutenção das faces é mútuo, pois todos tentam preservar a sua (com atitudes defensivas) e a dos outros (com atitudes protetoras). Em uma perspectiva semelhante à de Leech (1983), os autores investigam como a realização de atos de fala indiretos podem representar um ato polido, cortês.

Segundo Goffman (2012, p. 13), face é um “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”, ou seja, pensando no que os outros pensam dela, a pessoa reivindica para si, na interação, valores sociais positivos. Podemos dizer, então, que a face é uma imagem do eu formada a partir de predicados tidos pela sociedade como positivos, constituída por meio de padrão de atos, tanto verbais como não verbais, seguidos pela pessoa para expressar a avaliação que ela faz dos participantes da interação, incluindo, e principalmente, ela mesma (GOFFMAN, 2012). Face seria, portanto, a imagem que se almeja tornar pública. Regras e valores sociais, assim como aspectos específicos do momento da interação, portanto, são fundamentais na compreensão da “composição” das imagens dos sujeitos. Determinado comportamento é esperado de um jornalista enquanto profissional (que pertence à comunidade social de jornalistas) e enquanto indivíduo inserido em uma situação específica de comunicação.

Contudo, para Brown e Levinson (1987), não há apenas uma face, composta por valores positivos, mas sim duas, uma positiva e outra negativa. A positiva é semelhante ao conceito de face apresentado acima (uma imagem social positiva reclamada pelos interagentes). Já a negativa diz respeito ao que não se quer evidenciar, pois pertence ao território do eu (liberdade para agir e impor sem ser julgado). É importante pontuar que a face negativa se espelha na noção de território, proposta pela teoria goffmaniana.

Dessa forma, em uma interação, há pelo menos quatro faces envolvidas (as positivas e as negativas do locutor e do interlocutor). Esse número, contudo, é bem maior se considerarmos, por exemplo, que os interagentes estão falando sobre alguém ou se o locutor fala para um auditório. Os dois casos são aplicáveis aos textos noticiosos, veiculados pela mídia, que podem relatar algo sobre alguém para uma audiência significativa.

Na tentativa de preservar as faces envolvidas na interação (as suas e as dos outros), para Brown e Levinson (1987), os interagentes adotam estratégias para amenizar as ameaças. Os autores, então, segundo Kerbrat-Orecchioni (2017), analisam os efeitos que os atos de fala têm, na interação, sobre as faces dos envolvidos e como esses atos se articulam com a cortesia. Existindo, todavia, dois tipos de face a serem preservadas/mantidas, Brown e Levinson defendem a existência de dois tipos de polidez, também negativa e positiva. A primeira é direcionada à preservação de faces negativas, e a segunda, à preservação de faces positivas.

Além disso, os autores apresentam as modalidades *bald-on-record*, *on-record* e *off-record*, que são articuladas quando o locutor opta por realizar um ato ameaçador às faces. Na primeira modalidade, o locutor preza apenas pela precisão da mensagem, assim, o ato é realizado com envolvimento, mas sem preocupação com a preservação das faces. Na modalidade *on-record*, o locutor demonstra envolvimento e comprometimento com o ato, realizando-o com preocupação com as faces envolvidas (positivas e negativas, suas e do interlocutor), desenvolvendo estratégias de polidez positiva e de polidez negativa, preservando as faces envolvidas. Já na modalidade *off-record*, o locutor opta por ser indireto, não se comprometendo ou não se envolvendo com o ato.

Devido ao papel de buscar informar a audiência acerca dos fatos, sem maiores comprometimentos da face do veículo midiático, a modalidade *off-record* é a que mais se faz presente na veiculação dos enunciados midiáticos. Isso, no entanto, não exclui a possibilidade de uso de estratégias *bald-on-record* e *on-record*. Assim, cabe destacarmos a possibilidade de que essas modalidades coexistam em uma interação. Em determinados enunciados, pode haver maior preocupação com a precisão da mensagem, sem preocupação com as faces – ao menos com a dos outros, sujeitos noticiados. É o caso, por exemplo, da manchete “‘Eu não soube me

conter diante de tanto poder’, diz Cabral a Bretas na Lava Jato”⁶, do portal de notícias UOL. O texto apresenta, entre aspas, uma fala do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, a fim de conferir exatidão e autenticidade ao que é veiculado, transferindo a responsabilidade do dito para Cabral. Há, com isso, a transferência da responsabilidade pela atribuição de uma característica à face para o próprio sujeito (Cabral), o que não necessariamente isenta UOL no trabalho de faces, já que o veículo é responsável pela forma como a sentença é construída, segundo os mais diversos interesses.

O quadro a seguir mostra as estratégias apontadas por Brown e Levinson (1987).

Quadro 2 – Estratégias de Polidez

(continua)

Modalidade/Recurso	Estratégias
Opção por utilizar a Polidez Positiva (<i>on-record</i> para face positiva)	1. Dê atenção ao outro e seus interesses, desejos, necessidades. Note-o.
	2. Exagere. Demonstre interesse, aprovação, simpatia com o outro.
	3. Intensifique o interesse para com o outro.
	4. Use marcadores de identidade de grupo.
	5. Procure acordo (com o outro).
	6. Evite o desacordo.
	7. Pressuponha/aumente/confirme pontos/terrenos em comum.
	8. Brinque, faça piadas.
	9. Afirme ou pressuponha o conhecimento e a preocupação que tem os desejos do outro.
	10. Ofereça, prometa.
	11. Seja otimista.
	12. Inclua a si (falante) e o outro (ouvinte) na atividade.
	13. Dê (ou peça) razões.
	14. Finja/simule ou afirme/evidencie reciprocidade.
	15. Dê presentes ao outro (simpatia, compreensão, cooperação)
Opção por utilizar a Polidez Negativa (<i>on-record</i> para face negativa)	1. Seja convencionalmente indireto.
	2. Questione, restrinja, limite.
	3. Seja pessimista.
	4. Minimize a imposição, a força.
	5. Mostre deferência, respeito.
	6. Peça desculpas.
	7. Impessoalize o falante (self) e o outro. Evite os pronomes “eu” e “tu”.
	8. Declare o ato de ameaça como se fosse uma regra geral.
	9. Nominalize, nomeie.
	10. Mostre-se como se estivesse em dívida (em débito) ou como se não estivesse endividando o outro (colocando o outro em débito).
Opção por ser Indireto (<i>off-record</i>)	1. Dê sugestões, palpites.
	2. Dê pistas de associação.
	3. Pressuponha.
	4. Minimize.
	5. Exagere.
	6. Use tautologias (redundâncias).
	7. Use contradições.
	8. Seja irônico.

⁶ Notícia veiculada no portal de notícias UOL, em 8 de junho de 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/06/08/eu-nao-soube-me-conter-diante-de-tanto-poder-diz-cabral-a-bretas-na-lava-jato.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

Quadro 2 – Estratégias de Polidez

(conclusão)

Modalidade/Recurso	Estratégias
Opção por ser Indireto <i>(off-record)</i>	9. Use metáforas.
	10. Use/Faça perguntas retóricas.
	11. Seja ambíguo.
	12. Seja vago.
	13. Super generalize.
	14. Desloque o outro (ouvinte).
	15. Seja incompleto, use elipses.

Fonte: Brown e Levinson (1987). Tradução nossa.

Diante de tais estratégias, podemos perceber que, segundo a teoria brown-levinsoniana (BL), qualquer ato é potencialmente ameaçador. Até um agradecimento, que, grosso modo, é feito para enaltecer o outro, mostrar gratidão, pode levar a uma ameaça à face negativa do interlocutor, por poder despertar neste a necessidade de um comprometimento com o locutor. Para os autores, os interagentes são conscientes da existência de faces/imagens, suas e dos outros, e, na tentativa mútua de preservá-las, articulam as estratégias e realizam os atos que podem ameaçar a face, calculando-os a partir das variáveis: distância social (D), relação de poder (P) do locutor (*self*) sobre o outro (H) e classificação da imposição do ato em cada cultura (R). Brown e Levinson (1987, p. 76), então, apresentam a seguinte fórmula para calcular a força (W) de um FTA (x), herança – talvez – de uma perspectiva cartesiana do conhecimento:

$$W_x = D(S, H) + P(H, S) + R_x$$

Soa-nos estranho, porém, a existência de uma “cortesia negativa”, pois nos dá a ideia de algo inexistente, não verdadeiro, com valor, num sentido estrito, negativo. Sob esse olhar, uma cortesia negativa seria considerada uma descortesia, na verdade. Encontramos em Kerbrat-Orecchioni (2006), todavia, uma releitura da teoria BL que defende que a polidez negativa não tem que ver, exclusivamente, com a preocupação com as faces negativas, mas sim em evitar ou atenuar a realização de FTAs, tanto para a face negativa como para a positiva do interlocutor. Ou seja, a cortesia negativa é, em sua essência, a não realização de uma descortesia, de um FTA, ou seja, abster-se.

Já a cortesia/polidez positiva é a realização, dado seu caráter produtivo, de um ato anti-FTA, tanto para a face positiva como para a negativa do interlocutor. Kerbrat-Orecchioni (2006) nomeia esses “anti-FTA” de FFA (*Face Flattering Acts* – Atos lisonjeiros à face, em tradução livre), que seriam o lado positivo dos FTAs, que tem, na verdade, o intuito de valorizar o outro, e não ameaçar sua face. São exemplos de FFA os elogios, os agradecimentos, as felicitações etc.

Para a autora, a polidez é um conjunto de procedimentos utilizados pelos falantes para poupar ou valorizar o interlocutor e se traduz como norma, onde os FTAs são geralmente atenuados, suavizados (quando o conflito, por exemplo, não é o interesse da interação) enquanto os FFAs são intensificados, reforçados (como um agradecimento com “muito obrigado”). Buscamos, na tentativa de ser polido, enaltecer a face do outro, sempre que possível. Há, todavia, situações em que o objetivo de ser cortês concorre com objetivos diversos e concorrentes, como o de ser franco, preciso, sincero.

Quando essa concorrência está posta, mas não se tem a pretensão de abrir mão de nenhuma delas, há a necessidade de estabelecer um equilíbrio. Para Kerbrat-Orecchioni (2006), trata-se de situações de duplo vínculo, nas quais a harmonia entre esses vínculos é imprescindível para a concretização da polidez. Pautada pelo compromisso com a verdade, veiculada por meio de seus textos, e pelo respeito para com a audiência, a mídia precisa buscar formas de tentar estabelecer esse equilíbrio entre a precisão, a lisura, a veracidade do que é noticiado e a cortesia com os sujeitos envolvidos, bem como com o público, evitando FTAs.

Parece-nos mais coerente, sob um prisma prático, as noções estratégicas de FTA e FFA na articulação do fenômeno da cortesia. Ora, se negativo significa, dentre outras coisas, negar a existência de algo, nada mais apropriado que categorizar como cortesia negativa a opção por atenuar ou não realizar um FTA. Em contrapartida, conferir à cortesia positiva seu devido valor “positivo”, de atenção para com o outro, valorizando sua face e a dele próprio. Além disso, considerar, como Brown e Levinson, que a cortesia (positiva ou negativa) gira apenas em torno de atos que ameaçam às faces é o mesmo que dizer que vivemos sempre em campos de tensão onde, até para se fazer um elogio ao outro, é preciso pensar como tal ato ameaçaria as faces. Admitimos, então, que é a perspectiva de cortesia proposta por Kerbrat-Orecchioni que nos filiamos majoritariamente, sem desconsiderar, contudo, as considerações tecidas por Leech e por Brown e Levinson.

Antes de prosseguirmos, no entanto, é necessário delinear-mos, a partir dos apontamentos feitos até aqui e das investigações que realizamos, nossos entendimentos acerca dos aspectos envolvidos no fenômeno da cortesia/polidez linguística.

Entendemos a cortesia como um fenômeno pragmático essencialmente estratégico, que visa a preservação das faces negativas e positivas dos sujeitos envolvidos na interação, por meio das estratégias de cortesia negativa e positiva, alinhadas aos aspectos aperfeiçoados por Kerbrat-Orecchioni, onde a cortesia negativa representa a atenuação ou a não realização de um FTA; e a positiva, a realização de atos lisonjeiros ao outro. Alinhamo-nos, ainda, à Brown e

Levinson no que diz respeito às variáveis de distanciamento e relações de poder entre os interagentes como fator articulador das estratégias a serem utilizadas nos dois tipos de cortesia.

Os FTA e os FFA não o são em todos os lugares e em todas as situações e interações. Um ato ou comportamento compreendido como cortês na zona urbana, por exemplo, pode não ser na zona rural. Há ainda a possibilidade de esse ato ser compreendido como não polido. A respeito dessas possibilidades de articulação do fenômeno da polidez, os enunciados podem ser entendidos como: a) impolido - quando os interlocutores esperam ações de cortesia, mas elas não são marcadas ou não se efetivam na interação; b) polido - quando a cortesia esperada é efetivada/marcada ao longo da interação; c) não polido - quando não há expectativa de cortesia e ela de fato não ocorre; e d) hiperpolido- quando, no contexto, não há expectativa de cortesia na interação, mas ela se faz presente ou é marcada com exagero (LAKOFF, 1989; KERBRAT-ORECCHIONI, 2017). No caso de textos jornalísticos, cujo objetivo é, muitas vezes, denunciar, poderíamos conjecturar a predominância da não polidez. Contudo, devido à significância da audiência e o impacto sobre ela, o mínimo de empatia e de cortesia é esperado e se faz necessário. Isso revela a importância de se considerar o contexto ao buscar interpretar os atos de cortesia. Não se espera de um jornal ou de qualquer veículo midiático atos descorteses; a cortesia também não poderá levar a uma hipervalorização do sujeito alvo da pauta, nem muito menos do veículo midiático e de seus operadores, jornalistas, comunicólogos etc. Assim, é preciso atenção para não confundirmos respeito e norma com cortesia, apesar de, em alguns casos, os dois estarem intimamente relacionados.

Ratificamos a necessidade de que os diversos tipos de contextos, tais como os sociais, culturais, históricos, ideológicos, religiosos e particulares, e os sujeitos envolvidos sejam considerados na análise/interpretação da (des)cortesia e que, além disso, o enunciado só pode ser categorizado/significado, como considera Koike (2017), pelos outros, ou seja, a cortesia e a descortesia só são reconhecidas como tal pelos outros (ouvinte/interlocutor ou terceiros afetados pela enunciação). É a partir de tal entendimento que repousarão nossas reflexões sobre o *corpus* de notícias e reportagens analisado. Se um texto pode ser entendido como descortês por um leitor, é porque há a possibilidade de tal interpretação.

Contudo, é preciso salientar a importância de que, em qualquer sociedade, por uma questão de poder e divisão de classes, algumas pessoas/instituições têm o “direito de ameaçar” as faces de outras, devido a posições que ocupam, sem que o ato seja considerado descortês ou impolido. É o caso, por exemplo, de um juiz ao proferir uma sentença; de um advogado ao articular a defesa de seu cliente; de um crítico ao analisar uma obra, da mídia etc. Para tais casos, é praticamente inevitável a realização de um FTA no exercício da atividade. No caso da

mídia, todavia, essa “justificativa” é aceitável frente a uma causa maior: a função social de manter os cidadãos informados acerca do que se passa em sua comunidade, no país e no mundo.

Ocorre que, devido ao poder de propagação de suas mensagens, atos e discursos, os impactos dos FTAs realizados pela mídia podem ser devastadores para as imagens sociais dos sujeitos e instituições, já que muitos serão os “outros” receptores. Assim, apesar da concessão desse direito, essas ameaças podem ser realizadas adotando estratégias de polidez negativa, por meio da atenuação do FTA. Essa seria uma forma, inclusive, de preservar sua face enquanto instituição séria, comprometida, respeitosa, beneficiando-se, portanto, de sua atitude cortês.

Esse benefício, que Leech (1983) propõe que sempre existe, ao se optar por ser cortês, o que concordamos, é que faz com que defendamos a ideia de que toda cortesia é estratégica em algum grau, mesmo que ela aconteça sem o locutor planejar. Segundo Briz (2005), se é estrategicamente cortês quando, por meio de seus atos, tem-se o objetivo diferente do de simplesmente ser cortês. Ora, se o único objetivo do falante é ser cortês, amplamente falando, seus atos serão dotados de estratégias de cortesia que levem a esse objetivo de ser cortês, mesmo que desconsidere os benefícios de tal atitude. Diante disso, optamos, então, por dividir a cortesia, ao considerá-la estratégica, em duas: a **cortesia estratégica**, simplesmente, para designar toda cortesia realizada com um objetivo explícito de se obter qualquer tipo de lucro, mesmo que mínimo; mas quando o locutor realizar a cortesia “simplesmente para ser cortês” (estratégia que já beneficiaria sua face positiva), consideramos que há uma **meta-cortesia estratégica**, ou seja, a cortesia (linguística) usada para expressar cortesia.

Um “bom dia” pode ser cortesmente estratégico, quando proferido com o objetivo de iniciar a conversa com uma pessoa que se pretende cortejar; mas também pode ser utilizado simplesmente para ser cortês, com pretensões de apenas manter um contato, usando a função fática, como quando dito por um professor a seus alunos, ao ingressar na sala de aula. Nesse último caso (que caracteriza nossa proposta de meta-cortesia), a cortesia expressa unicamente polidez, mas também atribui à face do professor um ponto positivo: que ele é “educado”. Assim, essa proposta vai na esteira da cortesia ritualizada, mas a supera, pois não compreende apenas os aspectos dos turnos e trâmites das interações, mas sim os efeitos decorrentes do ato cortês para a face do sujeito.

Entendendo a cortesia como uma estratégia para preservação das faces dos sujeitos, assumimos entendimento semelhante ao de Brown e Levinson nas noções de faces. Entendemos que as faces podem ser definidas como imagens sociais (GOFFMAN, 2012), divididas em positivas (compostas de valores sociais positivos) e negativas (compostas por aspectos não positivos e não aprovados socialmente, e que, por isso, os sujeitos têm o desejo e o direito de

não expor, de deixar no âmbito privado, não-público). Apoiamo-nos em Kerbrat-Orecchioni (2017), que apresenta uma distinção entre face individual e face coletiva (*group face* - face de grupo), para inferir e defender a existência de uma **face institucional**, já que uma empresa/instituição é formada por um grupo de pessoas, que também têm faces. As imagens institucionais têm composições semelhantes às imagens positivas e negativas dos sujeitos, mas são mais complexas, já que são representadas, em alguns momentos, por sujeitos também dotados de faces.

Os veículos jornalísticos, por exemplo, desejam manter determinada face positiva perante seu público, como a de um veículo de credibilidade. Contudo, são as pessoas que trabalham na instituição, os jornalistas, principalmente, que produzirão enunciados que levem a tal imagem e trabalho de preservação das faces. Caso um profissional veicule uma notícia falsa, por exemplo, estará ameaçando não apenas suas faces positivas e negativas, mas também as do jornal, pois este atua como um “responsável maior” pelo que é enunciado.

Defendemos, portanto, que a face institucional não existe em si mesma. Ela é desenvolvida por meio de estratégias de trabalhos de faces de sujeitos envolvidos com essas instituições em contatos com outros sujeitos. Esses contatos podem se dar de diferentes formas: por um atendimento telefônico, por uma campanha publicitária e institucional, pela emissão de comunicados, pela divulgação de textos. Kerbrat-Orecchioni (2017), ao apresentar o conceito de face grupal (que expandimos, aqui, para face institucional), acrescenta que eventuais valorizações e desvalorizações de face de um dos indivíduos do grupo (ou da instituição) reflete em todo o grupo/comunidade. Por trás da articulação de uma face institucional e seus diversos momentos de interação, então, há pessoas (com suas faces) trabalhando.

Além disso, no caso de instituições constituídas, como uma empresa, um governo ou ainda uma pessoa pública, não podemos desconsiderar a existência de um plano de comunicação e de identidade, que trata de estratégias de preservação de marca. Esse manual não se limita apenas à identidade visual, mas também contempla a imagem que a marca deseja ter diante da sociedade, as táticas a serem adotadas em casos de crise, o padrão de comunicação a ser seguido, dentre outras orientações.

Nossa proposta é baseada em uma releitura dos estudos sobre a face. A proposta goffmaniana, datada de 1967, se nos apresenta pensada exclusivamente para a interação síncrona face a face. Contudo, o atual contexto social globalizado exige que novas considerações acerca do tema sejam tecidas. A comunicação como um todo sofreu transformações em decorrência do desenvolvimento de novas tecnologias, que facilitaram a comunicação e a interação a distância. É o caso dos textos jornalísticos, que deixaram de ser

divulgados/veiculados exclusivamente em meios tradicionais (imprensa, rádio e TV). Nos ambientes digitais conectados à internet, notícias são disponibilizadas a todo instante, disseminando-se com velocidade e ampliando o impacto e a audiência, por meio de compartilhamentos, comentários e reações valorativas (curtidas e marcações de admiração e repulsa), que se revelam como mecanismos de interação dos sujeitos com sua rede social, com o conteúdo e com as instituições, incluindo, mas não se limitando, às midiáticas.

Sabemos que tal perspectiva pode sofrer resistência por parte de pesquisadores mais tradicionais, seguidores da proposta goffmaniana, pensada em outra conjuntura. Contudo, não nos é pioneira a discussão acerca da formação ou do conteúdo da face. O'Driscoll (2011; 2017), por exemplo, explora as possibilidades de significação e utilização do termo "face", que deveria denotar noções superiores à honra, reputação e identidade, segundo o autor. Esses aspectos, principalmente a identidade, carregam consigo o entendimento de serem mais duradouros na identificação do sujeito, do eu; enquanto a face, argumenta-se, seria mais efêmera, trabalhada e articulada apenas na interação face a face.

Sem desconsiderar a relevância desse tipo de interação no trabalho de faces, o autor evidencia a necessidade de novas reflexões sobre a temática, explanando sobre a possibilidade de uma constância de certos aspectos da face ao longo dos diversos encontros e em certas culturas. Diante disso, uma suposta efemeridade no tratamento da face poderia ser questionada. O'Driscoll (2017) segue argumentando que a identidade tem sido considerada, cada vez mais, como algo enraizado na interação, logo, menos duradouro do que se imaginava.

Há o reconhecimento, então, de um histórico pessoal responsável por conferir atributos à face, como "blocos de construção" que se arquitetam nas interações (O'DRISCOLL, 2011). O tradicionalismo permanece, entretanto, ao argumentar que em interações deslocadas, assíncronas e/ou escritas não há a possibilidade de trabalho de faces, por não haver faces envolvidas, não podendo, nesse tipo de interação, haver prejuízos ou benefícios à face diretamente. O autor segue acrescentando que, apesar dessa inexistência, é possível que essa comunicação acabe por impactar nos aspectos da face em uma interação futura. Tal visão nos parece contraditória: se há a possibilidade de impacto nas faces decorrentes de uma comunicação escrita, como negar a possibilidade de o locutor pensar e realizar um trabalho de faces (preservando ou ameaçando a sua e a dos outros) durante a produção, a fim de alcançar seus objetivos, seja nesta interação ou em uma futura?

Talvez pensando nesse questionamento, mas sem explicitá-lo, o autor acrescenta que investigar a linguagem e as intenções do produtor seria mais significativo. Sendo, em nosso entendimento, o trabalho de faces e a polidez estratégicos, defendemos que há faces em

comunicações escritas, assíncronas e a distância. No caso de enunciações públicas, os efeitos são redimensionados, pois mais sujeitos têm acesso aos enunciados, que podem tratar de outras instituições, pessoas, faces. Além disso, é necessária a consideração de que há uma instância produtora responsabilizada pelo dito e que é polifônica e dotada de histórias, reputação e interesses (muitas vezes velados).

Um exemplo dessas enunciações públicas são as notícias. Responsáveis por divulgar acontecimentos, os veículos de comunicação noticiam sobre fatos, instituições e pessoas, devendo desenvolver estratégias de trabalho de face. Quando disponibilizadas em ambientes digitais, o aspecto interativo se torna ainda mais inegável, viabilizando, até para uma visão classicista, a existência/possibilidade de trabalho de face.

É acreditando nesses aspectos, na possibilidade de novas aplicações da teoria das faces de Goffman e no cruzamento das propostas teóricas de cortesia que buscamos nos debruçar sobre o noticiário de corrupção, investindo na empreitada de entender como a atenuação e a intensificação são articuladas, em notícias e reportagens, preservando e ameaçando as imagens sociais dos sujeitos e das instituições envolvidas em todo esse processo interativo. Apresentamos, agora, então, reflexões acerca dos recursos atenuadores e intensificadores.

2.2 ATENUAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO COMO CATEGORIAS PRAGMÁTICAS

Apesar do rico trabalho de Brown e Levinson (1987), que nos apresenta estratégias para minimizar a força de um FTA, outras estratégias e mecanismos podem ser utilizados com fins de cortesia e de descortesia. É o caso da atenuação e da intensificação, recursos usados para marcar a intensidade do que dizemos. Ao pensarmos em atenuação, pensamos em um abrandamento do que é dito, em uma amenização dos efeitos de possíveis conflitos. Isso pode nos levar ao erro de pensar que atenuação é sinônimo de cortesia. Existe, de fato, uma atenuação cortês (BRIZ, 2014), contudo, o fenômeno é mais que isso.

A atenuação é uma categoria pragmática que pode ser percebida na cortesia, como um mecanismo estratégico, logo intencional, utilizado para auxiliar o alcance do objetivo da interação (como a aceitação do interlocutor/outro), assim, esses fenômenos só podem ser analisados considerando o contexto em que acontecem (BRIZ, 2013; 2014). Podemos inferir, então, que a atenuação é um recurso que o locutor pode utilizar para negociar e diminuir a imposição do que é dito ao interlocutor/ouvinte.

Por meio de estratégias de atenuação, o locutor reduz o valor da relevância do que é dito, diminui a força ilocutiva do ato de fala. Pode haver, assim, um afastamento de eventuais ameaças às faces, já que o que se pretende enunciar não é feito de forma clara e direta. Podemos, então, relacionar a utilização de estratégias atenuadoras às máximas conversacionais de Grice. As máximas de quantidade, qualidade, relação e modo, às vezes, precisam não ser cumpridas, a fim de evitar eventuais ameaças. O locutor reduz a qualidade e a quantidade da informação para não soar descortês. Assim, a atenuação também pode se apresentar ao locutor para buscar não ser tão direto ou para evitar certos tópicos na interação.

Nas reflexões sobre cortesia, é comum encontrarmos a questão da atenuação. Fala-se em sua noção prática, corriqueira, de atenuar, mitigar, reduzir o efeito de um FTA. Contudo, é à proposta de Briz que nos alinhamos e realizamos novas reflexões. Para o autor, a estratégia atenuadora pode atuar em duas modalidades: **uma linguística**, em que há um efeito redutor sobre o que se diz ou fala, ou seja, um distanciamento da mensagem e de sua imposição, reduzindo o “peso” avaliativo da mensagem; e uma como **estratégia social**, na qual a atenuação é utilizada – estrategicamente – pelo falante para proteger sua imagem e a do outro, podendo resultar em cortesia (BRIZ, 2005). Como estratégia interacional (SEARA, 2017), a atenuação pode evitar os conflitos e as tensões de uma interação, levando à preservação das faces dos sujeitos envolvidos. Assim, mesmo em uma atenuação linguística, pode haver benefícios ou prejuízos às faces.

De modo resumido, podemos afirmar que a atenuação não diz respeito apenas à mitigação ou à redução do valor do conteúdo. Trata-se de um recurso que os sujeitos utilizam, consciente e estrategicamente, para que tenham seus objetivos comunicacionais alcançados. Conforme os autores supracitados, a atenuação possibilita o distanciamento da mensagem, recurso comumente utilizado no jornalismo, por seu caráter objetivo, mas também uma aproximação entre os interagentes, o que é interessante para a mídia, por inspirar maior confiança e credibilidade, assim como audiência. Essa preocupação com a forma como o recurso é utilizado e como ele pode levar à preservação das faces no jogo interacional envolve a manutenção e o reforço dos vínculos entre o veículo, a audiência e o que é noticiado.

Destacando a atenuação como um recurso/categoria pragmático(a), Briz (2014) nos alerta sobre a necessidade de se considerar alguns aspectos na prática atenuadora. É preciso, em primeiro lugar, levar em consideração o contexto em que a enunciação acontece. Além disso, também precisamos nos atentar às premissas do distanciamento e da proximidade entre os envolvidos (social ou funcional); do local mais ou menos cotidiano; da cotidianidade da temática discutida; e, por fim, dos objetivos interpessoais (da intenção no contato com o outro).

A modalidade da interação é outro fator importante. Textos escritos, mais formais, que pressupõem planejamento e mais tempo para desenvolvimento, são diferentes da comunicação oral, espontânea, não planejada. Assim, concordamos com Briz (2014) que atenuação se faz mais presente em textos escritos, como os que pretendemos analisar, do que em interações face a face. Contudo, também cabe salientar que a suposta atenuação nos textos escritos pode não ocorrer, por não ter sido pretendida pelo locutor; o meio, ou ainda o gênero, por si só não obriga a utilização de recursos ou práticas atenuadoras.

A própria dinâmica dessas modalidades (escrita e oral/face a face) dá consistência à observação de Briz. Em uma situação de fala simultânea, há “menos tempo” para evocar recursos atenuadores e, quando eles são utilizados, podem marcar um distanciamento entre os interagentes. Num diálogo eventual entre irmãos, por exemplo, em que a preocupação com as faces dos envolvidos é menor, a existência de muitos recursos atenuadores, além de marcar um distanciamento entre os irmãos, poderia significar um excesso de (talvez falsa) cortesia e um tom irônico. Nos textos jornalísticos, todavia, pela busca da objetividade e da suposta “imparcialidade”, esse distanciamento é necessário, assim como o trabalho de faces e da cortesia. Essas considerações evidenciam o caráter pragmático da estratégia de atenuação, pois, sem reconhecer a situação de comunicação, não se alcançariam tais entendimentos.

A atenção ao contexto interacional concreto faz com que Briz (2013; 2014, tradução nossa) aponte três segmentos ou elementos que interferem na atividade atenuadora e precisam ser observados: o **elemento desencadeador**, que é o membro do discurso que causa ou desencadeia a necessidade de se atenuar, um ato, o contexto, por exemplo; o **elemento atenuado**, que seria o membro do discurso que é afetado pela atenuação, aquilo que é preciso atenuar (ação ou intenção); e o **elemento atenuador**, que é a expressão atenuadora propriamente dita e, caso esta exista, seu efeito. No caso do gênero notícia, o ato de noticiar e o próprio gênero são os desencadeadores da necessidade de atenuação. Já o fato noticiado pode ser o elemento atenuado, pois há casos de notícias em que as faces negativas estão/serão superexpostas, como no caso apresentado na Figura 1 e discutido em seguida.

Figura 1 – Elementos de atenuação em Notícia do G1



Fonte: G1⁷, 13 jun. 2018.

Na notícia, escrita por Marina Oliveira, da TV Globo Brasília, temos a divulgação do fato de o subprocurador Nívio de Freitas Silva Filho (Procuradoria Geral da República – PGR) ter emitido parecer negando a parcialidade e a retirada do Juiz Sérgio Moro das ações sobre o caso de um sítio em Atibaia, em que Lula é réu. Buscando conferir mais crédito ao que é veiculado, a manchete não menciona Silva Filho e atribui a negativa a uma instituição, a PGR. É possível identificar como recurso atenuador o uso da expressão “ação sobre Lula, e não “ação contra Lula”, como comumente se verifica no meio jurídico. A jornalista não explicita o teor negativo de haver uma ação contra o ex-presidente. Tal opção minimiza o fato negativo de se responder a um processo judicial.

Diante disso, temos como elemento desencadeador da atenuação o próprio contexto jornalístico, que deve(ria) buscar preservar as faces dos sujeitos/instituições envolvidos na notícia, e o fato de haver uma ação, na justiça, contra alguém, identificado na manchete pelo retângulo de linha contínua. Esse fato também exerce o papel de elemento atenuado, pois, dado seu aspecto negativo, convém ter o peso do ato reduzido. Já o vocábulo “sobre” atua como elemento atenuante, que substitui “contra”, que atribuiria mais força ilocutiva ao ato.

Além desses fatores que influenciam a utilização do recurso atenuador enquanto mecanismo que possibilita o distanciamento da mensagem, a aproximação entre os interlocutores e evita conflitos, Briz (2015) nos apresenta três tipos de atenuação: a i) atenuação **estritamente pragmática**, que mitiga a força ilocutiva do ato; a ii) **semântico-pragmática**, que afeta o conteúdo proposicional; e a iii) **retórica**, que tem a ver com a atenuação do

⁷ Notícia veiculada no G1 em 13/07/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/pgr-e-contra-retirar-moro-da-acao-sobre-lula-no-caso-do-sitio-de-atibaia.ghhtml>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

desacordo com outro. Cada um desses tipos possui formas de articulação que possibilitam o alcance do objetivo atenuador (BRIZ, 2005, tradução nossa), conforme pontuamos abaixo:

- a) Atenuações **estritamente pragmáticas** são as que acontecem:
 - Pela própria ação atenuante do verbo performativo (que expressa ação, intenção ou ponto de vista);
 - Pela modificação do verbo performativo;
 - Por modificações modalizadoras “na margem”;
 - Pela elipse da conclusão;
 - Pela impessoalização do eu;
 - Pela despersonalização do tu.
- b) Atenuações **semântico-pragmáticas** são as que acontecem:
 - Pela atenuação de um elemento por modificação gramatical ou léxica;
 - Pela atenuação de toda a proposição.
- c) Atenuações **retóricas** acontecem:
 - Quando elas expressam incerteza ou fingem ignorância ou incompetência diante do que é dito por outro interlocutor;
 - Quando elas manifestam, em movimentos concessivos-oposicionais ou restritivos, acordo/concordância parcial, mesmo com um desacordo preliminar (concordo com você, mas também se pode...);
 - Impersonalizar/impessoalizar a não conformidade, o desacordo.

Diante disso, podemos elencar alguns procedimentos utilizados para atenuar. Para redução do valor significativo, utilizamos minimizadores quantitativos (um pouco, somente, apenas), modalizadores (mais ou menos, uma espécie de..., desse modo), litotes e eufemismos; já para redução da força ilocutiva, utilizamos formas impessoalizadoras, expressões que incidem na objetividade ou franqueza do dito, distanciamento de generalizações, reparações de desconformidade, não apresentação de certeza (utilização de recursos que demonstram dúvida ou probabilidade), atribuição da responsabilidade do dito a outros etc. (ALBELDA MARCO; GARCÍA, 2013). Acrescentamos a esses recursos outras duas formas que podem levar à atenuação que dialogam: a fuga do tópico ou desfoque da temática e foco no contexto da atenuação.

A fuga do tópico diz respeito ao locutor evitar introduzir na interação certas temáticas ou, caso isso não seja possível, realizar de forma desfocada, imprecisa, e, se necessário, evocando informações ou atributos da face positiva dos interlocutores. Contudo, o

foco no contexto é um recurso que dialoga com o desfoque, por meio da não retomada de tópicos passados que podem interferir nas faces negativas, ou seja, o locutor opta por focar apenas no contexto, minimizando a referência a outros contextos e tópicos que trariam prejuízos às faces.

Em oposição, mas não em negação, à atenuação, temos a intensificação. Ao enfocarmos apenas no signo “intensificação”, podemos pensar que se trata meramente da implantação de sufixos ou marcadores quantitativos, intensificadores, como por exemplo: *muito* obrigado, *espertíssimo*, *grandiosamente* bela etc. Entretanto, diversas são as formas de articulação da intensificação. Para citar algumas possibilidades, o fenômeno pode ser notado como ênfase, expressividade, afetividade, realce, ponderação, questão de grau, dentre outras (ALBELDA MARCO, 2005b).

Apesar de a cortesia propor um abrandamento dos atos de ameaça a face, ou seja, ela estaria mais ligada a uma atenuação, há mecanismos ou estratégias intensificadoras que podem levar a enunciados corteses, ao menos na perspectiva de cortesia positiva proposta por Kerbrat-Orecchioni. Um *muito* preposto a um obrigado, por exemplo, intensifica o agradecimento e pode reafirmar a cortesia.

É com esse entendimento de que a cortesia pode ser alcançada tanto pela atenuação como pela intensificação, que Albelda Marco (2005b) desenvolve sua análise. Para a autora, a intensificação levaria a um aumento de obrigações, responsabilidade e aproximação da mensagem, enquanto a atenuação, a um distanciamento. Propondo, então, uma análise da intensificação a partir de um olhar pragmático, ela salienta a necessidade de observar os elementos utilizados na comunicação e a finalidade deles. É a partir desse olhar mais atento aos elementos, verbais e não verbais, que compõem as notícias veiculadas em portais que pretendemos desenvolver nossas reflexões.

A intensificação também está vinculada à força argumentativa e “ao realce de algumas máximas de cooperação de Grice, sobretudo, da qualidade e da pertinência das contribuições do eu” (BRIZ, 2001, p. 114, tradução nossa). Para Briz, os recursos intensificadores podem ser utilizados com o fim de reforçar o grau de verdade do que é dito, assim como para fazer valer a intenção de sua fala. Os aspectos mencionados ratificam a inferência de que a utilização da intensificação, seja por meio de recursos linguísticos ou pragmáticos, estão relacionadas a intenções e avaliações do locutor.

Sendo a atenuação e a intensificação estratégias que podem ser utilizadas na comunicação para marcar uma avaliação, um posicionamento do emissor, tal recurso deveria ser usado com parcimônia em enunciados que se dizem imparciais, objetivos. Não é, todavia, o

que percebemos. Podemos apreender que a mídia adota uma série de recursos linguísticos e visuais para assinalar juízos, como palavras e imagens destacadas, retomada de outros tópicos, galeria/histórico de fatos etc.

O *corpus* analisado por Albelda Marco (2005b) é composto por conversações, e a autora defende que são várias as formas linguísticas que o falante pode empregar para alcançar seus propósitos comunicativos. Pelas múltiplas possibilidades de agir com esses recursos, no plano da expressão, que só podem ser compreensíveis a partir do contexto, é que a autora defende a intensificação como categoria pragmática, entendimento que nos parece apropriado e alinhado às nossas perspectivas do fenômeno.

Podemos perceber que as tipologias da intensificação são, basicamente, duas, conforme Briz (1998) e Albelda Marco (2005b): preposicional e modal. A primeira diz respeito à intensificação do dito, realizada por meio de uma modificação no âmbito semântico, com uma marcação quantitativa. Já a intensificação modal envolve a modalidade, a atitude do locutor diante do conteúdo, dessa forma, esse tipo de intensificação interfere no dizer, com finalidades comunicativas.

Atenuação e intensificação se mostram como fenômenos complementares, distribuídos conforme os objetivos pragmáticos dos interagentes na situação de comunicação. A intensificação pode atuar positiva e negativamente na comunicação, dependendo das estratégias ou motivações do locutor, interferindo na modalidade, polaridade e qualidade do enunciado. A modificação por meio da intensificação pode ocorrer interna ou externamente.

O dito tem sua verdade reforçada com os recursos de intensificação, que também modificam superlativamente a quantidade ou a qualidade da informação, além de influenciar na força ilocutiva (ALBELDA MARCO, 2007), como já mencionado. Para isso, recorre-se a recursos morfológicos, sintáticos, léxicos e fonéticos, não se limitando a apenas um no enunciado. A intensificação pode ocorrer nos níveis (ALBELDA MARCO, 2013):

- a) **Fônico**, aumentando a intensidade;
- b) **Morfológico**, com modificadores internos (prefixos e sufixos) e externos (como marcadores de quantidade)
- c) **Sintático**, com repetições e consecutivos de intensidade;
- d) **Léxico-semântico**, com expressões de intensidade, hipérbole e metáforas;
- e) De **modalidade**, interferindo no compromisso com a verdade ou certeza do que é dito.

Há ainda a atuação no nível semântico-pragmático (quando a intensificação leva a significações mais positivas ou negativas, por exemplo) e a intensificação por elipse e pelo

realce do papel dos interlocutores (BRIZ, 2001). O autor também menciona a possibilidade de a intensificação ocorrer através da manipulação do dito e do dizer, das mais diversas formas, das quais podemos citar o reforço, o realce, a ênfase e o excesso, a retomada e inserções de informações.

É importante ressaltar que as considerações aqui tecidas estão alinhadas à produção do grupo Va.Les.Co, do qual Briz, Albelda Marco e Seara, por exemplo, fazem parte. O grupo defende a atenuação e a intensificação como categorias pragmáticas que representam uma modalização avaliativa, ou seja, ao atenuar ou intensificar, os interlocutores, na verdade, estão demonstrando sua avaliação sobre o que é dito.

Acreditamos no caráter avaliativo da atenuação e da intensificação, em seu caráter pragmático e que as formas de atenuar e intensificar são diversas. Isso nos leva a defender uma categoria **pragmático-imagética** da atenuação e da intensificação, que envolve o juízo/avaliação que o locutor faz do conteúdo, articulado por meio desses mecanismos, mas que colabora para a criação de imagens do "conteúdo" abordado na e pela linguagem. Se “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005, p. 286), também é nela e por meio dela que ele age, construindo imagens, atribuindo atributos às faces dos sujeitos e instituições.

Inferimos que essa categoria pragmático-imagética é contextual, processual, e se desenvolve em um contínuo temporal. A intensificação e/ou a atenuação podem se nos apresentar com um significado pontual, no momento da enunciação, mas que leva à (re)formulação de imagens sociais positivas e negativas, a partir da replicação dos enunciados. Entendemos que esse recurso se faz muito presente na mídia, por exemplo, ao retomar informações, muitas vezes desnecessárias, que levam a ameaças e reforço das imagens, positivas e negativas, mas também reforçam a avaliação.

Nossa proposta de categoria abarca os mecanismos propostos por Briz (2005) e Albelda Marco (2005b), que estão sendo discutidos neste trabalho, mas destacamos a necessidade de considerar a ênfase e o reforço do tópico, principalmente no caso dos textos midiáticos, por terem mais impacto e visibilidade e porque podem permanecer em pauta por um tempo maior que uma interação pontual. Com relação à ênfase, os textos podem reforçar sua avaliação sobre o dito, além do conteúdo proposicional propriamente, por meio de destaques na formatação no texto e de recursos imagéticos (que podem atenuar ou intensificar tanto imagens positivas como negativas). A ênfase também pode ser dada por meio da retomada de pontos específicos que acabam por reafirmar a avaliação que o locutor está fazendo do conteúdo.

A mídia tem a possibilidade, ainda, de retomar e reforçar os tópicos, segundo seus interesses de pauta. Ela pode realizar retrospectivas, evocar fatos passados, reeditar textos, replicar e multiplicar conteúdos. Acreditamos que tais estratégias podem se desenvolver por meio da atenuação e da intensificação, ameaçando ou preservando as faces dos sujeitos e instituições envolvidas, revelando, assim, a possibilidade de análise de um viés pragmático que impacta mais especificamente as faces.

A fim de demonstrar tal possibilidade, apresentamos a seguir algumas manchetes que falam sobre crescimento na economia brasileira.

Figura 2 – Notícia veiculada em CartaCapital



Fonte: CartaCapital, 01 dez. 2017.

Podemos perceber, na Figura 2, que a CartaCapital apresenta o fato (crescimento de 0,1% da economia) e o espaço temporal a que ele se refere (terceiro trimestre de 2017), sem atenuar ou intensificar o que é dito. Além disso, podemos inferir que a precisão e a objetividade da mensagem preservam a face positiva (porque é algo que ela deseja evidenciar) da revista, de veículo de comunicação comprometido em informar. Se analisarmos, contudo, a opção por noticiar acerca do crescimento da economia e não do PIB (Produto Interno Bruto), que foi o que de fato cresceu, identificamos uma intensificação pragmática da qualidade negativa, divulgando como um todo, o ocorrido com uma parte, pois a economia não se resume ao PIB.

Figura 3 – Notícia veiculada no Portal de Notícias G1



Fonte: G1, 01 dez. 2017.

Já na Figura 3, identificamos o fato (crescimento do PIB), o tempo (terceiro trimestre) e intensificação modal do fato (terceira alta seguida). Consideramos essa intensificação como modal, pois aparece com o propósito comunicativo de fornecer ao leitor uma “informação bônus”, complementar, a de que é o terceiro trimestre seguido que o governo consegue fazer com que o PIB cresça. Inferimos que essa informação “extra” marca a avaliação (positiva) que o G1 faz do fato e colabora para reforçar a imagem positiva do governo. E essa articulação pode envolver tanto a atenuação como a intensificação, que avalia e formula imagens que denominamos de modalidade ou tipo pragmático-imagético, presente tanto na atenuação como na intensificação.

Essa intensificação pragmática positiva, desenvolvida pelo G1, atribui ao Governo, que desenvolve ações que interferem no PIB, características positivas. A precisão da notícia, à primeira vista, também poderia ser considerada uma intensificação, não fosse o fato de os pormenores do PIB não serem de conhecimento geral da população. Tal fato faz com que seja identificado um recurso atenuador do valor negativo da informação: ao não se ter pleno conhecimento do que trata a notícia, ela poderia não ser tão significativa. Sob essa perspectiva, podemos inferir que se trata de uma redução do valor significativo (LAKOFF, 1972 *apud* ALBELDA MARCO; GARCIA, 2013).

A Figura 4 também exemplifica nossa proposta tipológica. Trata-se de uma notícia divulgada na CartaCapital, que, na Figura 2, apresentou suposta objetividade da notícia. Na imagem abaixo, identificamos que o fato, retomado por “PIB do trimestre”, é categorizado e intensificado por meio de uma declaração de conotação negativa (“balde de água fria”). A manchete ainda pontua a quem a declaração afeta: o “discurso de recuperação” econômica pregado pela gestão do Governo brasileiro. Tais entendimentos, todavia, só podem ser alcançados por quem tem conhecimento do contexto político e econômico do país.

Figura 4 – Notícia veiculada em CartaCapital sobre PIB



Fonte: CartaCapital, 01 dez. 2017.

Podemos inferir, ainda, que a intensificação pragmático-imagética realizada pela CartaCapital direciona a uma avaliação (negativa) da “recuperação” e do crescimento econômico de 1%, o que acaba por ameaçar a face do Governo. Isso, todavia, foi identificado apenas em uma segunda notícia sobre o fato, o que ratifica a necessidade de se considerar o contexto e o fator contínuo temporal da proposta que apresentamos, que acaba por reforçar as imagens.

3 NOTÍCIA: ESTRUTURAS, OBJETIVOS E VOZES

Desde seu surgimento, os *media* passaram a permear os espaços sociais por meio de diversos textos, revelando discursos, juízos e ideologias, influenciando um número significativo de sujeitos alcançados pelo que é comunicado. Ocupando lugar privilegiado, a mídia, por meio dos veículos de comunicação, em especial os de imprensa, foi se constituindo como espaço de prestígio, responsável por ser fonte de informações, por apresentar à sociedade o que se passa no cotidiano, por denunciar as mazelas e violências (sociais e políticas) sofridas pelo povo. Neste capítulo, apresentaremos reflexões acerca do fazer jornalístico, das múltiplas vozes que perpassam as enunciações dos veículos de comunicação e do trabalho de faces desenvolvidos nas narrativas jornalísticas.

Consideramos relevante tecer considerações acerca dessa temática, pois é uma forma de situar leitores de diferentes áreas do conhecimento sobre a estrutura que se espera do texto de uma notícia ou de uma reportagem. Além disso, acreditamos ser importante essa discussão, pois auxilia também o leitor curioso a se situar nos pressupostos que guiam nossa proposta analítica.

3.1 A NARRATIVA JORNALÍSTICA

A linguagem verbal foi, por muito tempo, o principal meio utilizado para os fazeres jornalísticos, pautados pela “lealdade ao relato do fato”, ao produzir a notícia. O jornalista deveria, então, distanciar-se do dito, focando na objetividade e no apagamento de suas subjetividades ao narrar o fato.

Sabemos, atualmente, contudo, que por mais objetivo que se pretenda ser, o autor sempre estabelece uma relação com o texto, avaliando o que é dito, conforme já pontuamos ao concordar que os recursos de atenuação e intensificação se enquadram na modalização avaliativa. Salientamos também o pensamento bakhtiniano de que os enunciadores têm diversas possibilidades lexicais e imagéticas para a construção de seus enunciados, e que a escolha de um ou outro representa uma avaliação, um ponto de vista do enunciador (BRAIT, 2015).

A objetividade, diante disso, torna-se um mito, apesar de o jornalista tentar evidenciá-la por meio de estratégias próprias dos textos jornalísticos, como a notícia e a reportagem. Essa tentativa de mostrar ao público um distanciamento do fato, narrando-o como se não houvesse um intermediador entre o ocorrido, o texto e a audiência, surgiu, efetivamente, no jornalismo norte-americano, consolidando-se no Brasil a partir da década de 1950, excluindo

o pensamento crítico e subjetivo do jornalista, que deveria seguir um modelo estratégico que mostrasse ao leitor objetividade e isenção, conforme nos apontam Paixão e Venegas (2014). As aspirações ao modelo, segundo as autoras, nasceram, todavia, no final do século XIX, no jornalismo europeu, a partir de um olhar mais comercial e sistemático para a imprensa, dando origem à busca por um modelo de construção textual mais objetiva e “neutra”, distanciando-se de um jornalismo literário e narrativo. Aparecem, nesse cenário, os manuais de redação que buscam conferir profissionalismo e unidade ao fazer jornalístico.

Diante desse prisma, algumas inquietações nos interpelam. Entendemos a necessidade de uma objetividade da notícia, mas nos parece demasiadamente complexo apresentar um fato, desconsiderando uma narratividade, o que poderia trazer traços literários ao texto. Além dessa inquietação, também não conseguimos conceber uma produção textual isenta de interpretações e subjetividades de seu autor.

Aprendemos, então, um necessário esclarecimento da distinção do que entendemos por jornalismo narrativo e narrativa jornalística. O primeiro, segundo Paixão e Venegas (2014), diz respeito a um jornalismo em que há presença de teor crítico e subjetivo do autor que narra o fato, há uma presença marcante do jornalista no texto. Já a narrativa jornalística envolve a natureza da forma como os fatos são apresentados, considerando uma sequencialidade dos acontecimentos que são narrados no texto.

A narração, conforme salienta Resende (2005), é uma problemática do cotidiano do profissional do jornalismo, que precisa narrar os fatos veladamente, tendo o real e o verdadeiro como referentes, a fim de evitar a ficcionalidade do acontecimento. Precisa fazer isso considerando, ainda, a imparcialidade e a objetividade. Por conta disso, lembra Resende, a narração, no jornalismo, não é livre. O autor do texto conta com uma série de recursos/técnicas que limitam sua atuação, como a apresentação do *lead* e a obrigação de se restringir ao fato, à verdade. Para Araújo (2012), o fato e a verdade como referencial, assim como a escolha dos acontecimentos a serem elencados e o aspecto cultural do jornalismo (que veicula o que “importa” e o que a sociedade deve tomar conhecimento), fazem com que as narrativas jornalísticas sejam entendidas como “narrativas especiais”.

Com relação a evitar o ficcional no jornalismo por meio da objetividade, Rodrigues e Schabbach (2014) apontam que a objetividade se estabelece na intenção de se produzir um enunciado verdadeiro, que é (ou deveria ser) a prioridade do jornalista. Sendo o dito verdadeiro, logo, será objetivo. Os autores apresentam esse entendimento a partir de um pano de fundo contemporâneo, no qual a verdade e a objetividade coexistem de modo independente, fruto do aceitamento de uma *teoria da verdade*. Segundo essa teoria, a objetividade no enunciado é

impossível e a verdade, única e imutável, no discurso, se constrói por meio do somatório de subjetividades impressas.

Essa impressão de subjetividades assumidas nos textos jornalísticos, sem desconsiderar e/ou manipular a verdade dos fatos, parece-nos mais coerente. Tínhamos uma percepção empírica de que, na mídia norte-americana e europeia, principalmente, os posicionamentos políticos e econômicos eram clara e explicitamente marcados. Os veículos de comunicação apoiavam e apoiam abertamente partidos políticos, por exemplo; algo que ocorre no Brasil de modo “velado”, na maioria da mídia considerada hegemônica.

Nossa percepção é confirmada por Rodrigues e Schabbach, que sinalizam que, no Brasil, a imprensa é percebida pela sociedade como um portador da verdade, posição contrária a que vem se destacando no jornalismo americano e europeu, em que os posicionamentos são abertamente apresentados, beneficiando a audiência, que não se depara com demasiados implícitos no dito. Acrescentamos a isso, a possibilidade de ampliação do pensamento crítico na sociedade que, na busca pela construção do entendimento do fato, procura diferentes fontes de informação e de posicionamentos. Nessa tentativa de construção da objetividade (sinônimo de “verdade”) dos fatos pelos leitores/espectadores/usuários, os autores enxergam a aplicação, novamente, da teoria da “verdade”.

Não se trata, ainda segundo Rodrigues e Schabbach (2014), de afirmar que o enunciado objetivo não é verdadeiro. Ao contrário, quanto mais objetivo, mais próximo do real estaria o relato. Contudo, essa objetividade só poderá ser alcançada se as subjetividades do produtor/autor, a pluralidade de vozes (incluindo o posicionamento editorial do veículo) e de pontos de vista estiverem presentes na enunciação.

É pertinente falarmos aqui da necessidade de novos letramentos. A compreensão sobre a construção dos sentidos na mídia, sobre a veiculação de enunciados e sobre as possibilidades de construção textual requer um letramento midiático e crítico. Se faz necessário também o desenvolvimento de um pensamento mais reflexivo sobre como as enunciações jornalísticas são produzidas, como elas circulam e quais os interesses implícitos.

O ato comunicacional, conforme nos salienta Charaudeau (2003), depende de uma relação de intencionalidades das instâncias envolvidas, a de produção e a de recepção. Os jornalistas, assim como os veículos de comunicação, enquanto pertencentes à instância de produção, precisam considerar as intenções do receptor/leitor ao estabelecer uma relação com a notícia, com a reportagem, com o texto. Contudo, como se sabe, as instâncias produtivas também têm suas intenções (DALMONTE, 2009). Há sempre uma intenção por parte do enunciador, até na escolha da pauta jornalística. É impossível, então, negar a existência dessas

vozes que perpassam os enunciados. É preciso considerar, ainda, que, nesse jogo de cointencionalidades, os grandes veículos de comunicação levam vantagem devido ao lugar privilegiado do qual emitem seus enunciados, logo, seus interesses e intenções têm maior peso.

Enunciações jornalísticas contam com a problemática da verdade, já que o jornalista, em seu fazer, busca a verdade dos fatos. Na cultura digital que vivemos, essa problemática é ainda mais complexa, dada a possibilidade de ampla produção dos ambientes virtuais, por qualquer interagente. Nessa conjuntura, chama a atenção de muitos pesquisadores e da própria mídia, a proliferação de notícias falsas, denominadas na contemporaneidade de *fake news*. Com intenções diversas, pessoas criam textos com estrutura semelhante à de notícias, mas que não têm compromisso com a verdade. Os produtores, predominantemente, valem-se do teor emotivo, de dados que chamam a atenção dos leitores e de manchetes sensacionalistas. Ao despertar o interesse dos partícipes dos ambientes digitais, essas notícias se espalham pela rede, por meio do compartilhamento, ganham significação, perpetuam-se como se fossem verdade e provocam efeitos que ultrapassam essas plataformas.

Muitas vozes, então, dialogam na circulação de uma notícia, seja ela falsa ou verdadeira, por meio de comentários e compartilhamentos. Na produção do texto noticioso, contudo, muitas vozes também se fazem presentes. Apesar de um jornalista ou uma equipe assinarem a autoria do texto, este também traz consigo as vozes do repórter fotográfico, da linha editorial do veículo, dos protagonistas do fato, dos interesses econômicos e de audiência. Diante disso, na próxima seção discutimos sobre as estruturas dos gêneros notícia e reportagem, as vozes que participam deles e como isso está presente no jornalismo *on-line*.

3.2 REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA NA CULTURA DIGITAL

Que o trabalho da imprensa é de suma importância para as sociedades é algo que não podemos negar. Seu papel perpassa a divulgação de serviços, a denúncia, o tornar público fatos que precisam ser de conhecimento da população, revelar verdades. A verdade, contudo, não é acabada, isolada em si. Nesse sentido, Charaudeau (2003) considera as verdades como resultados das ações humanas. É importante lembrarmos que o jornalista, enquanto ator social, também é participante dessas ações. Precisamos refletir, então, sobre como o jornalista é investido de autoridade para construir e apresentar verdades.

O trabalho jornalístico é sustentado também por um princípio ético, pois, se os cidadãos têm o direito de ter acesso às informações, o dever de informar precisa ser atribuído a alguém ou à alguma instituição, ao jornalista e/ou aos veículos de comunicação, a fim de

construir uma verdade “civil” (CHARAUDEAU, 2003), uma verdade sobre as pessoas e sobre a nação que seja de conhecimento do grupo, da sociedade. Nessa relação de direitos e deveres, os sujeitos legitimam o papel dos jornalistas e dos veículos de comunicação, conferindo-lhes autoridade e poder. Para o autor, entretanto, dois obstáculos à construção da verdade civil surgem: a complexidade e a opacidade.

Sendo a construção da verdade uma ação humana, é fundamental que se compreenda a realidade do mundo em que se vive. É a partir desse entendimento que Charaudeau contextualiza os obstáculos acima. O mundo que vivemos é, por natureza, complexo. Lidamos com essa complexidade e tornamos mais inteligível o mundo, segundo o autor, por meio do discurso científico e de instâncias de difusão de doutrinação (como a Escola e a Universidade, organizações de formação ou atividade extraprofissional [CHARAUDEAU, 2003]). Podemos compreender os *media* como uma dessas instâncias porque eles tornam público, publicizam e, muitas vezes, didatizam, os acontecimentos que julgam impactar a vida social dos cidadãos.

Já no que diz respeito ao obstáculo da opacidade, salientamos que ao delegarmos a outro a decisão sobre o que é importante e precisa ser divulgado, conferimos-lhe poder e permitimos-lhe influenciar. Assim, no que diz respeito ao poder político, é preciso reconhecer que “obter o poder é também ser legitimado pela maioria ao término de um jogo de representatividade – eleições ou designações submetidas ao controle dos diversos participantes” (CHARAUDEAU, 2003, p. 41, tradução nossa). Nesse jogo de poder, segundo o autor, uma estratégia se põe: a de não dizer tudo. Temos, então, o ocultamento de fatos, segundo interesses próprios e ocultos, que acaba por se constituir como ferramenta de manipulação.

A superação desses obstáculos ratifica a relevância dos veículos de comunicação. A imprensa, ao se propor tornar público, revelar o que não está claro ou é omitido, torna-se legitimada pela sociedade. Contudo, lançando luz sobre os acontecimentos revelados e/ou omitidos, é pertinente refletirmos sobre como se dá a escolha dos que serão publicados na mídia e quais os interesses que perpassam essa escolha. Destacamos a questão do interesse por defendermos que a escolha do que será noticiado nunca é despretensiosa, inocente.

O que é publicado é sempre marcado por um ideal axiológico, cujo objetivo é reforçar uma ideologia e quando a publicação é feita pelo fato ser espetacular, a profundidade se torna comprometida (SILVA, 1997). No caso do jornalismo *on-line*, essa falta de profundidade pode se tornar ainda mais evidente, devido à dinamicidade do ambiente digital, pautada pelo imediatismo e pela agilidade na publicação. Para isso, transmutações são feitas no

estilo de produção textual jornalística, que antes se restringia tradicionalmente ao meio impresso, para a nova realidade, a do hipertexto dos portais de notícias.

Independente do meio de divulgação, a linguagem utilizada para construção do texto da notícia e da reportagem é semelhante. Impresso ou *on-line*, o jornalismo pretende construir credibilidade junto à audiência, pautando-se, para isso, na divulgação de dados precisos, informações e fatos verdadeiros, afinal, a informação é o objeto de trabalho do jornalista. Além disso, esses fatos precisam ser atuais, já que o principal interesse do jornalismo diário é o que aconteceu num passado recente. Para isso, o jornalista, na redação do texto, vale-se do pretérito perfeito do indicativo como tempo verbal. Isso também está presente *on-line*, mas, como o foco desse tipo de jornalismo está no que acontece no momento atual, é comum identificarmos a presença do presente do indicativo, pois confere maior proximidade entre o momento em que o fato ocorreu e o em que ele é narrado, indo ao encontro da compressão da relação espaço-tempo, aspecto evidente na cultura digital.

Podemos falar, até aqui, de algumas ações próprias do fazer jornalístico, como *observar*, *acreditar* e *informar*, que são, para Wittgenstein, jogos de linguagem, formas de vida (SILVA, 1997). Silva analisa o texto jornalístico a partir de um olhar wittgensteiniano e discorre sobre três atitudes da atividade social jornalística: a *observação*, que é uma forma de atualizar a realidade; a *crença* e a *credibilidade*, que dizem respeito ao leitor acreditar no que lê, revelando a importância da verdade e do real no texto jornalístico; e o *informar*, que tem seu poder na crença e, por isso, há uma preocupação em informar mais sobre o informante e menos ao leitor. Ou seja, a estrutura dos gêneros discursivos também é uma das estratégias utilizadas para formar a credibilidade dos veículos de comunicação.

Fica clara a importância da relação social nesse contexto. Os textos jornalísticos circulam em lugares específicos, com formatos específicos, o que faz com que haja um reconhecimento da audiência acerca desses textos como pertencentes aos gêneros de informação, por mais que eles passem por pequenas transformações e adequações à plataforma e aos contextos sociais. Charaudeau (2012) compreende as tipologias de gêneros como fruto de um entrecruzamento de questões relacionadas i. ao dispositivo utilizado para enunciar (jornal impresso, TV, internet), ii. ao grau de engajamento de quem informa (no caso, se o jornalista apresenta um posicionamento sobre o fato ou se se resume a expor o fato) e iii. à forma de organização discursiva escolhida para enunciar (se irá relatar [notícia], comentar [editorial] ou provocar [debate] o acontecimento).

Outros desafios, segundo o autor, são postos na construção dos gêneros de informação. A saber, o desafio da *visibilidade*, da *inteligibilidade* e da *espetacularização*. A

visibilidade diz respeito ao reconhecimento do público com o fato, fazendo com que o produto (o texto) receba atenção da audiência e passe a ser consumido. A inteligibilidade atua no tratamento da notícia, na hierarquização dos fatos e na estruturação verbal, visual e auditiva a fim de tornar a compreensão do conteúdo mais acessível. Finalmente, a espetacularização envolve o tratamento dessas estruturas para levar ao interesse do público e à promoção do envolvimento com o conteúdo.

No jornalismo *on-line*, essas questões estão ainda mais postas. Diante do grande número de *sites* de notícias e do volume de conteúdo produzido pelos interagentes dos *sites* de redes sociais, o desafio da visibilidade é ainda mais árduo. Esse grande número de conteúdos faz com que a inteligibilidade e a espetacularização também recebam atenção especial, já que os veículos de comunicação disputam a atenção da audiência com diversos produtores de conteúdo e diferentes pontos de contato – aplicativos de mensagens instantâneas, *sites*, *games* etc. A dinâmica dos ambientes digitais exige que o conteúdo seja objetivo, claro, dinâmico e adequado ao aspecto convergente desses ambientes. Logo, o mais apropriado é que as notícias sejam compostas por diferentes modalidades textuais (contenham textos verbais, gráficos, imagens e vídeos) e possibilitem interação dos atores sociais entre si e com o conteúdo (por meio de *links*, comentários, compartilhamento, atribuição de avaliação, dentre outras ferramentas). A adoção desses aspectos pelos veículos de comunicação na produção textual permite-nos inferir sobre a constituição dos gêneros notícia e reportagem *on-line*.

As ambiências digitais são espaços em que a língua é posta em uso de diferentes modos, fazendo emergir, ao longo do tempo, tipos relativamente estáveis de enunciados que, segundo Bakhtin (1997), podemos denominar gêneros do discurso. É o caso da notícia *on-line*, do e-mail, dos *stories*, dos *posts* em blog, em *sites* de redes sociais etc. Os avanços tecnológicos possibilitaram diversas formas de construção de enunciados, como os mencionados, seguindo certo “padrão” enunciativo, em termos de composição, mas sem apagar o personalismo de cada indivíduo. Como as possibilidades de atividades humanas são inesgotáveis, Bakhtin defende que há uma variedade infinita de gêneros discursivos, pois eles se ampliam e se diferenciam conforme novas formas de interação e atividade humana surgem.

Conteúdo temático, estilo e construção composicional integram os enunciados, tornando evidentes as condições e as finalidades das esferas de atividades humanas em que eles – enunciados – surgem (BAKHTIN, 1997). Ou seja, a notícia e a reportagem *on-line* trazem consigo condições específicas de produção, circulação e consumo, bem como finalidades específicas diante do seu lugar de existência: a *web*. Assim, o modelo de *webjornalismo* identificado por Borges (2009), em pesquisa sobre o início do jornalismo digital no Brasil,

mostrou-se insustentável. Segundo Borges, inicialmente, os portais de notícias apenas replicavam conteúdos dos jornais impressos, sem edições, conteúdos exclusivos ou recursos de interatividade.

A dimensão temática, segundo Fiorin (2006), não se restringe ao assunto do texto, do enunciado, mas diz respeito ao domínio de sentidos de que o gênero do enunciado trata. Fiorin cita alguns exemplos, dos quais apresentamos um: cartas de amor (que é um gênero) têm como conteúdo temático as relações amorosas. Podemos inferir, então, que o conteúdo temático de textos jornalísticos como a notícia e a reportagem são as informações acerca dos acontecimentos do mundo que interferem na vida das pessoas.

O estilo compreende as escolhas lexicais, fraseológicas e gramaticais que o enunciadador faz na construção do texto. Contudo, essas escolhas não são restritas às escolhas individuais do autor, mas também abarcam os estilos próprios dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997). Assim, a configuração dos textos da esfera de comunicação jornalística não envolve a utilização de expressões informais e de baixo calão, de atos descorteses, de construções que levem à imprecisão, dentre outras.

Por fim, a construção composicional está relacionada à forma como o texto é organizado, estruturado. A notícia é, como todo gênero, construída a partir de um padrão sociocultural que permite aos sujeitos reconhecê-la como tal. Como já mencionamos, esse arquétipo também é responsável por conferir credibilidade junto aos interlocutores. Em uma notícia, podemos encontrar, básica e respectivamente, os seguintes elementos composicionais: i. manchete, responsável por anunciar a informação e chamar a atenção do leitor; ii. texto auxiliar⁸, que apresenta um breve resumo do fato e que busca persuadir o leitor a ler o texto da notícia; iii. *lead* ou lide, que geralmente é o primeiro parágrafo do texto e contém os principais elementos da notícia (O quê? Quem? Quando? Onde?); e iv. corpo do texto, que aprofunda os elementos apresentados no *lead* e traz a narração do *como* e do *porquê* do fato. Esses elementos também estão presentes na reportagem, mas de modo mais amplo, contemplando diferentes perspectivas do fato.

As dimensões tema, estilo e composição dialogam com os contextos socio-históricos dos enunciados, com os propósitos interacionais das enunciações e, evidentemente, com outros gêneros de discurso, fazendo com que estes sejam, em essência, heterogêneos, havendo certa dificuldade, portanto, de definir os enunciados de modo genérico (BAKHTIN,

⁸ Vieira (2013, p. 102) chama esse texto auxiliar de “olho”, definindo-o como “um texto mais explicativo que o título principal e [que] garante a leitura da reportagem, pois seu texto é sempre interessante e chamativo”. O Manual de Redação da Folha de S. Paulo denomina esse tipo de texto como “linha-fina”.

1997). Estando relacionados aos contextos socioculturais e às situações de interação, os textos jornalísticos passaram por transformações em decorrência do surgimento de diferentes formas de interações nascidas a partir de plataformas digitais.

Identificamos que as notícias em portais de notícias na internet contam, grosso modo, com a mesma estrutura composicional das notícias de jornais impressos, mencionada acima. Contudo, algumas configurações próprias da hipermídia se fazem presente nas notícias veiculadas nesse suporte, pois diferentes meios exigem diferentes configurações. Charaudeau (2012, p. 206) já definia que os gêneros de informação midiática, como a notícia, são resultados de um “cruzamento entre um tipo de *instância enunciativa*, um tipo de *modo discursivo*, um tipo de *conteúdo* e um tipo de *dispositivo*. O engajamento, apresentado anteriormente, está relacionado ao tratamento dado pela instância enunciativa ao conteúdo. O autor menciona, então, alguns gêneros de informação que se posicionam nos eixos desse cruzamento: reportagem, investigação, editorial, crônica, comentário-análise, entrevista-debate.

Marques de Melo, pesquisador que se dedica ao estudo dos gêneros jornalísticos no Brasil, entretanto, apresenta-nos uma divisão dos gêneros presentes no jornalismo a partir de funções demandadas do contexto social. Essas funções são: vigilância social (gênero informativo); fórum de ideias (gênero opinativo); papel educativo, esclarecedor (gênero interpretativo); distração, lazer (gênero diversional); auxílio nas tomadas de decisões cotidianas (gênero utilitário) (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016). Para Marques de Melo e Assis, os gêneros são compostos por diferentes formatos jornalísticos, que seriam “o feito de construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional” (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 50). O quadro a seguir ilustra a classificação de funções, gêneros e formatos proposta por Marques de Melo para a imprensa brasileira.

Quadro 3 – Classificação “Marques de Melo” de Gêneros e Formatos Jornalísticos

(continua)

Função social	Gênero	Formatos
Vigilância social	Gênero Informativo	Nota Notícia Reportagem Entrevista
Fórum de ideias	Gênero Opinativo	Editorial Comentário Artigo Resenha Coluna Carta Crônica

Quadro 3 – Classificação “Marques de Melo” de Gêneros e Formatos Jornalísticos

(conclusão)

Papel educativo, esclarecedor	Gênero Interpretativo	Análise Perfil Enquete Cronologia Dossiê
Distração, lazer	Gênero Diversional	História de interesse humano História colorida
Auxílio nas tomadas de decisões cotidianas	Gênero Utilitário	Indicador Cotação Roteiro Serviço

Fonte: Adaptado de Marques de Melo e Assis (2016).

É possível observarmos que os gêneros do discurso apresentados por Charaudeau são tidos por Marques de Melo como formatos. É possível encontrarmos ainda estudos que apresentam outras categorias e nomenclaturas, mas não temos, nesta pesquisa, a pretensão de ampliar a discussão acerca de gênero. Interessa-nos apontar características dos textos jornalísticos (especificamente notícia e reportagem), a fim de discutir sobre novas configurações deles nos ambientes digitais.

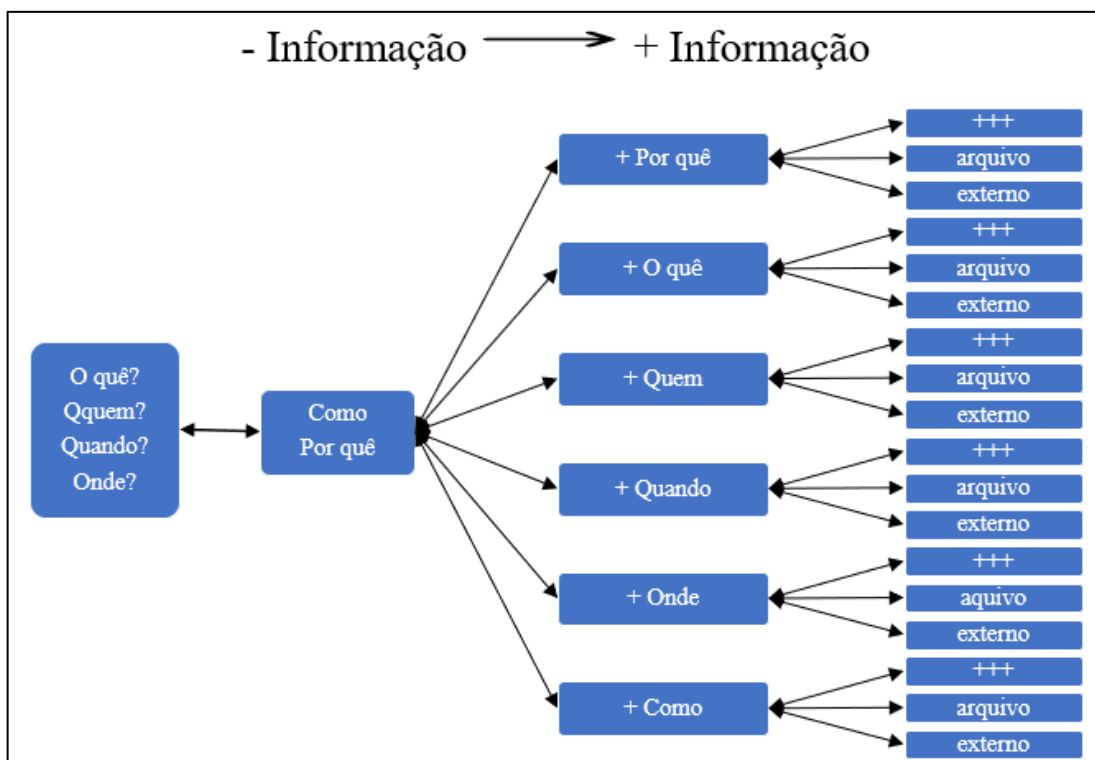
Marques de Melo (2006 *apud* COSTA, 2010) denomina a notícia como um formato do jornalismo informativo que relata integralmente um fato do organismo social, respondendo, necessariamente, às questões sobre que + quem + quando + como + onde + por que. Essas perguntas são, então, transformadas em uma fórmula conhecida no jornalismo: 3Q (que + quem + quando) + COMO + POR QUE. Finalmente, esse relato é narrado através da técnica de “pirâmide invertida”, segundo a qual os fatos são apresentados em uma escala de relevância, com os fatos mais importantes no início, e os menos importantes ao final do texto. Segundo o autor, a reportagem se diferencia da notícia por ser um “relato ampliado do acontecimento que produziu impacto no organismo social (desdobramentos, antecedentes ou ingredientes noticiosos)” (MARQUES DE MELO, 2006 *apud* COSTA, 2010, p. 55).

Assim, notícia e reportagem se diferenciam, principalmente, pela extensão, proposta analítica e ampla polifonia. Acerca dessa multiplicidade de vozes, podemos inferir que ela torna ainda mais complexo o trabalho de faces, já que diferentes instâncias são evocadas e precisam ser preservadas. Para Marques de Melo, a reportagem contempla temas de maior interesse público, exigindo do jornalista um aprofundamento sobre o “modo”, o “lugar” e o “tempo” do acontecimento, além do acolhimento e apresentação das diferentes “visões” dos “agentes” envolvidos no fato em questão. Pela proximidade entre as características desses

gêneros, nossa atenção está mais direcionada à notícia, mas salientamos que eles são diferentes entre si e possuem suas especificidades.

É possível identificarmos que esses elementos também estão presentes nas diferentes produções de portais de notícias na internet, mas com disposições distantes, em diferentes (hiper)textos. Acerca dessa reestruturação, Cavanillas (2007) nos apresenta a noção de “pirâmide deitada”, desenvolvida para ser uma proposta de arquitetura para textos do *webjornalismo*.

Figura 5 – Pirâmide Deitada proposta por Canavillas



Fonte: Adaptado de Canavillas (2007).

Atento às especificidades do ambiente digital hipertextual, interligado por meio de *links*, Canavillas propõe que a leitura da notícia *on-line* é feita em quatro níveis, compostos por diferentes hipertextos. No texto supostamente de entrada, ou nível de Unidade Base, o interagente teria acesso ao *lead* ou a um texto mais enxuto, representado na Figura 5 pelo primeiro quadro. A partir de *links* inseridos nesse primeiro texto, seria possível ter acesso a um segundo nível de leitura – Nível de Explicação –, correspondente ao segundo quadro da ilustração acima. Esse segundo nível daria acesso ao terceiro – Nível de Contextualização, representado pelos quadros da terceira coluna –, que daria acesso ao quarto – Nível de Exploração, ilustrado pelos quadros do quarto nível da Figura 5 –, seguindo a um sem número

de desencadeamentos, internos e/ou externos. Salientamos que essas conexões entre os hipertextos não são aleatórias. Em reuniões de pauta, por exemplo, pode haver a designação de quem serão os produtores de cada texto. Assim, não é de responsabilidade de um único jornalista a elaboração de textos para todos os níveis. Contudo, o ideal é que essas conexões sejam dialogadas na redação, a fim de que se alcance maior relevância entre os *links* estabelecidos.

Na reportagem, esses aprofundamentos estão condensados no texto principal com recursos que complementam a informação, como infográficos, vídeos explicativos e linhas do tempo, mas também com *links*. As leituras em diferentes níveis conferem aos coenunciadores autonomia para construir a narrativa, segundo as escolhas de cliques que eles fazem.

A fragmentação é uma característica própria dos hipertextos. As informações que se pretende transmitir são fragmentadas em diferentes unidades dotadas de sentido, isoladamente, mas que compoem um todo enunciativo, quando integralizadas. Em estudos anteriores, identificamos que essa estratégia é adotada, inclusive, com fins educacionais (REBOUÇAS; INOCÊNCIO, 2017). Os conteúdos de uma aula de um curso a distância, por exemplo, são divididos em telas e subtelas, com informações disponibilizadas separadamente, das mais simples às mais complexas, por uma questão didática. Assim, é importante que cada unidade tenha sentido em si, a fim de evitar que o interagente comprometa a compreensão sobre o assunto. Essa máxima vale para a grande maioria dos hipertextos.

Em um portal de notícias, as portas de entrada para a informação são muitas. Não se sabe exatamente por qual texto o leitor vai iniciar a leitura da cobertura. Trata-se da “incógnita de uma leitura sem fim, da qual não se sabe aonde pode chegar exatamente, mas que se pode cessar quando achar conveniente. O hipertexto pode ser surpreendente e enriquecedor, mas também pode dispersar” (REBOUÇAS; INOCÊNCIO, 2017, p. 196). Assim, a produção das notícias deve considerar diferentes fluxos e diferentes modalidades textuais. Não é incomum, depararmos-nos, então, com notícias que, além de *links* para diferentes notícias da cobertura ou do mesmo universo temático, contenham conteúdos multimídia.

Além disso, podemos encontrar em jornais impressos indicações de *sites* (geralmente os dos próprios veículos) que complementem o conteúdo do material impresso, proporcionando ao leitor não apenas uma leitura ampliada, com acesso a informações atualizadas, mas também a conteúdos audiovisuais e à experiência de convergência midiática. Acreditamos que essa imersão na experiência convergente, em que os sujeitos e os meios interagem com o conteúdo, torna ainda mais significativa a produção de efeitos de sentido.

Segundo Ferrari (2012), ao invés de os hipertextos isolarem ou fragmentarem os sentidos de um discurso, eles, na verdade, formam amplas redes de significações.

Podemos resumir, finalmente, que a notícia e a reportagem *on-line* são hipertextos que se valem dos elementos textuais do jornal impresso, mas em uma estrutura diferenciada, que privilegia características da mídia digital, como a apropriação de diferentes fluxos de leitura, a fragmentação textual e a multiplicidade de formatos midiáticos. Isso se dá por meio de uma lógica textual que se vale da estrutura de pirâmide deitada, em que as informações são distribuídas de forma não necessariamente hierarquizada e sem a instigação de um caminho obrigatório de leitura. Diante disso, lançamos luz sobre a necessidade de ser compreendido como jornalismo *on-line* aquele que é pensado considerando essas condições e não o que se limita a replicar conteúdos do material impresso.

3.3 UM TEXTO E MUITAS VOZES NO TRABALHO DE FACES NA MÍDIA

As reconfigurações sociais provocadas pelo desenvolvimento da cultura digital possibilitaram espaços para que os sujeitos sociais tornassem públicas suas ideias, pensamentos e discursos. Nunca se teve tantas vozes dialogando ao mesmo tempo, instantaneamente, de modo disperso no tempo e no espaço. Essas vozes se entrecruzam, são (re)apropriadas e (re)significadas, de acordo com os contextos em que passam a circular.

Sendo o jornalismo uma esfera integrante da sociedade e também assumindo funções nesta, novos atributos foram exigidos dele frente aos avanços tecnológicos contemporâneos. Borges (2009) menciona que o jornalismo *on-line* precisa ser mais ágil, flexível, interativo, dinâmico e democrático. Concordamos com a posição do autor de que a internet é um espaço em que a construção de sentidos acontece por meio da negociação na interação. Assim, numa lógica em que todos podem comunicar para todos, é pertinente a reflexão acerca das vozes que se fazem presentes nos textos que circulam nas ambiências digitais, aqui, com foco em textos jornalísticos.

Grande parte desse espaço para que vozes ecoem na rede deve-se ao surgimento dos *blogs*. Avanços tecnológicos possibilitaram que a internet se tornasse um ambiente mais colaborativo, onde qualquer ator social da rede passou a poder produzir e compartilhar conteúdos. Nesse sentido, os jornalistas viram nos *blogs* a oportunidade de produzir textos livres dos alinhamentos editoriais dos grandes veículos de imprensa. A proliferação de conteúdos de credibilidade nessas plataformas despertou a atenção dos portais de notícias,

fazendo com que estes passassem a incorporar *blogs* em seus ambientes, criando um tipo de produção semelhante à das colunas dos jornais impressos (BORGES, 2009).

É oportuno pontuarmos que a produção de conteúdo de credibilidade em *blogs* não está restrita à atividade de jornalistas. O advento da *web 2.0*, marcada pela ação colaborativa, pela interação e pela ampla possibilidade de criação de conteúdo pelos interagentes, viabilizou o surgimento dos mais diversos segmentos de blogueiros, como são conhecidos os produtores de conteúdo para *web*. Novas vozes, então, passaram a circular nas sociedades e, em muitos casos, a figurar como influenciadoras, dado seu impacto e poder de persuasão em grupos sociais significativos, oriundos, principalmente, das plataformas de redes sociais *on-line*.

O jogo com vozes, principalmente de autoridade, todavia, é prática comum no jornalismo, o que evidencia a necessidade de um complexo trabalho de faces. Apesar de um ou mais profissionais assinarem o texto da notícia, a responsabilidade é partilhada com outras vozes, como a do veículo, que figura como um metaenunciador (MAINGUENEAU, 2013). Para Maingueneau, todos os textos de um jornal estão inseridos em uma instância autoral superior, que é o veículo de comunicação, responsável por formar o todo do jornal, com todos os artigos. Também é a essa instância que se atribui um *ethos*. Ou seja, é por meio da produção dos jornalistas que o jornal constrói sua credibilidade. Maingueneau complementa que a construção do *ethos* do veículo não se dá apenas pela linguagem verbal, mas também pelas imagens, cores, paginação, dentre outros elementos. É importante acrescentarmos também elementos próprios da hipertextualidade, como os *links* e os vídeos, que são elementos que ajudam a compor efeitos de sentido.

Citações representam outro mecanismo comum no fazer jornalístico. Trata-se de um artifício utilizado como forma de marcar distanciamento com o dito, valendo-se da voz/palavra de outrem para marcar isenção e “deixando por conta da autoridade invocada a responsabilidade pelo dito” (BENITES, 2002, p. 96). Fica claro, portanto, que os tipos de textos tratados aqui são marcadamente polifônicos, em que, segundo Maingueneau (2013), se articulam, constantemente, diferentes planos de enunciação.

O excerto apresentado na imagem a seguir (Figura 6) ilustra essa multiplicidade de planos de enunciação. O exemplo foi extraído de uma notícia publicada no portal da Folha de S. Paulo, em 21 de outubro de 2018, e trata de resposta da Ministra Rosa Weber à fala do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP/2018) acerca do fechamento do Supremo Tribunal Federal por militares.

Figura 6 – Notícia publicada na Folha de S. Paulo sobre o fechamento do STF

Um vídeo em que Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL), [fala em "fechar o Supremo"](#) ganhou repercussão neste domingo (21), após ser replicado em redes sociais, apesar de datar de julho de 2018.

Na gravação, Eduardo afirmou que [basta um soldado e um cabo](#) para fechar o STF (Supremo Tribunal Federal). Pouco depois do vídeo vir à tona, a fala de [Eduardo foi desautorizada por seu pai](#). "Se alguém falou em fechar o STF, precisa consultar um psiquiatra", disse Jair Bolsonaro.

Fonte: Folha de S. Paulo⁹, 21 out. 2018.

No *lead*, temos uma fala (fechar o Supremo [Tribunal Federal]) com responsabilidade atribuída a Eduardo Bolsonaro. Em seguida, o jornalista/jornal assume a responsabilidade sobre a frase “ganhou repercussão [...] após ser replicado em redes sociais”, pois trata da narração sobre o fato. Isso também acontece ao interpretar como desautorização a fala de Jair Bolsonaro, pai de Eduardo, no parágrafo seguinte. Por fim, a voz de Jair é evocada através de uma citação, marcando distanciamento entre o enunciador que narra e o que é citado.

Ainda é possível observar na imagem que há trechos azuis e sublinhados. Trata-se de *links* inseridos para direcionar o leitor a outras notícias relacionadas ao fato. Nessas leituras de outros níveis, que ilustra a proposta canavilliana de pirâmide deitada, é possível termos acesso a imagens de Eduardo e ao vídeo protagonizado por ele. Esses elementos visuais e audiovisuais, como discutimos anteriormente, colaboram com a construção do *ethos* do jornal. Eles representam uma escolha e são dotados de sentidos.

Esses diferentes textos, que se valem de diferentes estratégias sógnicas, são ainda responsáveis por atribuir uma série de características às faces. Por meio da interação entre diferentes vozes, os *media* estabelecem negociações buscando preservar as faces envolvidas nas enunciações (as suas, as da audiência, das vozes evocadas nos enunciados), apesar de possuir certa legitimação para ameaçar faces, dada sua função social de informar a sociedade. Assim, uma ameaça à face (negativa) de um político poderia ser considerada uma preservação de face positiva do veículo. Contudo, consideramos essencial à manutenção do *ethos* e da face

⁹ Notícia veiculada na Folha de S. Paulo em 21/10/2018. Eleições 2018: Após fala de filho de Bolsonaro, Rosa Weber diz que juiz não deve se deixar abalar. Disponível em: <<https://aovivo.folha.uol.com.br/2018/10/21/5567-aovivo.shtml#post383710>>. Acesso em: 21 out. 18.

de prestígio de um jornal, por exemplo, a presença da polidez negativa (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006) em suas enunciações, evitando ou atenuando a realização de FTAs.

Valer-se da polidez positiva ou FFA em uma denúncia poderia, ao contrário, levar a um questionamento do prestígio de um veículo que se diga imparcial. Entretanto, em seção *ombudsman*, que “presta contas” à audiência, é essencial o uso de FFAs, valorizando as faces positivas dos leitores que entraram em contato com o veículo. Percebe-se, então, que há uma linha tênue entre o que ameaça e o que preserva uma face no jogo interativo.

Com esse entendimento, seria impossível nossa perspectiva analítica desconsiderar os aspectos contextuais, a articulação dos recursos da linguagem em uso, em sua pragmática. A respeito desse aspecto, apresentamos a seguir o percurso metodológico que empregamos em nossa pesquisa, a fim de lançar luz sobre o trabalho de faces desempenhado em alguns veículos de comunicação brasileiros.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Nossa pesquisa está inserida no campo da Pragmática Linguística, buscando observar o fenômeno da cortesia nos gêneros notícia e reportagem, que produzem diversos significados ao transcorrer a comunicação ordinária da sociedade. Por seu caráter cultural, e até particular, os estudos pragmáticos entendem a cortesia como estratégia discursiva. Nesta seção, apresentamos considerações acerca do design metodológico adotado em nossa pesquisa, a fim de alcançar o objetivo de compreender como os profissionais do jornalismo, no noticiário sobre corrupção, desenvolvem as marcas linguísticas do trabalho com as faces, em portais de notícias na internet, valendo-se dos recursos de atenuação e de intensificação como estratégia, na concepção de textos mais polidos/cortesês.

4.1 QUALIFICAÇÃO DA PESQUISA

Nossa pesquisa é caracterizada como descritiva, com abordagem predominantemente qualitativa. Não pretendemos esgotar as possibilidades de interpretação dos implícitos, da memória discursiva dos veículos e até mesmo dos atos de ameaça à face. Interessa-nos o trabalho de faces direcionado aos protagonistas do acontecimento, contemplando as diferentes modalidades textuais e os diversos recursos visuais empregados pelos responsáveis pelos textos.

Nosso estudo também é descritivo, pois se propõe a descrever como o fenômeno da cortesia e do trabalho de faces acontecem nos textos dos portais de notícias. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva busca descrever as características de um fenômeno ou população. Para o autor, alguns estudos descritivos superam a mera identificação das relações entre as variáveis, que também é uma característica desse tipo de estudo, buscando determinar a natureza de tais relações.

Por pretendermos investigar e compreender o fenômeno, sem fornecer, necessariamente, generalizações ou afirmações categóricas, nosso estudo se classifica como qualitativo. Por buscar compreender os fenômenos a partir da linguagem em uso, contextualizados, ratificamos nosso compromisso com a perspectiva Pragmática da linguagem.

4.2 DEFINIÇÃO DO CORPUS

Em nosso percurso analítico, debruçamo-nos sobre o noticiário de corrupção, contemplando notícias e reportagens veiculadas em três portais de notícias brasileiros: Portal de Notícias G1 (doravante G1), Folha de S. Paulo (Folha) e CartaCapital (Carta). Elegemos três fatos noticiados por esses três veículos de comunicação, publicados entre os anos de 2016 e 2018, que tenham como foco a temática da corrupção no âmbito da política e que tenham tido destaque na mídia, pela relevância política e social.

O G1 é um portal de notícias do Grupo Globo e foi criado em 2006, em substituição ao antigo GloboNews.com. O conteúdo do novo portal integra os produtos jornalísticos das marcas do Grupo Globo (Rede Globo, Globo News, Rádios Globo e CBN, jornais O Globo e Extra e revistas Época e Globo Rural). Além desses produtores, o portal apresenta conteúdos jornalísticos de todas as emissoras afiliadas da Rede Globo, de todos os estados.

Os princípios editoriais do G1 são pautados por um documento intitulado “Princípios Editoriais do Grupo Globo”, que dá diretrizes a serem seguidas por todos os veículos que compõem o maior grupo midiático do país. O material contextualiza a necessidade de, na Era Digital, em que há a possibilidade de qualquer produtor de conteúdo ter profusão de audiência, termos atenção às fontes das informações. Para o G1, são atributos da informação: a isenção, a correção e a agilidade.

A impossibilidade de plena isenção, contudo, é reconhecida pelo Grupo, que cita, então, 26 princípios a serem seguidos por seus profissionais para alcançar o máximo de isenção possível. Alguns desses pontos são: apresentação de diferentes ângulos do fato, acolhendo o contraditório; assertividade nas citações, evitando o uso do condicional, de modalizações; apartidarismo, laicidade e independência governamental; e autorização para categorizar alguém como suspeito, quando investigações jornalísticas permitirem, sempre ouvindo os acusados.

Já no que diz respeito à correção, o material a aponta como essencial à boa imagem do Grupo. Assim, identificada qualquer imprecisão na notícia, ela deve ser esclarecida para audiência, com clareza e sem subterfúgios.

Finalmente, a agilidade é apresentada como um “compensador das imperfeições” da produção jornalística. A informação precisa ser apresentada ao público com qualidade, no menor tempo possível entre a ocorrência do fato e a veiculação. É preciso, contudo, que a busca pelo furo não comprometa a qualidade do que é apresentado. O quesito qualidade, como era de se esperar, está presente nos princípios da maioria dos veículos de comunicação, como o G1 e a Folha de S. Paulo, que contextualizamos, brevemente, a seguir.

A história do grupo da Folha tem quase um século. Contudo, só em 1º de janeiro de 1960 é que surge a Folha de S. Paulo, a partir da fusão da Folha da Noite, Folha da Tarde e Folha da Manhã. Em 1993, a Folha lança uma versão totalmente computadorizada do jornal impresso, segundo o Círculo Folha¹⁰. É o marco inicial do jornal na *web*.

A Folha divulga seus princípios, desde 1980, em um Manual de Redação amplamente conhecido entre jornalistas. Atualmente, o livro está em sua 5a. edição. Contudo, no *site* da Folha é possível encontrarmos doze princípios assumidos pelo Grupo.

Além dos princípios característicos da ação jornalística, contemplados também pelo G1, destacamos pontos dos compromissos da Folha (FOLHA DE S. PAULO, 2017). O Grupo busca apresentar ao público um “resumo criterioso e atualizado”, considerando os fatos mais relevantes para o principal mercado do veículo, São Paulo, para o Brasil e o mundo, focando em exclusivas, principalmente as que afetam a coletividade ou parcelas expressivas da população.

O jornal também se compromete com a promoção de “valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes” (FOLHA DE S. PAULO, 2017), identificando-se, então, com uma pauta mais progressista. Outro destaque é para a disposição à criticidade e tratamento das informações livre de tabus, tratando de “apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores”. Finalmente, consideramos relevante a pretensão de cultivo à pluralidade sobre as opiniões, os diferentes ângulos da notícia, “sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas”, e sobre o registro de diferentes pontos de vista em questões controversas ou inconclusas.

Já a CartaCapital é uma revista fundada em 1994, atualmente semanal, que surgiu com a proposta de ser uma alternativa ao pensamento supostamente único da imprensa brasileira, segundo a própria apresentação da Revista no Facebook¹¹. Um dos tripés do editorial da CartaCapital é o espírito crítico, ou seja, os pensamentos e posicionamentos dos jornalistas são considerados na produção dos textos veiculados. No site da revista, um manifesto¹² é apresentado como contextualização histórica da empresa, considerando o jornalismo como uma

¹⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/index.htm>>. Acesso em: 15 out. 2017.

¹¹ Buscamos informações nessa mídia social, pois o site da revista não apresenta informações acerca da história. Por a página do Facebook ser um canal oficial da empresa, consideramos pertinente considerar as informações lá apresentadas. As informações estão disponíveis em: <<https://goo.gl/6BZxVs>>. Acesso em 16 out. 2017.

¹² Manifesto disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em 5 out. 2017.

atividade que “está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade”.

É árdua a tarefa de buscar um documento que contenha os princípios editoriais da CartaCapital, pois, diferente dos outros veículos apresentados anteriormente, ela não disponibiliza, ao menos oficial e publicamente, um material com esse conteúdo. As informações que auxiliam a busca por compreensão acerca desse veículo estão dispersas nos termos de uso de sócio, em artigos científicos como o de Benetti (2010), em pistas dadas pelos editoriais e em entrevistas de Mino Carta, diretor-criador da CartaCapital, que também participou da criação de grandes veículos da imprensa brasileira, como Veja e IstoÉ.

Segundo os termos de uso dos sócios da Carta¹³, como são chamados os assinantes da revista, alguns princípios do veículo são: “respeito à igualdade de oportunidades, democracia, criação de um projeto nacional, bom uso do dinheiro público, desenvolvimento sustentável, liberdades individuais”. Benetti (2010) acrescenta que a revista também objetiva: a busca pela verdade e a fidelidade na narração do fato e o respeito ao espírito crítico. A “fiscalização do poder onde quer que ele se manifeste” (BENETTI, 2010, p. 132) finaliza a composição do tripé que sustenta o posicionamento da Carta.

Precisamos esclarecer que a escolha de tais veículos não foi aleatória. O G1 foi escolhido por fazer parte do maior grupo de comunicação do país, o Grupo Globo, mas também por representar o portal de notícias da internet com maior audiência. Segundo os dados disponibilizados pelo G1¹⁴, são 52,8 milhões de visitantes únicos, que contabilizam mais de 510 milhões de visualizações da página do portal. A Folha de S. de Paulo foi escolhida por ser o jornal líder em audiência na internet. São mais de 32 milhões de usuários únicos, que visualizaram as páginas da versão digital do jornal mais de 190 milhões de vezes¹⁵.

O portal e a revista CartaCapital apresentam números mais tímidos. Segundo dados do Mídia Dados Brasil 2017, a CartaCapital é a terceira maior revista semanal de atualidades/interesse geral, com pouco mais de 3 milhões de pessoas alcançadas pela versão digital. Em outubro de 2014, porém, o portal alcançou quase 5 milhões de usuários, que geraram mais de 10 milhões de visualizações às páginas do site da CartaCapital¹⁶. O principal motivo, todavia, de esse portal compor nosso *corpus* de análise, é sua postura de declarar abertamente

¹³ Termos de uso Sócio CartaCapital. Disponível em: <<https://goo.gl/9QdQQr>>. Acesso em 21 out. 2018.

¹⁴ Dados disponibilizados em: <<https://goo.gl/kf63Ro>>. Acesso em 8 out. 2017.

¹⁵ Dados disponibilizados em: <<http://www.publicidade.folha.com.br/folhadigital/>>. Acesso em 8 out. 2017.

¹⁶ Dados disponibilizados em: <<https://goo.gl/mqRxHb>>. Acesso em 8 out. 2017.

um posicionamento político, como fez ao apoiar, em editorial de julho de 2014¹⁷, apoio à reeleição de Dilma Rousseff à presidência da República.

O portal G1 e a Folha de S. Paulo, diferente da Carta, posicionam-se, em seus manuais de redação/princípios editoriais, como comprometidos com a isenção e o apartidarismo, apesar de reconhecerem, no caso do G1, a impossibilidade de apagamento da subjetividade do jornalista produtor do texto. Na produção, as marcas subjetivas devem ser apagadas ao máximo, focalizando o texto na “objetividade” do que é noticiado.

Acreditamos, então, que a escolha dos dois maiores portais de notícias na internet, somada a de um veículo de números menos expressivos, mas que se posiciona explicitamente resulta em um *corpus* rico de análise.

Foram escolhidos três fatos cobertos por esses veículos, que consideramos de grande relevância para os cenários políticos e sociais brasileiros. O primeiro fato é a condenação do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida em 2017. O segundo, é a acusação de um presidente da República no exercício do cargo, Michel Temer, também em 2017. Esses dois acontecimentos são inéditos no país, aspecto de relevância destacado pelos veículos de comunicação. Finalmente, o fato mais recente é a acusação de Aécio Neves, ex-senador de grande destaque no cenário nacional, especialmente pela participação nas eleições presidenciais de 2014, quando perdeu o pleito para Dilma Rousseff, candidata do PT, reeleita presidente da República. Aécio destacou-se, então, como opositor do Governo de Dilma. Optamos por analisar a cobertura desse fato de destaque nacional, sobretudo, pela possibilidade de estabelecer um produtivo debate ao comparar o modo como a mídia veicula notícias sobre sujeitos que possuem posições e alinhamentos políticos diferentes.

4.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A fim de viabilizar nossa pesquisa, elegemos a atenuação e a intensificação como categorias pragmáticas de análise do fenômeno cortesia. A escolha por essas categorias e por esse fenômeno se deu, principalmente, pelo alinhamento investigativo dos autores, evidenciando nosso compromisso com o objeto de estudo. Além desse primeiro comprometimento, há também nossa responsabilidade em refletir criticamente, enquanto comunicólogo e cientistas da linguagem, sobre os discursos e comunicações ordinárias

¹⁷ Editorial de 04/07/2014 disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/807/por-que-escolhemos-dilma-rousseff-131.html>>. Acesso em 7 out. 2017.

(des)cortesias que perpassam a vida dos sujeitos, traduzindo-se, muitas vezes, em atos de violência linguística, como as notícias veiculadas pela mídia.

Ressaltamos que nosso intento não é condenar a mídia de cometer violência linguística, atos de ameaça às faces ou atos descorteses contra os sujeitos noticiados, causando efeitos na imagem destes – ou até mesmo contra os leitores, interlocutores. Entretanto, tais atos podem vir a ocorrer de modo atenuado, já que o jornalismo pressupõe uma objetividade, e podem representar um velado posicionamento/alinhamento editorial que pode ser caracterizado por implícitos verbais. A atenuação é uma categoria pragmática, conforme Briz (2014), que tem ação modalizadora, afetando e modificando o ato de fala, sua força ilocucionária.

Podendo representar, também, um valor avaliativo, temos a intensificação, apresentada como categoria por Albelda Marco (2005b). A intensificação pode mostrar-se de diferentes formas (e não apenas marcada no conteúdo proposicional), conforme contextualizamos anteriormente.

Tais implícitos, porém, não são concretizados apenas em uma única materialidade textual da notícia. Ao longo de sua história, os veículos vão construindo sua memória discursiva, muitas vezes, não alcançada pelo leitor, mas essencial para que se estabeleça e reconheça os implícitos de um texto específico (PÊCHEUX, 1999). É importante ressaltar, também, que não acreditamos na completa acriticidade da audiência, assim como expõe Charaudeau (2012) ao falar de uma mídia manipuladora, mas também influenciada (manipulada, nas palavras do autor). Interessou-nos, pois, em uma perspectiva mais ampla de estudo, entender, a partir de nosso *corpus*, como os veículos de comunicação poderiam revelar seu posicionamento editorial – e, conseqüentemente, sua memória discursiva – por meio do trabalho com as faces, atenuando e/ou intensificando atos ameaçadores através de uma polidez que podemos denominar de estratégica.

Relembramos, antes de apresentar nossa metodologia, o alerta de Briz para que não se entenda toda atenuação como cortesia e nem toda cortesia como atenuação. Da mesma forma, não pretendemos entender toda intensificação como descortês ou toda descortesia como intensificação. Reconhecemos, porém, essas possibilidades, acrescentando que a intensificação pode ser realizada como fins corteses, assim como a atenuação pode revelar uma descortesia. Com isso, fica evidente a necessidade de análise sob a corrente pragmática da Linguística, considerando o contexto em que as enunciações ocorrem e os efeitos da linguagem em uso, como ação.

4.4 DESIGN METODOLÓGICO

Nosso percurso para constituição e solidificação do *corpus* de pesquisa consistiu em realizar um levantamento, na internet, de coberturas jornalísticas de fatos políticos sobre corrupção veiculada nos três portais escolhidos, entre os anos de 2016 e 2018. Após a seleção efetiva do *corpus*, de 3 notícias ou reportagens de cada um dos veículos, totalizando 9 textos analisados, procedemos à identificação e análise dos atos de ameaça e preservação das faces, bem como das estratégias de atenuação e de intensificação empregadas, seguindo as possibilidades propostas nos estudos de Briz e de Albelda Marco e apresentadas aqui.

Após esse levantamento, empenhamo-nos em identificar os sujeitos e/ou instituições que tiveram suas faces/imagens ameaçadas pela notícia por marcas linguísticas de descortesia que eventualmente não tenham sido mitigadas. A partir dessa identificação, realizamos um apanhado sobre a distribuição de tais ameaças nos três veículos analisados, a fim de inferir sobre possíveis evidências de posicionamento editorial. Assim, nossa análise não buscou acusar veículos de partidarismo, manipulação ou não isenção, mas, puramente, compreender, criticamente, como a mídia, em textos jornalísticos, articula o trabalho com as faces e atenua as ameaças e implícitos verbais, revelando nosso entendimento de que a linguagem é ação e prática social, como versa a perspectiva Pragmática dos estudos linguísticos.

5 A NOTÍCIA DE CORRUPÇÃO E A CORRUPÇÃO DA NOTÍCIA: OLHAR ANALÍTICO

Analisamos um *corpus* composto por nove textos, conforme apresentado em nossa metodologia, entre notícias e reportagens¹⁸, de três veículos brasileiros: a Folha de S. Paulo, o Portal de Notícias G1 e a CartaCapital. Apresentamos, nas seções que seguem, nossa análise acerca dos fatos cobertos por esses veículos. Para tornar a divisão mais didática, essas seções contam com subseções destinadas a cada veículo. A ordem de apresentação das coberturas reflete a audiência dos veículos. Assim, apresentamos apontamentos acerca do G1, da Folha de S. Paulo e CartaCapital, respectivamente.

5.1 O CASO DO TRIPLEX E A CONDENAÇÃO DE LULA

Essa primeira cobertura diz respeito à condenação de Luís Inácio Lula da Silva (presidente da República entre os anos de 2003 e 2010), ocorrida em julho de 2017, pelo juiz Sérgio Moro. Segundo a sentença, Lula foi condenado por ter recebido, por meio da doação de um tríplice pela empreiteira OAS, o valor equivalente a R\$ 2,4 milhões em propina. É importante ressaltar que não há provas documentais que comprovem que o ex-presidente é o proprietário do imóvel. A condenação está baseada em uma suposta reserva do imóvel para a família de Lula e em “anotações e rasuras em documentos apreendidos na casa de Lula”, conforme veremos a seguir, nas notícias analisadas. Todas as reportagens estão datadas de 12 de julho de 2017 e contam com atualizações/modificações na mesma data.

5.1.1 Cobertura do caso no G1

Iniciamos nossa análise com uma reportagem veiculada no G1 sob a manchete “Lula é condenado na Lava Jato a 9 anos e 6 meses de prisão no caso do triplex”, apresentada na Figura 7. Assinam o texto Alana Fonseca, Erick Gimenes, Thais Kaniak e Bibiana Dionísio, do G1 Paraná. Compõem a parte inicial da enunciação, além da manchete, um texto auxiliar e uma imagem com legenda, elementos que também serão analisados. Apesar de inferirmos que

¹⁸ Apresentaremos, no início da análise dos acontecimentos, se os textos de cada veículo podem ser categorizados como notícia ou reportagem. Contudo, ao longo de nossa análise, eventualmente, tomamos os termos como sinônimos por uma questão de fluidez e de estética, evitando a repetição dos termos. Além disso, alguns dos textos analisados contêm uma linha tênue entre a notícia e a reportagem.

o leitor não dá à legenda da imagem a mesma atenção que dá ao texto principal, compreendemos que manchete, imagem, legenda e texto da notícia constituem um todo enunciativo e, por isso, também merecem olhar analítico.

Figura 7 – Reportagem da condenação de Lula no G1

Lula é condenado na Lava Jato a 9 anos e 6 meses de prisão no caso do triplex

Na sentença, juiz Sergio Moro cita documentos e depoimentos que comprovam que apartamento no litoral de SP era destinado ao ex-presidente, diz que há 'provas documentais' e que Lula 'faltou com a verdade'. Leia trechos. É a primeira vez, na história, que um ex-presidente é condenado por um crime comum no Brasil. A decisão permite que Lula recorra em liberdade.

Por Alana Fonseca, Erick Gimenes, Thais Kaniak e Bibiana Dionísio, G1 PR

12/07/2017 14h06 - Atualizado há 1 ano






O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado na Lava Jato — Foto: Leonardo Benassatto/Reuters

Fonte: G1, 12 jul. 2017.

– **Manchete e texto auxiliar:**

É possível verificarmos na reportagem acima que, apesar do teor negativo do fato narrado, atenuações e intensificações se fazem presentes. O recurso atenuador pode ser compreendido pela não explicitação do crime que levou à sentença. Menciona-se um triplex como suposta causa de condenação, mas apenas o leitor que possui certo conhecimento de mundo e do contexto social brasileiro conseguirá resgatar do que trata o texto, ao menos numa leitura limitada à manchete. O mesmo ocorre com relação ao âmbito da condenação. Sabe-se que um lava-jato não é uma instituição legitimada para condenar alguém. Assim, é preciso que o leitor compreenda que o termo faz referência à denominação de uma operação realizada pela Polícia Federal brasileira. Ratificar que houve uma condenação à prisão, entretanto, intensifica o teor negativo do dito e pode ser compreendido como um ato descortês direcionado a Lula.

O texto auxiliar busca atrair a atenção do leitor, apresentando alguns detalhes sobre o que será encontrado no texto principal da reportagem. Os autores optam por apresentar um jogo de vozes, apropriando-se de trechos ditos por outros sujeitos. Compreendemos isso como uma estratégia que, ao passar a responsabilidade do dito para outro, preserva a face do G1. Contudo, ao final desse texto de destaque, os jornalistas e o veículo assumem a responsabilidade sobre o trecho “é a primeira vez que um ex-presidente é condenado por um crime comum no Brasil” e ameaçam as faces de Lula.

– **Imagem e legenda:**

O texto imagético não aparece por acaso e não se nos apresenta como neutro. Pelo contrário: há uma intencionalidade nele e nos permite inferir sobre alguns aspectos que levam a ameaças da face do ex-presidente. Como fundo composicional, há a predominância da cor vermelha, remetendo de forma explícita, ao seu partido (PT). A imagem traz ainda Lula com a mão levada à cabeça, representando um sinal de preocupação. Nessa mesma mão, um detalhe pode chamar a atenção do interlocutor: a amputação de um dos dedos. Mesmo não o tendo impossibilitado de ser presidente do Brasil, esse aparente detalhe pode ter a intencionalidade de levar os leitores a uma percepção de fragilidade humana de ser imperfeito, incompleto, quando a imagem é percebida como um todo. Somados esses detalhes, aparentemente inexpressivos, a imagem exposta constitui um ato de ameaça à face e também de descortesia.

Junto à imagem, temos a legenda que categoriza Lula como ex-presidente, o que acreditamos levar a uma ameaça de sua face positiva, principalmente pelo que segue esse vocábulo, já que não se espera a condenação judicial de uma pessoa que ocupara o cargo de presidente da república por duas vezes. Há, aqui, sob nosso olhar, uma intensificação que busca pontuar, mais uma vez, a negatividade, atrelada à imagem de Lula, do que está sendo noticiado. É de amplo conhecimento o cargo que já fora ocupado por Lula. Assim, utilizar o termo “ex-presidente” repetidamente, atrelado a fatos ruins, é uma forma de valorar negativamente o vocábulo, construindo um encapsulamento semântico que tornaria indissociável todo esse teor negativo e a figura de ex-presidente de Lula.

Além disso, a legenda é utilizada apenas para ratificar o enunciado da notícia: O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado na Lava Jato. Não há acréscimo de informações novas e também não há descrição sobre do que trata a imagem, o que seria função do texto que está na legenda. A inserção do nome completo do sujeito também pode representar uma intensificação no caso em análise. Por se tratar de uma figura pública, notadamente reconhecida pela audiência, torna-se dispensável tal especificação. Como vimos anteriormente, essa é uma das formas de se intensificar, pois realça, enfatiza de quem se fala. Por meio dessa

estratégia, a legenda também pode ser considerada como uma descortesia. Brown e Levinson (1987) já salientavam que a cortesia, muitas vezes, é realizada quando o locutor opta por ser indireto, impessoaliza o enunciado.

– **Texto da reportagem:**

Logo no *lead*, parte inicial do texto principal da reportagem, deparamo-nos com trabalhos de face que levam à realização de FTAs direcionados a Lula e preservação de faces de outros. O juiz Sérgio Moro, como se vê na Figura 8, é apresentado como uma figura institucionalizada. A responsabilidade sobre a condenação é conferida diretamente a ele e não à Justiça, a quem ele representa. Essa “transferência” de responsabilidade acaba por agregar à face de Moro características positivas, como a de uma pessoa justa, comprometida com a construção de um país melhor, onde a corrupção não se faça tão presente, e não seja praticada por políticos, como é o caso do ex-presidente, condenado ainda, como indicado no *lead*, por lavagem de dinheiro.

Figura 8 – Lead da notícia de condenação de Lula no G1

O juiz **Sérgio Moro**, responsável pelos processos da **Operação Lava Jato** na primeira instância, condenou o ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) a 9 anos e 6 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro.

Fonte: G1, 12 jul. 2017.

O texto segue fornecendo detalhes sobre o caso para os leitores, inclusive por meio de *links* para outras páginas, identificados na imagem acima pelos trechos vermelhos do texto. Os autores acrescentam que o triplex se refere a uma propina que seria entregue a Lula. Em seguida, mencionam que outras duas pessoas (Léo Pinheiro e Agenor Franklin Magalhães Medeiros) foram condenadas no processo. Contudo, como é possível vermos na Figura 9, as faces delas são preservadas por meio da ocultação de seus nomes neste primeiro momento, atenuando os FTAs e a descortesia. O foco é amplamente direcionado a Lula.

Figura 9 – Preservação de faces e ocultação de condenados

Outros dois réus no mesmo processo também foram condenados, e quatro, absolvidos (*veja a lista completa abaixo*).

É a primeira vez, na história, que um ocupante da Presidência é condenado por um crime comum no Brasil. A sentença foi publicada nesta quarta-feira (12) e permite que o petista recorra em liberdade.

Na sentença, de 218 páginas, o juiz Moro resume as acusações que pesam contra Lula, relata os argumentos da defesa e analisa as provas documentais, periciais e testemunhais. O magistrado afirma que houve condutas inapropriadas por parte da defesa de Lula que revelam **tentativa de intimidação da Justiça** e, por isso, até caberia decretar a prisão preventiva do ex-presidente. Porém, decidiu não mandar prendê-lo por "prudência". **ABAIXO, NESTA REPORTAGEM, VEJA PROVAS USADAS POR MORO NA CONDENAÇÃO**

Fonte: G1, 12 jul. 2017.

O ineditismo do caso dá continuidade à construção textual e a espetacularização se mostra como uma outra possibilidade de intensificar, conferindo destaque, lançando luz sobre a atenção que o leitor deve dar. É o caso do excerto que diz ser “a primeira vez, na história, que um ocupante da Presidência é condenado por um crime comum no Brasil”. O apontamento da quantidade de páginas da sentença (218) é outro aspecto que pode revelar a complexidade e a relevância do processo, bem como o mérito do juiz, que acaba tendo sua face positiva preservada e valorizada, como numa estratégia de polidez positiva (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). Na Figura 9, ainda encontramos uma ameaça às faces positivas dos advogados de Lula que, ao estruturarem a defesa do cliente, são acusados de “tentativa de intimidação da Justiça”.

Utilizando-se de trechos do documento de sentença, os jornalistas aprofundam detalhes acerca da condenação dada por Sérgio Moro e sobre os comentários tecidos por ele relacionados ao caso, como pode ser observado na Figura 10. O juiz protege sua face ao evocar a prudência como responsável por ele não determinar a imediata prisão de Lula. Essa proteção é ainda realizada pelo G1, ao optar por utilizar em seu texto a citação: “a presente condenação não traz a este julgador qualquer satisfação pessoal, pelo contrário”. Ao passo que protege a face de Moro, o G1 também se resguarda, pois atribui a um outro a responsabilidade sobre parte do enunciado, marcado entre aspas, e evita que a valorização da face do juiz seja compreendida pelo leitor como um agrado do portal.

Figura 10 – Emprego de citações pelo G1

"[...] Considerando que a prisão cautelar de um ex-Presidente da República não deixa de envolver certos traumas, a prudência recomenda que se aguarde o julgamento pela Corte de Apelação antes de se extrair as consequências próprias da condenação. Assim, poderá o ex-Presidente apresentar a sua apelação em liberdade", diz a decisão. **Veja a íntegra da sentença de Sérgio Moro.**

Por "falta de prova suficiente da materialidade", o juiz absolveu Lula das acusações de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o armazenamento do acervo presidencial numa transportadora, que teria sido pago pela empresa OAS.

Fonte: G1, 12 jul. 2017.

Demonstrando a complexidade do trabalho de faces e a necessidade de considerá-lo como um processo sempre contextual, identificamos na Figura 11 um trecho que pode tanto ameaçar como preservar a face institucional do G1 e pessoal dos jornalistas responsáveis pela narrativa. Trata-se da correção de uma informação apresentada anteriormente. O trecho, tanto ratifica o compromisso do G1 com a credibilidade da informação, preservando sua face positiva, como expõe um erro cometido, o que poderia ameaçar sua face negativa. É importante destacarmos que essa correção está inserida no corpo do texto noticioso, no fluxo de leitura do interlocutor, reiterando o cumprimento dos princípios editoriais do Grupo Globo, que trata do assunto e que apresentamos anteriormente.

Figura 11 – Correção de informação no G1

(Correção: ao ser publicada, esta reportagem errou ao informar que o ex-presidente não poderia exercer cargo ou função pública por 19 anos. Na verdade, caso a sentença do juiz Sérgio Moro seja referendada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Lula ficará impedido de exercer função ou assumir cargo público período correspondente ao dobro da pena estipula a ele pelo crime de lavagem de dinheiro, que na sentença é de 3 anos e 6 meses. Esta pena, contudo, será definida quando não houver mais possibilidade de recursos.)

- **Lula fica inelegível após condenação no caso triplex? Entenda**
- **Veja perguntas e respostas sobre a condenação de Lula**
- **Ex-presidente é réu em mais 4 ações**

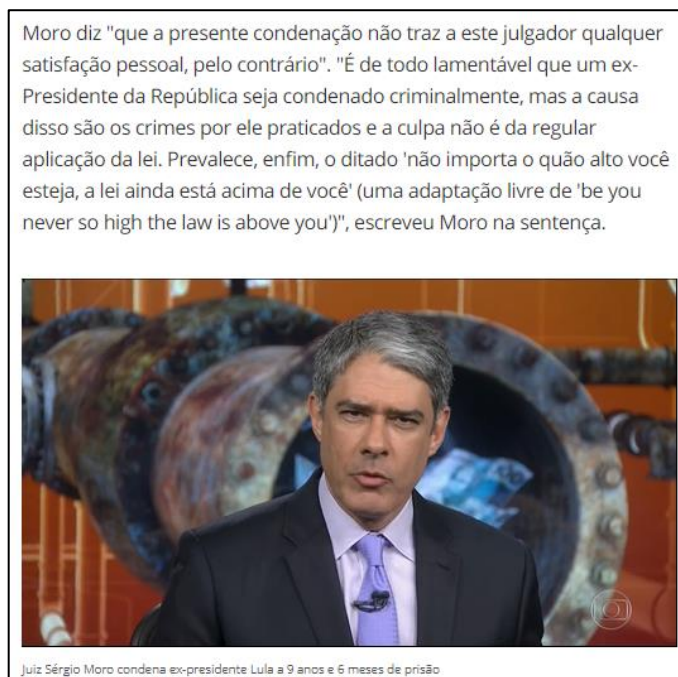
Fonte: G1, 12 jul. 2017.

Marcados por vermelho, cor que compõe a identidade visual do G1, temos uma lista de três *links*, visíveis na figura acima. Esses *links* são um exemplo de direcionamento para conteúdos de níveis mais aprofundados, como propõe a pirâmide deitada de Canavillas. As duas primeiras indicações são para páginas que explicam os fatos de modo mais didático, com vídeos, entrevistas e seção de perguntas e respostas. O primeiro direcionamento, como o próprio texto indica, contextualiza a possibilidade (mais tarde confirmada) de Lula ficar inelegível para o pleito presidencial de 2018.

O terceiro item é ainda mais significativo. Ele direciona para uma página “especial”, intitulada Lula sob investigação. Essa página nos parece ter a função social de esclarecer ao público. Dividida em quatro seções (Lava jato, Janus, Triplex Guarujá e Zelotes) que fazem referência às operações da Polícia Federal em que Lula é investigado, são apresentados dados sobre os processos (andamento, suspeitas, alegações da defesa, situação do processo e os possíveis crimes), cronologias e resumos esquemáticos.

Novamente, Moro preserva suas faces no texto da sentença, ao destacar não possuir nenhuma satisfação em condenar Lula (Figura 12). A face positiva é resguardada na fala do magistrado ao aludir à isenção e ao cumprimento das Leis. Já a face negativa é preservada porque o texto almeja reduzir a percepção de eventuais vícios processuais em decorrência de posicionamento político, que seria condenável na atuação de um juiz.

Figura 12 – Citação de Moro e reportagem do Jornal Nacional



Fonte: G1, 12 jul. 2017.

O parágrafo é seguido por um vídeo de reportagem do Jornal Nacional com duração de 15 minutos e 26 segundos. O texto audiovisual traz detalhes sobre o processo, a defesa e a condenação de Lula com semelhanças com o texto apresentado pelo G1. Seguem-se, então, oito “seções” textuais (Apartamento; Provas; Reforma é a prova, diz Moro; E-mails e mensagens de telefone; Réus no processo; Triplex; O que dizem os réus; Outros processos de Lula) destinadas a esclarecer pontos da sentença, bem como sustentá-la, sempre citando o material jurídico e preservando principalmente a face institucional do veículo.

Ajudam a compor a narrativa mais dois vídeos e dois infográficos (Anexos A e B). O primeiro vídeo (2’07”) apresenta mais um resumo da sentença que condenou o ex-presidente; e o segundo (2’38”), a repercussão da condenação na imprensa internacional. Finalmente, são apresentados trechos da sentença com provas que basearam a condenação de Lula e a íntegra da nota da defesa do ex-presidente. Identificamos, assim, uma constante tentativa de facilitar a compreensão sobre o fato, valendo-se de diferentes modalidades textuais na enunciação.

5.1.2 Cobertura do caso na Folha de S. Paulo

A reportagem a ser analisada a seguir também foi publicada no *site* da Folha de S. Paulo e é assinada por Estelita Hass Carazzai e Felipe Bächtold. Os jornalistas relatam acerca do fato a partir da manchete “Lula é condenado a 9 anos e 6 meses de prisão por tríplice em Guarujá”, conforme ilustrado na Figura 13.

Figura 13 – Reportagem da condenação de Lula na Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 12 jul. 2017.

Analisemos, ponto a ponto, os itens que compõem a imagem acima: manchete, foto e legenda.

– **Manchete:**

Com a manchete “Lula é condenado a 9 anos e 6 meses de prisão por tríplices em Guarujá”, a Folha estabelece uma ameaça a todas as imagens sociais de Lula, pelo teor negativo do que é anunciado: a condenação à prisão. O motivo pelo qual ele é condenado não é claramente determinado, assim como no G1. O texto fala de um *tríplices em Guarujá*, mas também não explicita a qual crime a condenação é aplicada.

Inferimos que a opção de não marcar, explicitamente, na manchete, o crime supostamente cometido, representa uma cortesia negativa com o uso da atenuação, preservando assim, mesmo que minimamente, alguns aspectos da imagem social de Lula, estratégia semelhante à adotada pelo G1. Segundo nossa proposta de categoria pragmático-imagética, trata-se de um recurso para, por meio da atenuação, realizada pela não evocação de uma marca (negativa) que acabaria por categorizar o sujeito, preservar uma imagem social, no caso analisado, a de Lula, principalmente. A face institucional da Folha, consequentemente, também acaba por ser preservada, pois o veículo não se coloca como instância julgadora, deixando de apontar, por exemplo os fatos e argumentos que sustentam a condenação.

– **Imagem e legenda:**

A imagem que acompanha a reportagem vai de encontro à possível preservação identificada na manchete. Trata-se de uma imagem registrada alguns dias antes, em que Lula aparece em primeiro plano, cabisbaixo, com aparência de tristeza e preocupação, e com a mão próxima à boca, indicando a imagem introspectiva de um pensador. Inferimos que tais características levam à atribuição de aspectos negativos à face de Lula, ao menos nesse contexto, por ser impossível desassociar a imagem do que é apresentado no texto verbal.

Se, por exemplo, a imagem apresentada fosse uma em que Lula aparecesse com características tidas como positivas (sorrindo, mais descontraído, menos compenetrado), haveria uma atenuação do teor negativo da notícia, mantendo a face (negativa) preservada, seria, sob nosso olhar, uma estratégia de cortesia negativa (na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni [2006]), por evitar a intensificação de um FTA, inevitável à situação analisada. Contudo, o que percebemos na reportagem é uma intensificação da negatividade por meio da fotografia, que reforça que se trata de algo ruim (ser condenado). Nesse caso, trata-se de um recurso visual, extralinguístico, para marcar a construção negativa da imagem de Lula, como feito na reportagem anterior. Há também uma imagem sombreada ao fundo, ambígua, podendo ser de um rosto em um plano bem maior. Uma sombra ou algo similar que se torna disforme.

Podemos verificar, ainda, que a legenda da imagem, ao categorizar Lula como ex-presidente e ao atrelar sua imagem às características mencionadas acima, intensificando-as também ao mencionar o nome completo do sujeito, confere ênfase à face negativa. Inserir uma legenda como *Lula em cerimônia em Brasília*, apresentaria, sem prejuízo ao leitor, todas as informações necessárias até então. Com essa mesma legenda, mas associada a uma fotografia de características mais “positivas”, poderia haver certo equilíbrio, preservando as faces do ex-presidente.

Consideramos, pois, que nos elementos apresentados, por meio tanto da atenuação como da intensificação, a Folha de S. Paulo, responsável pela veiculação da notícia, avalia o conteúdo apresentado. Os recursos empregados representam, ainda, uma forma de marcar positiva e negativamente a imagem do ex-presidente.

– **Texto da reportagem:**

Ao longo na reportagem, encontramos outros elementos que podem levar à identificação de juízos da Folha, segundo nossa proposta, como no *lead*, apresentado na Figura 14.

Figura 14 – Lead da reportagem sobre a condenação de Lula na Folha de S. Paulo

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 71, foi condenado, nesta quarta (12), a 9 anos e 6 meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá (SP).

A sentença do juiz Sergio Moro é a primeira contra o petista no âmbito da Lava Jato. [Leia a decisão completa.](#)

Fonte: Folha de S. Paulo, 12 jul. 2017.

É possível identificamos que, no *lead*, mais uma vez, a Folha opta por reforçar que Lula é um ex-presidente (da República) e também por inserir o nome completo deste. É preciso esclarecer, contudo, que não estamos considerando o simples fato de apresentar o nome completo do sujeito como uma forma de intensificação. Contudo, no cenário brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva é conhecido como Lula, apenas. Citar o nome completo do sujeito noticiado seria, inclusive, uma forma de conferir credibilidade ao jornal, por especificar de quem sem fala, sem dar margem a interpretações turvas sobre o que é noticiado, preservando a face positiva do veículo. Valer-se disso, todavia, para enfatizar a figura do acusado pode ser considerado uma forma de intensificação.

Ainda no *lead*, podemos verificar que a idade de Lula, à época, é apresentada, entre vírgulas, logo após seu nome: 71. Trata-se de um recurso comum nos textos de notícia, mas que não se nos apresenta claro sobre quando deve constar. Em muitos casos, não é possível verificarmos essa informação, como em um dos textos que analisaremos a seguir. Assim, parece-nos que o recurso, quando utilizado, marca uma avaliação. No caso da Figura 14, se considerarmos que o imaginário popular congrega uma série de características esperadas dos sujeitos idosos, podemos inferir que apresentar a idade de Lula é uma forma de ser descortês e também de ameaçar suas faces, pois não se espera que um sujeito da terceira idade cometa crimes. No texto inicial da reportagem, também identificamos os crimes pelos quais Lula está sendo condenado: corrupção e lavagem de dinheiro. Consideramos que essa informação não representa uma atenuação ou intensificação, mas meramente o relato do fato.

O texto segue apontando o responsável pela sentença, Sérgio Moro. Logo em seguida, o sujeito-foco da notícia é recategorizado como petista, em referência ao Partido dos Trabalhadores (PT), do qual Lula faz parte. Identificamos, aqui, uma ameaça à face institucional do PT, que teria um corrupto e condenado entre seus integrantes. Não consideramos, contudo,

que haja atenuação ou intensificação propriamente dita, mas um reforço da avaliação negativa que os jornalistas (ou a Folha) desejam inferir sobre o partido em questão.

Grifado de azul, temos, ainda, o texto *âmbito da Lava Jato. Leia a decisão completa*. Trata-se de dois links que direcionam o leitor, respectivamente, para uma outra notícia¹⁹ acerca da operação Lava Jato e para o documento completo sobre a sentença de Lula. Identificamos esses *links* como um recurso para fazer o leitor transitar por outras notícias sobre o tema, podendo levar a reforços de avaliações, e para conferir legitimidade ao que é exposto, no caso do documento. Essa estratégia de navegação pelos hipertextos é própria dos ambientes hipermídia e, no caso das notícias, da pirâmide deitada, como pontuamos anteriormente.

Outro recurso utilizado pela Folha na intensificação do que é informado na reportagem são os infográficos. Na Figura 15, apresentamos parte de um deles.

Figura 15 – Infográfico que compõe a reportagem da Folha



Fonte: Folha de S. Paulo, 12 jul. 2017.

Empiricamente, temos percebido que a mídia tem utilizado, com frequência, infográficos, textos multimodais que apresentam, resumidamente, as principais informações que se quer expor. Na reportagem em questão, há um infográfico contendo um resumo dos fatos que levaram à condenação de Lula e de outros sujeitos condenados pelo mesmo processo, dentre outras informações. As fotos são apresentadas em preto e branco ou em tons amarelados, conferindo, novamente, um teor negativo à imagem.

¹⁹ Operação se expande, mas Lava Jato paranaense reduz número de fases. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1900429-operacao-se-expande-mas-lava-jato-paranaense-reduz-numero-de-fases.shtml>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

Há, no infográfico, quadrados que representam, cada um, o período de um ano, em referência ao tempo que cada um foi condenado. No caso de Lula, são apresentados 10 quadrados, dos quais nove estão completamente pintados pela cor vermelha e um está pintado pela metade, representando 9 anos e meio de prisão. Fica evidente, no infográfico, que Lula foi quem recebeu a maior pena, o que pode nos levar à ideia de que ele foi, entre os réus, o que cometeu mais ou os piores crimes. Tal estratégia, em nosso entendimento, representa uma intensificação do que é noticiado sobre Lula.

Figura 16 – Moro comenta a sentença de Lula

<p>Moro, porém, absolveu o ex-presidente na acusação sobre o acervo presidencial. Na sentença, o juiz afirmou que a prisão imediata de um ex-presidente "não deixa de envolver certos traumas" e que a "prudência" recomenda que se aguarde o julgamento em segunda instância. Ele disse ainda no despacho que "até caberia cogitar" o decreto de prisão diante do comportamento de Lula, com medidas de intimidação ao juiz e outras autoridades, e de episódios de orientação de destruição de provas.</p>
--

Fonte: Folha de S. Paulo, 12 jul. 2017.

Após o infográfico, o texto aprofunda detalhes acerca da sentença emitida pelo juiz Sérgio Moro e sobre os comentários tecidos por este sobre o caso, como pode ser observado na Figura 16. Verificamos no texto a presença de uma polidez positiva (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006) através da realização de um FFA direcionado a Moro, preservando sua face positiva, valorizando-o como um sujeito sensato, prudente, que respeita a história de Lula. Moro também pode ser compreendido como cuidadoso com o ex-presidente, por optar por não decretar sua prisão de imediato.

Ainda são apresentadas duas estratégias como forma de intensificar o valor negativo do que está sendo narrado. O texto acrescenta que “o ex-presidente, que sempre negou as acusações, ainda responde a outras quatro ações na Lava Jato, uma delas conduzida por Moro e outras três na Justiça Federal de Brasília”. Ao passo que essa informação ameaça as faces de Lula, preserva a da Folha, que se “distancia” do dito ao trazer a voz do ex-presidente, que nega as acusações. A narrativa também conta com um vídeo do depoimento de Lula à Justiça, que acaba por ratificar o que é apresentado na reportagem.

O texto noticioso segue com diferentes tópicos acerca do caso e da vida de Lula. Um desses tópicos é denominado *Papel Relevante*, conforme apresentamos na Figura 17.

Figura 17 – Tópico 'Papel Relevante' da notícia na Folha

PAPEL RELEVANTE
 Para Moro, Lula tinha "um papel relevante no esquema criminoso" da Petrobras, já que cabia a ele indicar os nomes dos diretores da estatal, e os álibis invocados por sua defesa, que argumenta que o apartamento jamais esteve no nome do petista, são "falsos".
 O magistrado diz que há provas documentais e testemunhais "conclusivas" a respeito da propriedade, que confirmam que o triplex "foi atribuído ao ex-presidente e sua esposa desde o início".
 "Luiz Inácio Lula da Silva foi beneficiado materialmente por débitos da conta geral de propinas, com a atribuição a ele e a sua esposa, sem o pagamento do preço correspondente, de um apartamento triplex, e com a realização de custosas reformas no apartamento, às expensas do grupo OAS", escreveu o magistrado.

Fonte: Folha de S. Paulo, 12 jul. 2017.

A fim de revelar a importância de Lula para a concretização do esquema de corrupção, os jornalistas optam por mencionar uma série de citações, recurso comum no jornalismo, como vimos anteriormente. Utilizam-se, nesse contexto, de termos em aspas, com o intuito de trazer uma maior credibilidade ao que está sendo dito, tendo em vista que atribuem o conteúdo do que é falado a um terceiro, no caso, o magistrado Sérgio Moro. Importante destacar, ainda, que a escolha dos termos e expressões utilizados entre aspas têm também o potencial de causar impacto negativo ao que está sendo noticiado, revelando, então, que se trata de uma avaliação do conteúdo, pois as escolhas não são aleatórias. Esse tópico é finalizado com o seguinte excerto: segundo o juiz, foi "um crime de corrupção complexo e que envolveu a prática de diversos atos em momentos temporais distintos".

É possível percebermos que o texto busca salvaguardar as faces positivas da Folha, dos jornalistas e do juiz. Já as faces dos sujeitos envolvidos na condenação, principalmente Lula, são inevitavelmente ameaçadas, devido à natureza do fato. Contudo, essas ameaças passam a serem reforçadas pela estratégia que segue na enunciação, a de ilustrar e didatizar os acontecimentos para a audiência. Através de um recurso interativo, a Folha expõe um conteúdo de aprofundamento acerca dos casos que compõem a Operação Lava Jato, como ilustrado na Figura 18. Compreendemos esse recurso como um intensificador dos propósitos enunciativos. Contudo, é preciso esclarecer que não é incomum o uso desse tipo de material no jornalismo *on-line*, já que possibilita ao interagente transitar por diferentes páginas dos portais.

Figura 18 – Material interativo "Folha explica - Operação Lava Jato"



Fonte: Folha de S. Paulo, 12 jul. 2017.

Encaminhando-se para o final do texto da reportagem, encontramos, segundo a lógica da pirâmide invertida, as informações consideradas menos relevantes. Deparamo-nos, então, com um breve resumo acerca das condenações de outros réus do processo, apresentados brevemente. Há, ainda, menção às notas emitidas pelos advogados dos condenados, incluindo os do ex-presidente. No caso deste, contudo, a nota é apresentada na íntegra.

Finalmente, a Folha finaliza a enunciação apresentando um resumo da trajetória de Lula e do Partido dos Trabalhadores, em fatos e fotos, com predomínio de fatos negativos. Temos, dessa forma um “ato descortês”, uma intensificação que valora negativamente a imagem do ex-presidente da República e de seu partido. Apenas as eleições e reeleições de Lula e de Dilma (PT) podem ser considerados como pontos positivos relevantes apresentados na cronologia.

5.1.3 Cobertura do caso na CartaCapital

Seguimos nossa reflexão sobre o fato de Lula ter sido condenado a partir da análise da reportagem publicada no *site* da CartaCapital, com autoria da redação. A Figura 19 apresenta alguns elementos do texto intitulado “Moro condena Lula a 9 anos e meio de prisão”.

Figura 19 – Reportagem sobre a condenação de Lula na CartaCapital



Fonte: CartaCapital, 12 jul. 2017.

– **Manchete e texto auxiliar:**

É interessante notarmos que a manchete da reportagem em CartaCapital possui uma lógica de construção diferente da dos textos apresentados anteriormente. O título coloca Moro como sujeito da ação; e Lula como agente da passiva. Ao colocar o ex-presidente nesse papel, da pessoa que sofre o ato, podemos considerar que há uma tentativa de preservação de sua face, apesar da clara negatividade do fato.

Essa busca por manter certo equilíbrio entre ameaça e preservação da face de Lula também pode ser identificada na linha-fina. Apesar de fazer alusão ao Partido dos Trabalhadores e expor os crimes pelos quais o ex-presidente foi condenado, segue-se com a conjunção adversativa “mas”, que acrescenta a informação da absolvição no caso de armazenamento de acervo presidencial. Percebemos, então, que a redação da CartaCapital busca focar não apenas os atos de fala que poderiam ameaçar as faces de Lula, promovendo equilíbrio entre pontos valorados negativa e positivamente, o que pode ser traduzido como busca por atitude de menor descortesia.

– **Imagem e legenda:**

É possível identificar a presença desses contrapontos também na imagem de destaque. Vemos uma fotografia em que Lula está se dirigindo a um público, ocupando lugar de destaque no que poderia ser um palco e, portanto, controla os turnos de fala. Ao fundo, as estrelas vermelhas com a sigla PT podem chamar a atenção do interlocutor. Essa composição nos leva a avaliar esse recurso imagético como relativamente “neutro”. Em oposição, podemos retomar a Figura 7, extraída do G1, na qual também há presença do vermelho, mas sem estrelas, e com a imagem de Lula, em primeiro plano, em uma posição mais introspectiva.

Diferente das legendas apresentadas anteriormente, no *site* da Carta, o texto se limita a nomear a figura exposta na imagem. Apesar da presença do vocábulo “ex-presidente” e da utilização do nome completo de Lula, acreditamos não haver intensificação do valor negativo devido à “neutralidade” da imagem. Essa percepção pôde ser alcançada por considerarmos que os atos intensificadores e atenuadores devem ser compreendidos como processos sempre contextuais e que dialogam entre si.

– **Texto da reportagem:**

Novamente, agora no *lead*, deparamo-nos com o uso do recurso da voz passiva, conforme exposto na Figura 20. Assim como na manchete, há a tentativa de preservação da face de Lula. Com relação ao sujeito que pratica a ação de condenar, o juiz Sergio Moro, não há como falarmos de ameaça à face do condenado, pois o contexto social e jurídico legitima um magistrado para isso. Não o fazer ou atuar de maneira viciada é que poderia levar a ameaças às faces positiva e negativa de juízes.

Figura 20 – Lead da reportagem sobre a condenação de Lula na CartaCapital

O juiz Sergio Moro condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a nove anos e meio de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá. A sentença, anunciada na quarta-feira 12, está relacionada ao suposto recebimento de propina em contratos da OAS com a Petrobras.

Fonte: CartaCapital, 12 jul. 2017.

Se tratarmos como fato a condenação pelo recebimento de propina, identificaríamos como uma ameaça à face de Moro a opção da Carta por colocar o “benefício” como uma

suposição. Pelo mesmo motivo, a face institucional do veículo também estaria sob ameaça, já que a audiência poderia questionar o porquê de o fato não ser tratado como dado. Contudo, os interlocutores que têm conhecimento do alinhamento político da Carta, provavelmente, compreenderiam isso como um reforço identitário e editorial, logo, como uma preservação de sua face institucional.

O texto segue detalhando o caso, especificando a pena recebida por cada crime “supostamente” cometido (ver Figura 21). A CartaCapital foi o único veículo, entre os analisados, que detalhou essa informação sobre as penas e aponta os crimes como uma suposição. Os “benefícios” que fizeram Lula ser condenado continuam não sendo tratados como fato, podendo atenuar os efeitos negativos acerca do que está sendo narrado, revelando certo cuidado com as faces do ex-presidente, buscando narrar o fato com cortesia.

Figura 21 – CartaCapital apresenta o recebimento de benefícios como suposição

Lula foi condenado por supostamente se beneficiar de recursos desviados para a compra e a reforma do imóvel. A pena é de seis anos de reclusão por corrupção passiva e três anos e meio por lavagem de dinheiro. É a primeira vez que um ex-presidente do Brasil é condenado por corrupção. O petista foi absolvido, porém, da acusação de ter se beneficiado irregularmente do transporte e armazenamento de seu acervo presidencial.

Fonte: CartaCapital, 12 jul. 2017.

O recurso das citações continua a ser empregado por esse veículo, todavia, de forma mais contida (encontramos 21 termos, expressões ou trechos entre aspas, em oposição a 38 na Folha, e 48 no G1). Na Figura 22, a face de Moro parece ser preservada, como nas análises posteriores, ao mencionar a não satisfação do juiz ao condenar Lula, evocando trechos da condenação. No entanto, a CartaCapital acrescenta um *link* na expressão “satisfação pessoal” que direciona para um artigo de opinião de Mauricio Dias, publicado em 25 de novembro de 2016, em que há claras ameaças às faces do magistrado.

Sob o título “Os abusos de Moro²⁰”, o artigo aponta que a “Operação Lava Jato negocia com os réus de colarinho-branco e de mãos sujas”. Acrescenta-se, ainda, que a figura

²⁰ Artigo de opinião divulgado em Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/929/os-abusos-de-moro>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

de herói do juiz foi construída com o apoio de alguns veículos de mídia e de “parte ignorante da classe média”. Finalmente, expõe a compreensão de que o magistrado é um risco, transforma autoridade em autoritarismo e que esse abuso acaba por acentuar os interesses políticos da operação. Esse texto de outro nível intensifica a avaliação negativa que a Carta faz de Moro.

Figura 22 – A insatisfação de Moro, segundo a CartaCapital

Moro afirmou ainda que a condenação "não traz a este julgador qualquer **satisfação pessoal**". "É de todo lamentável que um ex-presidente da República seja condenado criminalmente, mas a causa disso são os crimes por ele praticados e a culpa não é da regular aplicação da lei."

Com a condenação, Lula poderá recorrer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Recentemente, Vaccari Neto foi inocentado em segunda instância pelo mesmo tribunal após ser condenado por Moro a 15 anos e quatro meses de prisão por lavagem de dinheiro, associação criminosa e corrupção.

Fonte: CartaCapital, 12 jul. 2017.

Recorrer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região aparece como alternativa em todos os textos analisados. Contudo, apenas a CartaCapital menciona o fato de Vaccari Neto, condenado anteriormente por Moro, ter sido inocentado nessa instância. Essa menção lança luz sobre a possibilidade de Lula também evitar a prisão.

Sem conferir nenhum destaque ao tamanho do texto sentencial (218 páginas), o que atenua sua relevância, são apresentados outros envolvidos no processo, condenados e absolvidos. Uma cópia do documento, então, é apresentada na íntegra e seguida por uma subseção “OAS usou o imóvel como garantia de operação de crédito”, que relata sobre as provas apresentadas, contestando-as, principalmente por meio das palavras da defesa de Lula, conforme verificamos na Figura 23. É possível inferirmos que a Carta busca ratificar a tese de que o imóvel estaria alienado junto à Caixa Econômica Federal e que não há documentos que comprovem a posse do imóvel por Lula e, portanto, não haveria sustentação na condenação. O último parágrafo do excerto apresentado na figura a seguir também pode sugerir ao leitor que Moro buscou dificultar a ação dos advogados de defesa.

Figura 23 – Questionamento quanto à propriedade do imóvel

Em outras palavras, o imóvel só poderia ser repassado à família de Lula se a Caixa tomasse parte nas negociações. O depósito de valores em uma conta do banco seria uma condição para qualquer transação relacionada ao apartamento. “Para o apartamento ser vendido ou alienado a alguém, seria necessário à OAS comunicar à CEF formalmente. E o banco deveria receber 100% do valor de venda do imóvel. Sem esse procedimento, o triplex jamais seria alienado”, afirmou, em recente entrevista a *CartaCapital*, o advogado Cristiano Zanin, defensor de Lula.

Não é tudo. A empreiteira está em processo de recuperação judicial e, na avaliação de bens e ativos da empresa, o Solaris figura com o valor zerado. Motivo: o condomínio e outros empreendimentos da empresa estavam alienados desde a operação de debêntures com a Caixa. “Os recursos dos mesmos serão utilizados para a amortização da dívida, por causa do ônus para o qual os projetos estão atrelados”, explica um laudo assinado pela Apsis, responsável na “avaliação de bens e ativos” da empreiteira, em junho de 2015.

A defesa havia solicitado uma série de diligências ao juiz Sergio Moro para comprovar a existência de tal operação de crédito, mas os pedidos foram recusados. Os advogados do ex-presidente só encontraram a papelada após uma busca ostensiva em cartórios, por conta e risco dos defensores.

Fonte: CartaCapital, 12 jul. 2017.

Na última seção da reportagem – As múltiplas versões de Léo Pinheiro –, outros veículos são mencionados, como a Folha de S. Paulo e O Globo, a fim de expor contradições nas narrativas de Leo Pinheiro, ex-presidente da OAS (ver Figura 24). Os depoimentos de Pinheiro foram utilizados como argumento na sustentação da sentença.

Figura 24 – As múltiplas versões de Léo Pinheiro, segundo a CartaCapital

As múltiplas versões de Léo Pinheiro

Para amparar a condenação, Moro cita as declarações de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS. Embora ainda não tenha formalizado um acordo de colaboração premiada com a Justiça, o executivo está em tratativas com os investigadores há algum tempo. Em junho de 2016, as negociações travaram, segundo informou o jornal *Folha de S.Paulo*, por causa do modo como o empreiteiro narrou episódios envolvendo Lula.

Fonte: CartaCapital, 12 jul. 2017.

Parece haver uma tentativa de desqualificar os depoimentos, em uma ação descortês, enfocando as diferentes versões dadas ao longo do tempo. Diretamente, identificamos uma ameaça às faces de Léo Pinheiro, pois o coloca como alguém que falta com a verdade. Indiretamente, podemos identificar uma ameaça às faces de Moro, por ter considerado esses depoimentos, mesmo sem provas para sustentá-las. Finalmente, é perceptível a realização de um trabalho de faces com o intuito de preservar a imagem do próprio veículo.

As figuras apresentadas explicitam que a CartaCapital não utiliza de recursos visuais em sua enunciação. Não há infográficos, cronologias ou mesmo diversas fotografias. O

número de *links* presentes na notícia também é menor que os identificados no G1 e na Folha. Eles estão restritos a artigo de opinião, entrevista e homenagem (à Marisa Letícia, mulher de Lula, morta em 2017), sem aprofundamentos temáticos ou conteúdo de caráter didático. Essa homenagem, conforme a perspectiva que consideramos em nossa pesquisa, é compreendida como um gesto de cortesia positiva para Lula e sua falecida esposa. Assim, os recursos de atenuação, de intensificação e de trabalho de faces, que marcam a avaliação do locutor em relação ao dito, estão restritos à articulação verbo-textual.

5.2 DENÚNCIA CONTRA TEMER

O segundo grupo de textos a ser analisado trata de uma denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Michel Temer, por corrupção passiva. A denúncia tem como base os depoimentos de executivos da JBS no âmbito da operação Lava Jato. Para a Procuradoria Geral da República, Temer recebeu propina da empresa para que ela fosse beneficiada. Para esse acontecimento, nosso *corpus* é constituído por duas reportagens e uma notícia.

No G1, encontramos uma reportagem ampliada, contemplando os diversos desdobramentos do acontecimento. Na reportagem da Folha, os desdobramentos são apontados de forma mais contida, valendo-se principalmente de tópicos. Diante disso, consideramos que se trata de uma reportagem com menor aprofundamento. Já na CartaCapital, esses aprofundamentos e apresentações de diferentes ângulos são mais contidos, mais polidos, mais cortesias, fazendo com que apontemos esse texto como uma notícia aprofundada, com uma tênue linha separando-a de uma reportagem. Todas as notícias foram publicadas em 26 de junho de 2017.

5.2.1 Cobertura do caso no G1

A primeira análise acerca desse fato tem como objeto uma publicação feita no G1 sob o título “Janot apresenta ao Supremo denúncia contra Temer por corrupção passiva”. São apontados como responsáveis pelo texto Renan Ramalho e Vitor Matos. A Figura 25 apresenta os primeiros elementos da notícia: manchete, texto auxiliar, vídeo e legenda.

Figura 25 – Notícia da denúncia contra Temer no G1



Fonte: G1, 26 jun. 2017.

– **Manchete e texto auxiliar:**

É preciso termos em mente que, nesse acontecimento em específico, o fato de Temer figurar como agente da passiva não significa, necessariamente, uma tentativa de preservar suas faces. A própria natureza do ocorrido coloca Janot como o sujeito ativo da situação. É uma denúncia apresentada por ele e que ainda precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados para ter continuidade.

Entretanto, a narrativa apresentada pelo G1 na manchete parece atenuar a negatividade do fato, sobretudo ao considerarmos que o verbo utilizado na ação é “apresentar” e não “denunciar”, por exemplo, o que acaba por reduzir o peso sobre o dito e torna o ato menos descortês. Trata-se de atenuar a ação do verbo performativo (BRIZ, 2005). Isso lança luz sobre a noção de que os fenômenos aqui analisados possuem uma linha tênue entre um extremo e outro: entre a cortesia e a descortesia, entre a atenuação e a intensificação. Uma escolha lexical aleatória leva a ocorrência de um ao outro, a depender dos contextos, dos interlocutores, etc.

Já o texto auxiliar da notícia parece ratificar o propósito atenuador do que é enunciado ao deixar clara a possibilidade de que o processo não siga adiante, caso a Câmara não autorize o prosseguimento da denúncia. Contudo, a face de Temer segue sendo ameaçada ao especificar o caso: o recebimento de propina pelo Presidente.

– **Vídeo e legenda:**

A atenção aos múltiplos contextos e enfoques que podem ser dados na construção de uma enunciação nos leva à possibilidade de perceber a opção por colocar um vídeo junto dessa parte inicial do texto como uma estratégia atenuadora. Diferente da imagem estática, o conteúdo do vídeo só é acessado a partir de uma ação do interlocutor, o clique no *play*, a fim de iniciar a reprodução fílmica. O produto audiovisual se trata de uma matéria do Jornal Nacional que apresenta e resume o caso. A legenda apenas ratifica o fato tratado na notícia: Presidente Temer é denunciado por prática de corrupção.

Mais à frente, outro vídeo apresenta e ratifica a dependência da Câmara para que a denúncia tenha continuidade. Alguns aspectos podem ser depreendidos dessa opção por inserir um material audiovisual. Primeiramente, como foco de nossa pesquisa, há a possibilidade de esses recursos serem compreendidos como um reforço, uma intensificação sobre o dito. Outra alternativa é que eles sejam empregados como forma de facilitar a compreensão do público, que não se restringiria à leitura. Finalmente, é possível que esses recursos se façam presentes pela própria natureza do ambiente em que eles estão inseridos, a mídia digital, que faz com que o interlocutor espere a presença de múltiplas modalidades textuais e interativas.

– **Texto da reportagem:**

A notícia inicia apresentando o caso e pondo em destaque os dois denunciados pelo crime de corrupção passiva: Temer e Rodrigo Rocha Loures, apresentado apenas como ex-deputado. Essa apresentação acaba por ameaçar as faces desses sujeitos, mas também as do partido de Loures, o PMDB-Paraná, apresentado entre parênteses, como se verifica na Figura 26. O apontamento do partido político dessa forma é uma estratégia comum no jornalismo. Contudo, Temer, que também é do PMDB, não aparece como associado ao partido, atenuando, de alguma forma, o impacto negativo que poderia afetar a imagem do partido, já que Temer ocupa o mais alto cargo do Governo; e Loures é “apenas” um ex-deputado. Ao final do *lead*, há um *link* que direciona o interlocutor para a íntegra da denúncia contra o presidente Temer.

Figura 26 – Lead da notícia da denúncia contra Temer no G1

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta segunda-feira (26) uma denúncia contra o presidente Michel Temer e ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) pelo crime de corrupção passiva.

LEIA A ÍNTEGRA DA DENÚNCIA

Fonte: G1, 26 jun. 2017.

O texto prossegue detalhando o caso, explicando os pormenores jurídicos do andamento de um eventual processo. Isso é feito buscando, principalmente, a preservação da face institucional do próprio G1, construindo os enunciados com diversas citações de trechos da denúncia. Já a face de Temer vai sendo ameaçada na medida em que a narrativa se desenvolve, destacando i) o ineditismo do caso ao pontuar que “é a primeira vez que um presidente da República é denunciado ao STF no exercício do mandato”; ii) o montante da propina envolvida no caso (500 mil reais); e iii) mencionando ainda o pedido de Janot para que haja perda do mandato de chefe do estado.

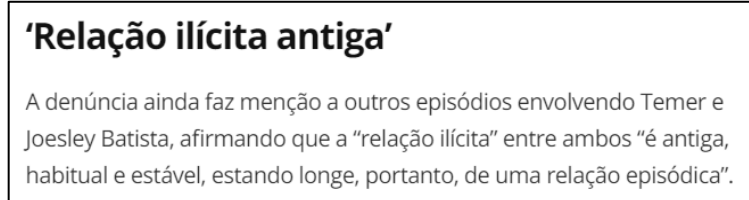
Somente ao mencionar o montante da propina é que o G1 categoriza Loures como um ex-assessor do presidente, reduzindo eventual atribuição de valor a essa relação. Isso acontece apenas no oitavo parágrafo do texto, quando também há menção ao fato de que ele “foi filmado, saindo de um restaurante em São Paulo, com uma mala contendo R\$ 500 mil”. O dinheiro contido nessa mala, segundo as investigações, seria destinado a Temer. Deixar de colocar essa informação mais próximo do início da narrativa pode ser considerado, sob nossa perspectiva analítica, um atenuante de sua relevância e, ainda, a busca por ser menos descortês com os envolvidos.

A ameaça ao presidente segue sendo caracterizada pelo apontamento de leituras de outros níveis. Encontramos no quinto parágrafo, por exemplo, um *link* inserido no trecho “presidente também é investigado”, que aponta para conteúdo que trata de outras denúncias sobre o Temer. Em contrapartida, é possível compreendermos como atenuação a apresentação de constante condicionalidade do processo à autorização da Câmara.

Uma seção denominada “Relação ilícita antiga” também retoma trechos da denúncia de Janot para demonstrar que os atos ilegais do presidente não são recentes, o que

acaba por intensificar eventual descortesia e a avaliação negativa que é feita sobre o fato, como ilustra a Figura 27.

Figura 27 – Relação ilícita de Temer e Joesley apresentada no G1



Fonte: G1, 26 jun. 2017.

Para finalizar, o G1 apresenta um passo a passo das etapas de tramitação na Câmara da denúncia contra o presidente da República. Mais uma vez, é possível identificarmos o propósito de didatizar o conteúdo.

Merece destaque um detalhe da notícia veiculada no G1: a ausência de imagens de Temer. Isso nos soa como uma busca por atenuar certos aspectos sobre o que está sendo enunciado, modalizando assim a descortesia da acusação feita. A título de comparação, no fato analisado anteriormente, a imagem de Lula aparece ao longo do texto em fotografia, no infográfico e na imagem de abertura de vídeos. Já na veiculação da denúncia de Janot contra Temer, não há fotografias do presidente, diferente do que acontece na matéria da Folha de S. Paulo, mesmo indiretamente, como veremos a seguir.

5.2.2 Cobertura do caso na Folha de S. Paulo

A notícia publicada com a manchete “Janot denuncia Temer ao Supremo sob acusação de corrupção passiva” e produzida por Letícia Casado e Camila Mattoso. A Figura 28 apresenta o título, a imagem e a legenda utilizada pela Folha. Assim como no primeiro fato apresentado, o veículo não apresenta texto auxiliar.

Figura 28 – Notícia da denúncia contra Temer na Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 26 jun. 2017.

– **Manchete:**

A opção por categorizar, já no título, Michel Temer como denunciado, por si só, figura como um FTA não atenuado direcionado à face do presidente. A especificação do suposto crime cometido, como vimos anteriormente, acaba por intensificar o ato de ameaça. Contudo, o todo enunciativo sugere haver uma diminuição do peso negativo ao não apresentar direta e claramente a imagem do presidente. Assim, o veículo midiático não se compromete diretamente, nem pratica um ato de expor explicitamente a imagem de um presidente. Há certamente um discurso menos agressivo, mais cortês.

Podemos ainda considerar que o apontamento de Temer como um acusado possui um peso menos negativo que uma afirmação categórica de que ele é um denunciado, como por exemplo: “Temer é denunciado por corrupção” ou “Janot denuncia Temer por corrupção”.

– **Imagem e legenda:**

Como se verifica acima, talvez seja preciso algum esforço e conhecimento enciclopédico para identificar Temer na imagem apresentada pela Folha. A escolha do veículo foi por uma fotografia que utiliza do recurso de silhueta. Dessa forma, há apenas uma sombra do presidente, um contorno de seu perfil. No plano mais profundo da imagem, predomina um ambiente iluminado. É importante pontuar que esse recurso é comumente empregado pela imprensa para proteger vítimas ou testemunhas de crimes; nunca os acusados. Já a legenda se

restringe a detalhar a ocasião em que o registro fotográfico foi feito: uma entrevista exclusiva à Folha em Brasília, no mês de maio.

– **Texto da reportagem:**

Como temos retratado ao longo de nosso trabalho, o fato de alguém ser acusado, denunciado ou condenado é sempre uma ameaça a suas faces positivas e negativas, bem como, majoritariamente, um ato descortês de quem emite o enunciado. Assim, inevitavelmente, nas notícias analisadas, encontramos diversos casos de FTA.

Na Figura 29, temos os dois parágrafos iniciais da notícia. O primeiro apresenta o *lead*, que, ao apontar os detalhes do caso, acaba por reproduzir um ato de ameaça à face de Temer e à face de Loures, categorizado como ex-assessor do presidente.

Figura 29 – Lead da notícia da denúncia contra Temer na Folha de S. Paulo

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou o presidente Michel Temer e seu ex-assessor [Rodrigo da Rocha Loures](#) ao STF (Supremo Tribunal Federal), nesta segunda-feira (26), sob acusação de corrupção passiva. [Veja a íntegra da denúncia aqui.](#)
Segundo Janot, o peemedebista foi o destinatário final de uma mala contendo propina de R\$ 500 mil e de uma promessa de outros R\$ 38 milhões em vantagem indevida, ambas da empresa JBS.

Fonte: Folha de S. Paulo, 26 jun. 2017.

No segundo parágrafo, o presidente é categorizado como membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (atualmente, apenas Movimento Democrático Brasileiro – MDB), por meio do vocábulo “peemedebista”. Conforme apontado anteriormente, é comum encontrarmos em textos jornalísticos, entre parêntese, logo após a primeira vez em que o nome de um político é mencionado, a sigla do partido ao qual ele está filiado. Ao considerarmos isso, a forma utilizada para fazer alusão ao partido pode ser interpretada também como um recurso atenuador, efetivado a partir da escolha léxica (BRIZ, 2005).

Já no terceiro parágrafo, Loures tem sua face ameaçada mais claramente, por meio da descortesia de retomar a informação de que o ex-deputado foi preso em “3 de junho e filmado pela polícia [Federal] correndo com a mala contendo os R\$ 500 mil”. Há, ainda na terceira parte, uma atribuição de valor positivo à face da Folha ao inserir um *link* que direciona para um “furo” antecipando a informação de que o dinheiro da mala seria pagamento de propina.

Através da descortesia, o texto segue enfatizando ser a primeira vez que um presidente da República é denunciado durante o mandato. Além disso, é possível percebermos que o recurso de citações se faz mais presente na Folha que no G1, no caso deste fato. A Folha se vale do texto da denúncia, inclusive, para mencionar que “Temer ‘recebeu para si’, por meio de Loures, a ‘vantagem indevida de R\$ 500 mil ofertada’ por Joesley Batista, sócio da JBS, e entregue na mala”.

Em uma seção intitulada apenas por “obstrução”, o jornal apresenta detalhes sobre uma segunda investigação sobre Temer (Figura 30).

Figura 30 – Seção Obstrução, na notícia veiculada na Folha de S. Paulo

OBSTRUÇÃO

A PGR deve se debruçar ainda sobre uma possível denúncia por obstrução de Justiça contra o presidente.

Isso porque relatório final da Polícia Federal, entregue ao STF também nesta segunda, afirma que o presidente atuou para embaraçar investigações.

O documento diz ainda que Temer "deixou de comunicar as autoridades sobre suposta corrupção de membros do Judiciário e do Ministério Público".

Fonte: Folha de S. Paulo, 26 jun. 2017.

Essa informação, porém, é dada como um atenuante, se ponderarmos que o presidente, na verdade, está sob investigação sobre o caso de obstrução de justiça, conforme apontou o G1, no texto analisado na seção 5.2.1.

Para finalizar a enunciação, a Folha enumera nove pontos para que o interlocutor compreenda o passo a passo da acusação de Janot. A possibilidade de Temer perder o mandato é apresentada apenas no penúltimo ponto, que também é a penúltima linha do texto. Se considerarmos o que Canavillas (2007) explica sobre a teoria da pirâmide invertida, podemos inferir que se trata de uma informação menos relevante sobre o fato. Todavia, tratando-se da perda de mandato do presidente da república, é questionável o tratamento como algo “menos significativo”.

Não é desproporcional, frente aos apontamentos feitos, cogitarmos que a Folha de S. Paulo parece atenuar o valor negativo dos enunciados que envolvem o presidente Michel Temer. Há prevalência, em seus textos referentes ao presidente do Brasil, de enunciados corteses. Assim, se a atenuação e a intensificação são formas de avaliar o dito, nossa análise sugere haver um trabalho de faces direcionado à preservação das faces do presidente, quando este se faz presente no jogo comunicacional, tornando, portanto, o texto jornalístico parcial em relação à proteção de face e ao jogo de poder; afinal Temer continua presidente do Brasil e os

veículos midiáticos, direta ou indiretamente, dependem ainda de um bom relacionamento com o governo.

5.2.3 Cobertura do caso na CartaCapital

Diferente das demais coberturas, a CartaCapital apresenta não apenas a imagem de Temer, mas também a de Rodrigo Janot. A notícia apresenta a Redação como responsável pelo texto, que é apresentado com a manchete “Janot denuncia Michel Temer por corrupção” e contém texto auxiliar.

– **Manchete e texto auxiliar:**

Conforme é possível verificarmos na Figura 31, a CartaCapital apresenta o fato em ordem direta, o que leva a uma clara ameaça à face de Michel Temer e a um ato que podemos considerar impolido. Não identificamos a presença de atenuantes como nos veículos anteriores, que falam em apresentação de denúncia ou acusação de corrupto. A manchete retrata o acontecimento, colocando o procurador-geral como o sujeito que pratica a ação. Na condição de acusado, porém, não há como evitar que características negativas sejam adicionadas à face do presidente (O’DRISCOLL, 2010).

Figura 31 – Notícia da denúncia contra Temer na CartaCapital



Fonte: CartaCapital, 26 jun. 2017.

O linha-fina da notícia apresenta um detalhe do qual depende o andamento da investigação: “A ação seguirá do STF para a Câmara, que precisa dar aval ao julgamento do presidente da República”. O acréscimo dessa informação, apesar de ser constituinte do fato, de seu desenvolvimento, pode levar a uma atenuação do aspecto negativo, próprio de uma denúncia, ao considerar que ela está submetida à aprovação de uma outra instância.

– **Imagem e legenda:**

Das notícias analisadas, apenas esse veículo exhibe uma imagem de Michel Temer direta e claramente. À esquerda do presidente, há uma fotografia de Rodrigo Janot. O registro, aparentemente, parece ter sido feito enquanto eles cumpriam seus ofícios: o procurador, no que parece ser o Plenário do Supremo Tribunal Federal; o presidente, em uma apresentação a uma audiência. As imagens, por si só, não levam a ameaças de faces. No entanto, o conjunto enunciativo apresentado na figura acima mostra ao interlocutor uma composição textual multimodal que, sob nosso olhar, não é despreziosa, pois permite a associação do nome dos sujeitos às suas imagens.

A legenda já contém um trabalho de faces que acaba por ameaçar faces do presidente. Além de nomear as pessoas, a CartaCapital apresenta um julgamento atribuído à Procuradoria Geral da República, mesmo sem a conclusão das investigações: “o presidente é corrupto”. Essa categorização representa uma evidente ameaça às faces de Temer.

– **Texto da notícia:**

As ameaças seguem ao longo do texto da notícia. No *lead*, por exemplo, a denúncia é tida pela Carta como algo já esperado, aguardado, como se verifica na Figura 32. A descortesia se faz presente por meio de uma suposta depreciação da imagem de Temer, rompendo a máxima da aprovação. Assim, o veículo ratifica a avaliação que faz do presidente, já exposta em editoriais. O veículo é o único a apresentar o partido que Temer faz parte (PMDB) ainda no *lead*, ameaçando sua face institucional.

Figura 32 – Lead da notícia da denúncia contra Temer na CartaCapital

O procurador-geral da República, **Rodrigo Janot**, apresentou nesta segunda-feira 26, ao Supremo Tribunal Federal (STF), a aguardada denúncia contra o presidente da República, Michel Temer (PMDB), por corrupção passiva. Na base da acusação estão as delações premiadas de **Joesley Batista**, dono da JBS, e Ricardo Saud, ex-diretor de Relações Institucionais da companhia.

No decorrer da descrição dos detalhes de tramitação da denúncia, uma frase pode chamar a atenção do interlocutor. A PGR é personificada como alguém que possui garras (poderíamos inferir que há o objetivo de colocar a PGR como o “inimigo” dos políticos corruptos), ao colocar o seguinte enunciado: “Temer caiu nas garras da Procuradoria-Geral da República graças a Joesley Batista, que realizou o primeiro acordo de delação premiada desde o início da Operação Lava Jato que tratava de um crime em curso”. Como o combate à corrupção é algo benéfico à sociedade, a construção enunciativa da Carta acaba por valorar positivamente a atuação da Procuradoria.

Em uma seção chamada “Rocha Loures e a mala de 500 mil reais”, o veículo narra detalhes sobre o fato de Loures ter sido pego com uma mala contendo dinheiro que seria entregue ao presidente. Não verificamos no texto inicial do G1 e da Folha um detalhamento sobre isso; a Folha, contudo, disponibiliza um *link* para aprofundamento no caso. Ao evitar aprofundar o tema, os veículos acabam por atenuar efeitos negativos às faces do ex-assessor, dando indícios de cortesia direcionada a ele. Somente a CartaCapital utiliza uma fotografia de Loures na composição comunicacional. A Figura 33 expõe a imagem em questão.

Figura 33 – Imagem de Rodrigo Loures apresentada na CartaCapital



Fonte: CartaCapital, 26 jun. 2017.

O texto, então, mostra ao público quem é Rocha Loures, e não apenas menciona seu nome. Essa estratégia sugere a presença de uma intensificação do FTA direcionado a Loures, que é ratificada pela legenda: “Rocha Loures: o ‘executor de tarefas’ de Temer”. O ato de ameaça, todavia, também é direcionado ao presidente, pois resgata uma categorização do ex-assessor feita por Janot: *longa manus* (executor de tarefas).

“Obstrução de Justiça” é o título da terceira seção do texto e relata acerca da possibilidade de Temer ser denunciado também por obstrução de justiça, marcando a não pretensão de agir cortesmente. Novamente, a CartaCapital retoma e detalha notícias anteriores envolvendo o presidente denunciado.

5.3 AÉCIO NEVES SE TORNA RÉU NO STF

No dia 17 de abril de 2018, data em que as notícias a seguir foram publicadas, o então senador Aécio Neves se tornou réu no Supremo Tribunal Federal sob acusação de corrupção e obstrução de justiça. Por unanimidade, os cinco ministros votaram a favor do recebimento da denúncia por corrupção. Já para a abertura de processo por obstrução de justiça, foram quatro votos favoráveis.

Acerca desse fato, analisaremos uma reportagem e duas notícias. O G1 narra os dados do acontecimento apresentando aprofundamentos e multiplicidade de vozes. Já na Folha e na CartaCapital, deparamo-nos com textos mais enxutos, diretos, presos à narração do ocorrido, caracterizando-se, portanto, como notícias.

5.3.1 Cobertura do caso no G1

O texto do G1 está intitulado por “Aécio Neves vira réu no Supremo por corrupção e obstrução de Justiça” e tem autoria de Renan Ramalho e Gustavo Garcia. A parte inicial contém, além da manchete, texto auxiliar e um vídeo, como ilustra a Figura 34.

Figura 34 – Notícia de que Aécio Neves vira réu no G1



Fonte: G1, 17 abr. 2018.

– **Manchete e texto auxiliar:**

Quando apresenta o caso a sua audiência, o G1 o faz de forma direta, ameaçando as faces de Aécio ao pontuar, já na manchete, que ele se tornou réu. A ameaça é ainda reiterada pelo destaque aos crimes pelos quais ele responderá. Assim, temos a intensificação das ameaças, das significações negativas e da responsabilidade com o que é dito negativas, conforme as considerações de Briz (2001) e Albelda Marco (2013). Essa intensificação também pode ser entendida como descortesia, haja vista a própria natureza do fato. Para proferir uma acusação de modo cortês, é preciso a evocação de uma série de recursos e, aparentemente, isso não foi realizado pelo G1.

Encontramos, no texto auxiliar, informações acerca do acolhimento da denúncia pelo STF. Avaliamos como um intensificador o fato de o G1 apresentar, ainda no início da enunciação, a quantidade de votos recebidos. Sugere ser uma forma de não modalizar a certeza de que Aécio precisa passar por um processo investigativo. Apesar de ser uma informação acerca do fato, o interlocutor poderia ter acesso ao dado posteriormente. Contudo, ao disponibiliza-lo na abertura do texto, confere-lhe mais relevância.

– **Vídeo e legenda:**

Após a manchete e o texto auxiliar, há a presença de um vídeo de uma notícia apresentada no Jornal Nacional. Como discutimos anteriormente, ao inserir um material

audiovisual na página, o locutor espera uma ação do interlocutor, uma ação: o clique no *play*. Acreditamos que isso pode interferir na associação que o interlocutor faria entre o nome da pessoa e sua imagem, já que haverá acesso mais claro à imagem de Aécio Neves apenas se o vídeo for assistido. A estratégia de “dificultar” essa associação, então, configura-se como um atenuante. Entretanto, merece destaque o fato de que a tela de indicação do vídeo apresenta Aécio, mesmo que com sombreamento, como se verifica na figura acima.

A legenda “Por 5 a 0, Supremo aceita denúncia contra Aécio e senador se torna réu”, por seu turno, não cumpre seu papel de descrever o vídeo, mas ratifica a unanimidade do acolhimento da denúncia, assim como foi feito na linha-fina.

– **Texto da notícia:**

Ao resumir o acontecimento para o leitor, no *lead*, o G1 estende a ameaça intrínseca do fato à face institucional do PSDB-Minas Gerais, ao informar para a audiência que Aécio faz parte do partido. Porém, na busca por preservar sua própria face de veículo comprometido com a isenção na narrativa, o G1 atenua o dito, modalizando a afirmação sobre a prática de corrupção. Como verificamos na Figura 35, a denúncia é por uma “suposta prática de corrupção [...] e obstrução de Justiça”.

Figura 35 – Lead da notícia de que Aécio Neves vira réu no G1

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira (17) receber a denúncia contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) por suposta prática de corrupção passiva e obstrução de Justiça. Com isso, o **senador será transformado em réu** pela primeira vez.

Fonte: G1, 17 abr. 2018.

Contudo, se considerarmos que a denúncia não é um ato condenatório, a hipotética construção “[...] receber denúncia contra o senador Aécio Neves por prática de corrupção [...]” poderia ser empregada sem prejuízo à clareza da informação. A preservação da face institucional do G1 acaba por atenuar o valor negativo da denúncia contra Aécio.

Nos próximos dois parágrafos da notícia, são apresentados detalhes sobre o processo, esclarecendo que “Só ao final da ação poderá ser considerado culpado ou inocente, em julgamento a ser realizado pela mesma turma do Supremo”, confirmando a preocupação do veículo em preservar sua face institucional. No que segue, a notícia apresenta o nome dos demais acusados no processo (Andréa Neves da Cunha, Frederico Pacheco de Medeiros,

Mendherson Souza Lima e Zezé Perrela), ameaçando suas faces, mas sem intensificar, já que não apresenta imagem dos sujeitos, conforme Figura 36.

Figura 36 – Menção a outros envolvidos na denúncia

Junto com o parlamentar, foram denunciados pela PGR e também responderão como réus a irmã dele, Andréa Neves da Cunha, o primo Frederico Pacheco de Medeiros e Mendherson Souza Lima, ex-assessor parlamentar do senador Zezé Perrela (MDB-MG), todos por corrupção.

Aécio foi **acusado em junho do ano passado, em denúncia da Procuradoria Geral da República**, de pedir propina de R\$ 2 milhões ao empresário Joesley Batista, dono da J&F, em troca de favores políticos; e também de tentar atrapalhar o andamento da Operação Lava Jato. Uma **conversa entre os dois foi gravada** pelo empresário. Andréa Neves teria pedido o dinheiro a Joesley e os outros dois acusados teriam recebido e guardado quatro parcelas de R\$ 500 mil em espécie.

Fonte: G1, 17 abr. 2018.

Ainda na imagem acima, encontramos a menção ao fato de Aécio ter sido acusado anteriormente, também por corrupção passiva e obstrução de Justiça. O leitor pode ter acesso ao conteúdo dessa acusação clicando no trecho marcado de vermelho no texto. O acréscimo dessa informação, porém, não fica restrito ao *link*, pois o parágrafo apresenta detalhes da acusação, ratificando a ameaça às faces dos envolvidos e a descortesia.

A notícia prossegue acrescentando detalhes sobre a sessão que acolheu a denúncia. O G1 apresenta, em vídeo e em texto escrito, detalhes do voto de cada um dos ministros do STF, o pronunciamento do subprocurador da República Carlos Alberto Coelho (acusação) e dos advogados de defesa dos acusados.

5.3.2 Cobertura do caso na Folha de S. Paulo

Sob a responsabilidade de Reynaldo Turolo Jr, a Folha apresenta a notícia com o seguinte título: “STF torna Aécio réu sob acusação de corrupção e obstrução da Justiça”. A composição da parte inicial da notícia inclui elementos verbais e não verbais. Acompanham a manchete: linha-fina, imagem e legenda.

– **Manchete e texto auxiliar:**

Temos compreendido que a opção por enunciar de modo indireto é também uma opção por atenuar o efeito do dito e ocorre, principalmente, em situações em que o locutor tem

a pretensão de preservar a face dos interlocutores e/ou terceiros envolvidos na enunciação. É o que ocorre, por exemplo, na manchete apresentada na Figura 37.

Figura 37 – Notícia de que Aécio Neves vira réu na Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 17 abr. 2018.

Ao colocar o STF como a instância que pratica a ação, que “torna Aécio réu”, a Folha acaba por atenuar uma eventual avaliação negativa que possa ser atribuída ao fato. A atenuação se faz presente também pela ausência do verbo “denunciar”, que reduz os efeitos perlocucionários negativos dessa ação. Fica clara a escolha por um vocabulário mais relacionado à área jurídica, o que poderia comprometer a compreensão do público que não domina esse tipo de linguagem.

Essa escolha é expressa também no texto auxiliar. Ao invés de informar que a denúncia foi aceita pelos ministros, a Folha constrói o texto esclarecendo que o STF decidiu “abrir ação penal contra [o] tucano”.

– **Imagem e legenda:**

Como observamos na figura acima, a Folha não associa o nome de Aécio à imagem do senador. Ao invés disso, apresenta uma fotografia do ministro Marco Aurélio Mello, relator

do caso. É possível interpretarmos isso como uma busca por atenuar o valor negativo da notícia, levando a uma preservação da face negativa de Aécio Neves. Como temos apontado, as opções por ser indireto, minimizar o efeito ou ainda pressupor que o leitor fará uma associação (no caso, da imagem do ministro à figura de Aécio), são formas de agir com cortesia.

Por meio da legenda “Relator Marco Aurélio Mello, que votou por aceitar a denúncia contra Aécio nesta terça (17)”, o veículo indica o conteúdo da imagem, mas acrescenta uma informação sobre o fato, o voto do relator. Se considerarmos que a legenda pode não chamar a atenção da audiência, a estratégia atenuadora permanece em desenvolvimento.

– **Texto da notícia:**

Essa notícia é apresentada por meio de um texto mais conciso, focado principalmente na apresentação dos fatos, sem desdobramentos, inclusive por meio de *links*. Encontramos apenas três ao longo da narração. Assim, é na construção do texto verbal que encontramos traços de atenuação de FTAs, como na Figura 38.

Figura 38 – Lead da notícia de que Aécio Neves vira réu na Folha de S. Paulo

Os ministros da Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) votaram nesta terça (17) por receber a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG), acusado de corrupção passiva e obstrução da Justiça, e outros três denunciados.

Fonte: Folha de S. Paulo, 17 abr. 2018.

Compreendemos que construir o texto informando que “STF votou por receber” uma denúncia contra Aécio atenua o valor performativo da ação, quando comparamos com o efeito do verbo decidir, por exemplo, utilizado pelo G1. Trata-se de atenuação estritamente pragmática (BRIZ, 2005). Assim, sugerimos que há uma tentativa de preservar a face do senador que se tornou réu, modalizando efeitos negativos próprios da condição de ser acusado. Também identificamos no *lead* uma ameaça à face institucional do PSDB, pois há a associação do partido a um político denunciado por corrupção. Aqui, consideramos haver uma atitude descortês por parte da Folha, mas importante para levar a informação à audiência.

Essa modalização também está presente no seguinte trecho “Aécio torna-se réu em ação penal no Supremo pela primeira vez, por causa do episódio em que foi gravado, em março do ano passado, pedindo R\$ 2 milhões a Joesley Batista”. O produtor do texto opta por tratar como mero “episódio” o fato tido como determinante para o acolhimento da denúncia.

No restante da notícia, há a apresentação dos outros envolvidos no processo, mencionados anteriormente, o que caracteriza um FTA às suas faces. Além disso, são

acrescentados detalhes da sessão na qual os ministros aceitaram a denúncia, prevalecendo o uso de citações. Dois detalhes, porém, chamam a atenção. O primeiro é a apresentação de uma fotografia de Aécio em que, aparentemente, ele está feliz, despreocupado. A imagem utilizada (Figura 39) acaba por figurar como um atenuador da negatividade do que está sendo narrado.

Figura 39 – Imagem de Aécio apresentada na notícia da Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 17 abr. 2018.

O segundo elemento visual que acreditamos merecer destaque é um carrossel de imagens intitulado Trajetória de Aécio Neves. 23 fotos compõem a galeria, todas elas com legendas. Chama a atenção o fato de somente duas legendas retratarem fatos tidos como negativos. Esse desequilíbrio parece sugerir uma intensificação da ideia de que a trajetória do senador é marcada por acontecimentos tidos como positivos.

5.3.3 Cobertura do caso na CartaCapital

Sob o título “Aécio vira réu em inquérito baseado na delação da JBS”, a CartaCapital apresenta a notícia que analisaremos. Como ilustra a Figura 40, a enunciação é composta também pelo texto auxiliar e uma foto com legenda. A Redação é apontada como responsável pela autoria do texto.

Figura 40 – Notícia de que Aécio Neves vira réu na CartaCapital



Fonte: CartaCapital, 17 abr. 2018.

– **Manchete e texto auxiliar:**

Assim como no G1, a manchete da notícia em CartaCapital é construída em uma ordem direta. Isso, como já ponderamos, pode levar a uma ameaça mais consistente à face, já que não se preocupa em reduzir a força de um FTA. Entretanto, nem a manchete nem o texto auxiliar expõem o crime supostamente cometido por Aécio, como fizeram o G1 e a Folha. Em face disso, podemos inferir que a Redação do veículo optou por atenuar os possíveis efeitos de um FTA direcionado ao senador.

A não nomeação do crime, então, é compensada na linha fina, que explicita o valor da propina supostamente solicitada pelo senador, bem como a hipotética intervenção dele nas investigações da Lava Jato. Assim, há um equilíbrio entre estratégias atenuantes e intensificadoras. Essa mescla de recursos nos parece comum no jornalismo, levando à construção do texto segundo os propósitos comunicacionais.

– **Imagem e legenda:**

Diferente dos demais veículos, a CartaCapital apresenta uma clara associação entre o nome e a figura de Aécio, ao apresentar uma imagem do senador logo no início da notícia.

Ao fazer isso, o texto acaba por acrescentar aspectos negativos à face do senador, ao passo que também promove um FTA. O conteúdo da imagem corrobora esse ato de ameaça.

Na fotografia, Aécio está em um local que parece ser o Congresso Nacional. Nosso conhecimento empírico permite inferirmos que a expressão do senador é de tristeza. A expressão é mais comumente percebida em crianças tristes, insatisfeitas ou desoladas por não terem alcançado um objetivo. Portanto, o conjunto dos elementos apresentados na Figura 40 ratificam o teor negativo que constará na notícia.

Abaixo da fotografia, a legenda não descreve o que consta no texto não verbal. “Aécio é acusado de pedir 2 milhões de reais em propina para Joesley Batista” pode ser tido como um enunciado descortês que, ao esclarecer e introduzir do que trata o acontecimento, reafirma a valoração negativa que é feita deste, intensificando-o.

– **Texto da notícia:**

Mais uma vez, encontramos no *lead* da notícia uma descortesia e uma ameaça à face institucional do partido de Aécio Neves, o PSDB-Minas Gerais, valendo-se do mesmo recurso dos demais veículos, como verificamos na Figura 41.

Figura 41 – Lead da notícia de que Aécio Neves vira réu na CartaCapital

A 1ª turma do Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade transformar o senador Aécio Neves (PSDB-MG) em réu no inquérito baseado na delação da JBS. Votaram a favor do recebimento integral da denúncia por corrupção e obstrução à Justiça os ministros Marco Aurélio Mello, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux.

Fonte: CartaCapital, 17 abr. 2018.

Há, contudo, um detalhe acrescentado pela CartaCapital, mencionando o PSDB, que leva a um FTA direcionado a um dos ministros do STF. Trata-se da informação de que Alexandre de Moraes é ex-filiado ao PSDB. Conforme verificamos na Figura 42, a informação é apresentada junto à notícia de que Moraes votou contra o acolhimento da denúncia por obstrução de Justiça.

Figura 42 – Informação sobre a divergência do voto de um dos ministros do STF

Alexandre de Moraes, ex-ministro do governo Temer e ex-filiado ao PSDB, divergiu da maioria em relação à denúncia de obstrução à Justiça contra Aécio. Segundo ele, trata-se de uma imputação genérica. "Por mais absurda que tenham sido as gravações, algumas frases demonstram intenção, outras meras bravatas de poder", afirmou Moraes.

Fonte: CartaCapital, 17 abr. 2018.

Essa informação “bônus” pode ser considerada relevante ou esclarecedora para o leitor. Porém, ao disponibilizá-la junto a um fato que “beneficia” o acusado, corre-se o risco de levar o leitor a associar o voto benéfico do ministro ao fato de ele ter sido filiado ao PSDB. Assim, temos a configuração de uma ameaça à face do ministro. Parece ainda haver a intenção de ratificar esse FTA, valendo-se, para isso, da própria fala de Moraes, que categorizou o conteúdo das gravações como “absurda”. Deparamo-nos, pois, com uma estratégia de intensificar a avaliação negativa acerca do voto contrário de Moraes e da acusação de Aécio pelos crimes indicados. Por em xeque a idoneidade do ministro evidencia a descortesia praticada pela CartaCapital.

O restante da notícia enfoca detalhes sobre os votos dos ministros e sobre a acusação. Consideramos inevitável a realização de FTAs nessa narração, dado o teor do acontecimento. O texto é finalizado destacando uma derrota da defesa de Aécio: o pedido de anulação do “processo devido à participação do ex-procurador Marcelo Miller na negociação da delação da JBS”. Seguindo a lógica da pirâmide invertida (CANAVILLAS, 2007), podemos considerar que a Carta julga essa informação menos relevante.

6 PRESERVANDO E INTENSIFICANDO INTERESSES: CONSIDERAÇÕES PARA O MOMENTO

Nos últimos anos, vivenciamos uma série de mudanças na forma como nos relacionamos com as mídias (veículos e dispositivos). O número de produtores de conteúdo aumentou exponencialmente, assim como o volume de informação circulando na rede. Nessa conjuntura em que todos podem produzir para todos, urge uma preocupação mais intensa com a questão da credibilidade e da fonte da informação.

Deparamo-nos, em nossa história recente, com uma sistêmica propagação de *fake news* que acabam por forjar realidades e provocar efeitos desastrosos, como a eleição de chefes de Estado que pregam um discurso de intolerância, de ódio, de exclusão, de descortesia etc. O combate a esse tipo de conteúdo se tornou pauta constante dos grandes veículos de comunicação, como os analisados neste trabalho, especialmente o portal de notícias G1 e a Folha de S. Paulo, que viram a necessidade de criar espaços destinados ao esclarecimento acerca do que é verdadeiro e do que é falso, o que é fato e o que é *fake*.

Apesar da evolução pela qual passamos, do papel à tela, uma questão permanece sem o devido esclarecimento: é fato ou *fake* que os veículos de imprensa buscam a imparcialidade? Tendo essa problemática como pano de fundo latente, buscamos em nossa pesquisa investigar, em textos de notícias e de reportagens, como os profissionais do jornalismo desenvolvem as marcas linguísticas do trabalho com as faces dos sujeitos protagonistas do noticiário sobre corrupção, em portais de notícias na internet, valendo-se dos recursos de atenuação e de intensificação como estratégia, na concepção de enunciados mais polidos/cortesios. Lançamos nosso olhar analítico sobre nove textos, o que nos possibilita, portanto, conjecturar algumas asserções.

Identificamos uma clara realização de trabalho de faces por todos os veículos analisados, tanto com o objetivo de ameaçar como de preservar. Acreditamos que devido à natureza dos acontecimentos que nos propomos investigar, deparamo-nos com mais atos de ameaça do que de preservação. Esses últimos, direcionados, principalmente, às faces de instituições e dos próprios veículos de imprensa. Isso demonstra a necessidade de ampliação das discussões relacionadas ao conceito de face institucional, que introduzimos aqui. Sendo parte integrante da sociedade, as instituições precisam desenvolver suas comunicações sempre atentas aos impactos que suas imagens, suas faces, podem sofrer. Apesar de as instituições serem “abstratas”, elas praticam ações, agem na sociedade, através de pessoas.

G1, Folha de S. Paulo e CartaCapital têm em comum a busca, ao menos em nosso *corpus* de análise, pela preservação de suas próprias faces. Essa característica já era algo esperado, dado o fato de parte da mídia hegemônica brasileira se considerar “imparcial” e apartidária, levando a um ideário de que a face de prestígio é construída através desses predicados. Sob esse prisma, pudemos perceber que a Carta é o veículo que, dado seu posicionamento explícito, mais expõe a sua face.

Em todos os textos, identificamos preservações e ameaças, cortesias e descortesias, atenuações e intensificações direcionadas aos diferentes protagonistas dos acontecimentos. As formas como esses fenômenos são construídos e interpretados são diversas e traduzem as intenções dos produtores, os posicionamentos editoriais e também as questões econômicas e estruturais dos veículos. G1 e Folha, os que possuem as maiores audiências em nosso *corpus*, utilizam diversos recursos na construção textual (vídeos, *links*, imagens, infográficos, páginas exclusivas para certas coberturas), podendo despertar maior atenção dos coenunciadores. Já a Carta possui narrativas mais simplórias do ponto de vista midiático-visual (no *corpus* analisado, os únicos recursos empregados foram imagens e *links*, que é algo próprio da mídia digital). Além disso, G1 e Folha parecem ter um texto mais didático, facilitando a compreensão de diferentes públicos; já a Carta, tem um texto que, em certos pontos, exige maior atenção do leitor.

Esses recursos da mídia digital permitem que os interagentes desenvolvam uma relação diferente com os conteúdos, interagindo com eles. Entretanto, observamos que os recursos também se fazem presentes como forma de atenuar ou intensificar o que é dito, além de promover enunciados mais corteses ou descorteses, conforme detalharemos.

Acerca do caso da condenação de Lula, G1 e Folha utilizam estratégias semelhantes. Na manchete, podemos verificar atenuações e intensificações que levam a um inevitável ato descortês. Essa descortesia vai sendo praticada pelos veículos ao longo da reportagem de modos diferentes, valendo-se, principalmente de recursos visuais, como a imagem apresentada logo no início do texto, que não valoriza atributos positivos do ex-presidente. G1 e Folha permitem ao leitor o aprofundamento sobre o caso através de diversos *links* com conteúdos de outros níveis, agregando, por meio dessa prática, predicados negativos à face de Lula. Em contrapartida, é evidente, conforme apresentamos em nossa análise, a presença de uma cortesia positiva direcionada ao juiz Sergio Moro, buscando preservar suas faces, mas também de instituições como o STF.

Por meio de um jogo de linguagem, a CartaCapital faz o oposto dos demais veículos. A reportagem sugere que há a pretensão não apenas de preservar as faces de Lula,

mas também de valorá-la positivamente, desde a manchete e a escolha da imagem de apresentação. Já com relação a Moro, a Carta parece valorar negativamente (e politizar) as ações do juiz, colocando, inclusive, parte dos crimes cometidos por Lula (tidas pelo juiz como comprovados) como suposições. Contudo, faz isso mais diretamente em uma seção denominada “Os abusos de Moro”.

Atenuações prevalecem nas narrativas do G1 e da Folha que apresentam a denúncia contra Temer. Nessas reportagens, contudo, destaca-se a ausência de elementos visuais significativos. No G1, não identificamos imagens que os interagentes poderiam ver sem dificuldade, durante a leitura. Em vez disso, o portal de notícias disponibiliza dois vídeos que só são visualizados a partir do clique do leitor. Na Folha, a única fotografia presente, não apresenta claramente a imagem do presidente. Em ambas as reportagens, não há infográficos detalhando o caso; apenas tópicos com breves considerações resumidas. Os links inseridos nesses hipertextos também são mais escassos. Diante disso, não é desproporcional falarmos que esses veículos parecem buscar a realização da cortesia negativa direcionada à Temer, atenuando os FTAs.

Na CartaCapital, é a intensificação de ameaças às faces que se faz presente. A revista faz isso apresentando uma fotografia de Temer logo no início da notícia. O veículo também é o único a apresentar uma imagem de Rocha Loures, ex-assessor do presidente, envolvido no caso. Atos descorteses são direcionados a Temer, por meio, por exemplo, do rompimento da máxima de aprovação, pois parece haver a intenção de depreciar a imagem do presidente, ao colocar a denúncia contra este como algo já esperado. O teor negativo da denúncia é ainda ratificado pela narrativa, ratificando nossa inferência sobre a descortesia.

Apresentamos, até aqui, comentários sobre o G1 e a Folha de S. Paulo conjuntamente, pois esses veículos guardavam semelhanças quanto à aplicação das estratégias. Contudo, acerca do fato de Aécio Neves ter se tornado réu em processo sobre corrupção, pudemos perceber alguns distanciamentos.

A diferença começa desde a escolha do gênero escolhido para apresentar o fato. O G1 disponibiliza à audiência uma reportagem. Como discutimos em nossa revisão de literatura, esse texto jornalístico apresenta o caso de modo mais amplo. Os desdobramentos estão mais direcionados aos votos dos ministros, apresentados também em vídeo. O G1 apresenta ameaças às faces de Aécio e enunciados descorteses próprios do ato de acusar. Contudo, identificamos a presença de atenuação, por exemplo, ao não expor imagens do senador. Há, assim como na reportagem anterior, uma vídeo-reportagem sobre o caso. Também identificamos o recurso atenuador na realização de enunciados de modo indireto, buscando preservar suas próprias

faces, o G1 acaba por também preservar as de Aécio, mas sem, necessariamente, enfatizar uma cortesia.

Na notícia veiculada na Folha, entretanto, é possível identificarmos a presença da cortesia positiva, pois há não apenas a preservação das faces de Aécio, mas também a valorização destas. As imagens presentes atribuem valores positivos a imagem do senador e ainda sugerem uma atenuação do teor negativo do fato, pois a fotografia exposta apresenta o senador sorrindo, despreocupado, mesmo tendo sido acusado. Como uma atitude cortês, a Folha ainda apresenta uma série de fatos da vida de Aécio, onde predominam acontecimentos considerados bons, positivos, sinalizando a realização de um FFA ao senador.

A descortesia, por fim, marca a notícia da CartaCapital sobre a acusação contra Aécio. Isso é feito de diferentes formas, verbais e visuais. Além disso, através desses recursos, ainda é possível identificarmos ameaças às faces do senador por meio de estratégias intensificadoras. Também localizamos no texto ameaças a faces de instituições, o que pode levar a uma ameaça à imagem do próprio veículo.

Apesar de parte dos veículos de comunicação brasileiros declararem buscar isenção e imparcialidade, não foi exatamente o que pudemos perceber. Em linhas gerais, cortesia e descortesia estiveram presentes em nosso *corpus*, principalmente, devido ao teor do tipo de noticiário que escolhemos para lançar nosso olhar reflexivo: o noticiário de corrupção. Assim, ameaça às faces seriam inevitáveis, pois trata-se de proferir acusações, denúncias etc.

Os dois maiores veículos em questão, G1 e Folha de S. Paulo, mesmo sem declarar abertamente apoio a ideologias político-partidárias, parecem valorar diferentemente os protagonistas dos acontecimentos. As enunciações produzidas por esses dois veículos sugerem uma intensificação da negatividade do fato quando o ator principal é um político de alinhamento à esquerda, em nosso *corpus*, Lula. Ao tratarem dos fatos envolvendo Temer e Aécio, G1 e Folha reduzem, atenuam as ameaças às faces, as descortesias e o valor negativo do ocorrido, evitando a exposição das figuras dos políticos, notadamente alinhados à variação política de direita. Assim, é notório o desequilíbrio na distribuição dos FTAs e das atitudes (des)cortesias. A Folha, inclusive, produz uma clara cortesia direcionada a Aécio, destacando pontos de sua vida pessoal e carreira política.

Esse desequilíbrio também está presente na CartaCapital, mas com propósitos opostos. As ameaças às faces e as descortesias estão direcionadas principalmente a Temer e a Aécio. Já para Lula, o veículo produz FFAs, direciona para *links* de páginas contendo homenagens a sua falecida esposa, atenua a negatividade de uma condenação, evitando os atos de descortesia. Entretanto, como o alinhamento à esquerda é abertamente declarado pela Carta,

não podemos negar que essa atenuação era esperada. A surpresa fica, então, pelas claras ameaças e descortêsias direcionadas a sujeitos alinhados à variação política de direita. Tal postura nos permite defender o jornalismo da CartaCapital como um jornalismo crítico, de militância e de resistência.

Concluimos que diversos interesses ocultos pautam a atuação da mídia brasileira. Na narração dos fatos que marcam nossa história, fica clara a percepção de fluidez do *self*, do trabalho de faces, da cortesia e da descortesia, ratificando os jogos de linguagem realizados a fim de construir uma imagem que se deseja percebida pelo outro, mas que pode não ser verdadeira. Também fica evidente a necessidade de declaração da real política editorial dos veículos, a fim de auxiliar a audiência na escolha de suas fontes de informação. Todavia, essa “ocultação” parece fazer parte do jogo de poder presente na mídia hegemônica, que “dança conforme a música” de quem está no controle estatal e econômico.

Creemos ser essencial que os profissionais da comunicação refinem seu olhar crítico sobre as produções e realcem seus posicionamentos e lugares de fala. Merece destaque, ainda, o fato de a cultura digital proporcionar formas diversas de proliferar discursos de modo convincentes, espalhando diferentes ideologias e verdades. Assim, salientamos que formas outras de intensificar e atenuar ditos, ameaçar e preservar faces, agir com cortesia e descortesia merecem atenção científica, superando análises enfocadas em comunicações que muitas vezes desconsideram as ou destoam das que se fazem presentes na contemporaneidade, nos ambientes digitais.

Para além dessas ambiências, é indispensável a discussão sobre a aplicabilidade de uma gramática da cortesia por parte da imprensa, desde a formação dos novos profissionais. A descortesia, em alguns casos, leva ao atrito, ao ódio, à guerra. A cortesia guarda, pois, íntima relação com a promoção de uma cultura de paz, tão buscada por tantos sujeitos, nações e instituições, como as que analisamos aqui. Contudo, proferir enunciados descorteses vai de encontro a esse propósito, pois, enquanto instrumento de violência linguística, pode servir de estímulo a outros tipos de violência. A regra que se impõe, então, é única: a construção de um mundo menos violento depende de cada um de nós, e a cortesia é um dos caminhos possíveis.

Tivemos a pretensão, nesse trabalho dissertativo, de contribuir para diferentes visões e (re)exames sobre a (des)cortesia enquanto fenômeno social, considerando seus usos a partir da multiplicidade sociocultural e contextual.

REFERÊNCIAS

- ALBELDA MARCO, M. El refuerzo de la imagen social en la conversación coloquial del español. In: BRAVO, D. (ed.). **Cortesía lingüística y comunicativa en español**: Categorías conceptuales y aplicaciones a corpus orales y escritos. Buenos Aires: Dunken, 2005a. p. 93-118. Disponível: <<https://goo.gl/T8pWKb>>. Acesso em: 28 out. 2016.
- _____.; GARCÍA, M. J. B. **La cortesía en la comunicación**. Madrid: Arco Libros, 2013.
- _____. **La intensificación como categoría pragmática**: revisión y propuesta. Frankfurt: Peter Lang, 2007.
- _____. **La intensificación en el español coloquial**. 2004. 444 f. Tese (Doutorado em Filologia). Facultat de Filologia, Universitat de València, València, 2005b. Disponível em: <<https://goo.gl/2uzANS>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- _____. Los actos de refuerzo de la imagen en la cortesía peninsular. In: COLOQUIO DEL PROGRAMA EDICE: LA PERSPECTIVA NO ETNOCENTRISTA DE LA CORTESÍA: IDENTIDAD SOCIOCULTURAL DE LAS COMUNIDADES HISPANOHABLANTES, 1., 2002, Estocolmo. **Actas...** Estocolmo: Universidad de Estocolmo, 2003. p. 298-305.
- ANDRADE, M. L. C. V. O. (Des)cortesía e contestação em interações escritas. In: PRETI, D. (Org.). **Cortesía verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 193-214.
- ANDRADE, M. L. C. V. O. (Des)cortesía verbal e conflito de opiniões em textos veiculados na mídia brasileira. In: SEARA, I. R. (Org.). **Cortesía**: olhares e (re)invenções. Lisboa: Chiado Editora, 2014. p. 381-402.
- ARAÚJO, B. B. **A narrativa jornalística e a construção do real**. BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior, 2012. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-bruno-a-narrativa-jornalisticaconstrucao-real.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavra e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. Tradução de Maria Emsantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, K. S. M.; CRESCITELLI, M. F. C. Polidez e preservação da face em memoriais acadêmicos. In: SEARA, I. R. (Org.). **Cortesía**: olhares e (re)invenções. Lisboa: Chiado Editora, 2014. p. 457-476.
- BARROS, K. S. M.; Perspectivas no estudo da polidez. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Orgs.) **Descortesía e cortesía**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017. cap. 13, 359-374.
- BENETTI, M.; HAGEN, S. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p.123-135, jan./jun.

2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v7n1p123>>. Acesso em: 8 out. 2018.

BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral**. Campinas, SP: Pontes, 2005. v. 1

BRAIT, B. História e alcance teórico-metodológico. In: FIGARO, R. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 79-98.

BRIZ GOMÉZ, A. A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas. Tradução de Luiz Antônio da Silva, Adriana Marcelle de Andrade e Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 281-314, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/64415>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. Atenuación y cortesía verbal en la conversación coloquial: su tratamiento en la clase de ELE. In: _____. **Actas del Programa de Formación del Profesorado de Español como Lengua Extranjera**, Munique, p. 9-49, 2005, v. 2006. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/publicaciones_centros/PDF/munich_2005-2006/02_briz.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **El español coloquial em la conversación: esbozo de pragmagramática**. Barcelona: Ariel, 2001.

_____. La atenuación lingüística: esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis. In: SEARA, I. R. (Org.). **Cortesía: olhares e (re)invenções**. Lisboa: Chiado Editora, 2014. p. 89-144.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: University Press, 1987.

CABRAL, A. L. T. Interações verbais em ambientes virtuais: cortesia, descortesia e mal-entendido. In: SEARA, I. R. (Org.). **Cortesía: olhares e (re)invenções**. Lisboa: Chiado Editora, 2014. p. 497-518.

CANAVILLAS, J. Webjornalismo: Da Pirâmide invertida à pirâmide deitada. In: BARBOSA, S. (Org.). **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Covilhã: LabCom, 2007. p. 25-40.

CARTACAPITAL. **Manifesto**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em: 5 out. 2017.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, P. **El discurso de la información: la construcción del espejo social**. Barcelona: Gedisa Editora, 2003.

CÍRCULO FOLHA. Parque gráfico do jornal é o maior da AL. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_93_94.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

COSTA, L. A. Gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 43-84.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FERRARI, P. et al. **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas da comunicação digital. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FOLHA DE S. PAULO. **Princípios Editoriais**, 30 maio 2017. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>>. Acesso em: 22 out. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GRICE, P.H. Lógica e Conversação. In: DASCAL.M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**: Pragmática - Problemas, críticas, perspectivas da linguística bibliográfica. Campinas, SP: Unicamp, 1982. v. 4.

GRUPO GLOBO. **História do Grupo Globo**. 2013. Disponível em: <<http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>>. Acesso em: 16 out. 2017.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Abordagem intercultural da polidez linguística: problemas teóricos e estudo de caso. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Orgs.). **Descortesia e cortesia**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017. p. 17-56.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação**: princípios e métodos. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.

KOIKE, D. A. Os frames culturais na fala: expectativas para a (des)cortesia. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Orgs.). **Descortesia e cortesia**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017. p. 57-92.

LAKOFF, R. T. The logic of politeness: Or, minding your p's and q's. In: CORUM, C.; SMITH-STARK, T. C.; WEISER, A. (Orgs.). **Papers from the 9th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1973. p. 292-305.

LAKOFF, R. T. The limits of politeness: therapeutic and courtroom discourse. **Multilingua**, v. 8, n. 2-3, p. 101-130, 1989. Disponível em: <<https://goo.gl/3v9Gvo>>. Acesso em: 13 set. 2017.

LEECH, G. M. Politeness: is there an east-west divide? **Journal of foreign languages**, Lancaster, n. 6, nov. 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/ePzLPN>>. Acesso em: 5 maio 2017.

LEECH, G. M. **Principles of Pragmatics**. London: Longman, 1983.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 1, p.39-56, abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201613>>. Acesso em: 17 out. 2018.

MARTINS, A. R. D. **A violência linguística virtual contra a mulher: ideologia e estratégias de (im)polidez em blogs**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/hPfEfY>>. Acesso em: 2 set. 2017.

MÍDIA Dados Brasil 2017. Disponível em: <<https://dados.media/#!/mosaic>>. Acesso em: 8 out. 2017.

MOREIRA, R. G. **(Des)Cortesia linguística na nova pragmática e a problemática da intencionalidade nos atos de fala violentos na publicidade brasileira: quem é o responsável?** 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/bNJ4nQ>>. Acesso em: 5 set. 2017.

MOTTA, L. G. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: BENETTI, M.; LAGO, C. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 143-167.

O'DRISCOLL, J. Face and (Im)politeness. In: CULPEPER, J.; HAUGH, M.; KÁDÁR, D. Z. (Org.). **The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)politeness**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017. p. 89-118.

O'DRISCOLL, J. Some issues with the concept of Face: when, what, how and how much? In: BARGIELA-CHIAPPINI, F; KADAR, D. (Org.). **Politeness: across cultures**. Springer: Londres, 2011. p. 18-41.

PAIVA, G. M. F. **A polidez linguística em salas de bate-papo na internet**. 2008. 294 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/cqHZvh>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PAIVA, G. M. F.; MOREIRA, R. G.; SANTOS, L. A. P. F. **Introdução aos Estudos de (Im)Polidez Linguística**. Fortaleza: Centro Universitário Estácio do Ceará, 2016.

PAIXÃO, F; VENEGAS, S. Entre a liberdade artística e a credibilidade jornalística. In: PAIXÃO, F. et al. (Org.) **Linguagem, cultura, reportagem: uma abordagem sobre**

publicações, autoria e subjetividade no jornalismo brasileiro. Niterói, RJ: Estúdio Sopa, 2014. p. 9-28.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57.

REBOUÇAS, D. M.; INOCÊNCIO, L. E. Do ler ao navegar: a construção do conhecimento a partir do hipertexto. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 34, p. 177-199, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/RkKjpX>>. Acesso em: 17 out. 2018.

REDE GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>>. Acesso em 5 set. 2017.

RESENDE, F. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Revista Contracampo**, Niterói, RJ, n. 12, p. 85-102, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/m3haVK>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RODRIGUES, B.; SCHABBACH, L. Pode o jornalismo literário ser mais objetivo do que o convencional? In: PAIXÃO, F. et al. (Org.) **Linguagem, cultura, reportagem**: uma abordagem sobre publicações, autoria e subjetividade no jornalismo brasileiro. Niterói, RJ: Estúdio Sopa, 2014. p. 42-57.

SANTANA, G.; BARROS, K. S. M. Estratégias de polidez no gênero resenha acadêmica. **Revista do GELNE**, Natal, v. 19, p. 3-15, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/12164>>. Acesso em: 29 set. 2017.

SEARA, I. R. Contributo para o estudo da (des)cortesia: estratégias de atenuação e de intensificação nas interações. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Orgs.) **Descortesia e cortesia**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017. p. 233-266.

SEARLE, R. J. **Expressão e significado**: estudo das teorias dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, M. O. **O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem**: a notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

TEIXEIRA, L. A. P. **A polidez na conversa de pessoas esquizofrênicas**: cognição, figuratividade, estratégias e faces. 2011. 274 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

VIEIRA, R. O. **O discurso citado em reportagens sobre a greve dos professores estaduais no Ceará em 2011**: uma análise Bakhtiniana. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/neNbwz>>. Acesso em: 13 out. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Lista de textos jornalísticos utilizados

(continua)

Texto	Autoria/Veículo	Link de acesso
Utilizados na Análise		
Lula é condenado na Lava Jato a 9 anos e 6 meses de prisão no caso do triplex	Alana Fonseca, Erick Gimenes, Thais Kaniak e Bibiana Dionísio G1	https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/lula-e-condenado-na-lava-jato-no-caso-do-triplex.ghtml
Lula é condenado a 9 anos e 6 meses de prisão por triplex em Guarujá	Estelita Hass Carazzai e Felipe Bächtold Folha de S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1900580-lula-e-condenado-a-9-anos-por-corrupcao-no-triplex.shtml
Moro condena Lula a 9 anos e meio de prisão	Redação CartaCapital	https://www.cartacapital.com.br/politica/moro-condena-lula-a-9-anos-e-meio-de-prisao
Janot apresenta ao Supremo denúncia contra Temer por corrupção passiva	Renan Ramalho e Vitor Matos G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/janot-apresenta-ao-supremo-denuncia-contra-temer-por-corrupcao.ghtml
Janot denuncia Temer ao Supremo sob acusação de corrupção passiva	Letícia Casado e Camila Mattoso Folha de S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1896246-janot-denuncia-temer-ao-supremo-sob-acusacao-de-corrupcao-passiva.shtml
Janot denuncia Michel Temer por corrupção	Redação CartaCapital	https://www.cartacapital.com.br/politica/janot-denuncia-michel-temer-por-corrupcao
Aécio Neves vira réu no Supremo por corrupção e obstrução de Justiça	Renan Ramalho e Gustavo Garcia G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/acusacao-ve-farto-material-probatorio-contra-aecio-defesa-contesta-acusacao-de-corrupcao-e-obstrucao-de-justica.ghtml
STF torna Aécio réu sob acusação de corrupção e obstrução da Justiça	Reynaldo Turolo Jr. Folha de S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/maioria-da-1a-turma-do-stf-vota-por-receber-denuncia-contra-tucano.shtml
Aécio vira réu em inquérito baseado na delação da JBS	Redação CartaCapital	https://www.cartacapital.com.br/politica/aecio-vira-reu-em-inquerito-baseado-na-delacao-da-jbs
Exemplos ao longo do trabalho		
‘Eu não soube me conter diante de tanto poder’, diz Cabral a Bretas na Lava Jato	Hanrikson de Andrade UOL	https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/06/08/eu-nao-soube-me-conter-diante-de-tanto-poder-diz-cabral-a-bretas-na-lava-jato.htm
PGR é contra retirar Moro da ação sobre Lula no caso do sítio de Atibaia	Mariana Oliveira G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/pg-r-e-contra-retirar-moro-da-acao-sobre-lula-no-caso-do-sitio-de-atibaia.ghtml
Economia cresce 0,1% no terceiro trimestre de 2017	CartaCapital	https://www.cartacapital.com.br/economia/Economia-cresce-0%2C1-no-terceiro-trimestre-de-2017
PIB cresce 0,1% no 3º trimestre, na terceira alta seguida	Anay Cury e Daniel Silveira G1	https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-cresce-01-no-3-trimestre.ghtml

(conclusão)

PIB do trimestre é "balde de água fria" no discurso de recuperação	Dimalice Nunes CartaCapital	https://www.cartacapital.com.br/economia/PIB-do-trimestre-e-balde-de-agua-fria-no%20discurso%20de%20recuperacao
Eleições 2018: Após fala de filho de Bolsonaro, Rosa Weber diz que juiz não deve se deixar abalar	Folha de S. Paulo	https://aovivo.folha.uol.com.br/2018/10/21/5567-aovivo.shtml#post383710

ANEXOS

ANEXO A – Resumo de sentença de Lula no G1

Entenda o caso do triplex

Lula foi acusado de receber imóvel da OAS; ele nega.

O que diz o MPF



Como foi paga a propina



O que diz a defesa

Lula nega ser dono do triplex, diz que não orientou reformas e que não sabia que a OAS pagou pelo armazenamento de seus bens.

A decisão de Moro



Foto: Sérgio Castro/Estadão Conteúdo



Infográfico atualizado em: 12/07/2017

ANEXO B – Cronograma do processo contra Lula no G1

Processo sobre o triplex

Os principais fatos da denúncia envolvendo Lula

27/01/2016

Lava Jato investiga se apartamentos no Guarujá foram usados para lavar dinheiro de propina e se um dos imóveis era de Lula. Suspeita já era apurada pelo MP-SP.



Foto: Leticia Macedo/G1

04/03/2016

Lula é levado **coercitivamente** para depor na Lava Jato. Ele critica ação e diz que nunca se recusou a depor.



Foto: Solange Freitas/G1

14/03/2016

Justiça de SP manda para Moro denúncia do MP-SP contra Lula sobre o triplex, e caso fica com força-tarefa da Lava Jato.

14/09/2016

O MPF, em Curitiba, **denuncia o ex-presidente** e diz que ele era "comandante máximo" do esquema descoberto pela Lava Jato.



Foto: Rodolfo Buhner/FotoArena/Estadão Conteúdo

O petista **nega as acusações** e diz que não há provas dos supostos crimes.



Foto: Nelson Antoine/FramePhoto/Estadão Conteúdo

20/09/2016

Moro aceita denúncia contra Lula. A defesa dele critica o "histórico de perseguição".

10/05/2017

Lula fica frente a frente com Moro pela 1ª vez. Em interrogatório, ele volta a negar as acusações.



Foto: Reprodução

03/06/2017

Nas alegações finais, o MPF pede a condenação e a prisão de Lula. Também quer o pagamento de R\$ 87,6 milhões em multas.

20/06/2017

A defesa de Lula entrega suas alegações finais e diz que o triplex está em nome da OAS, mas os direitos sobre ele pertencem a um fundo gerido pela Caixa desde 2010.